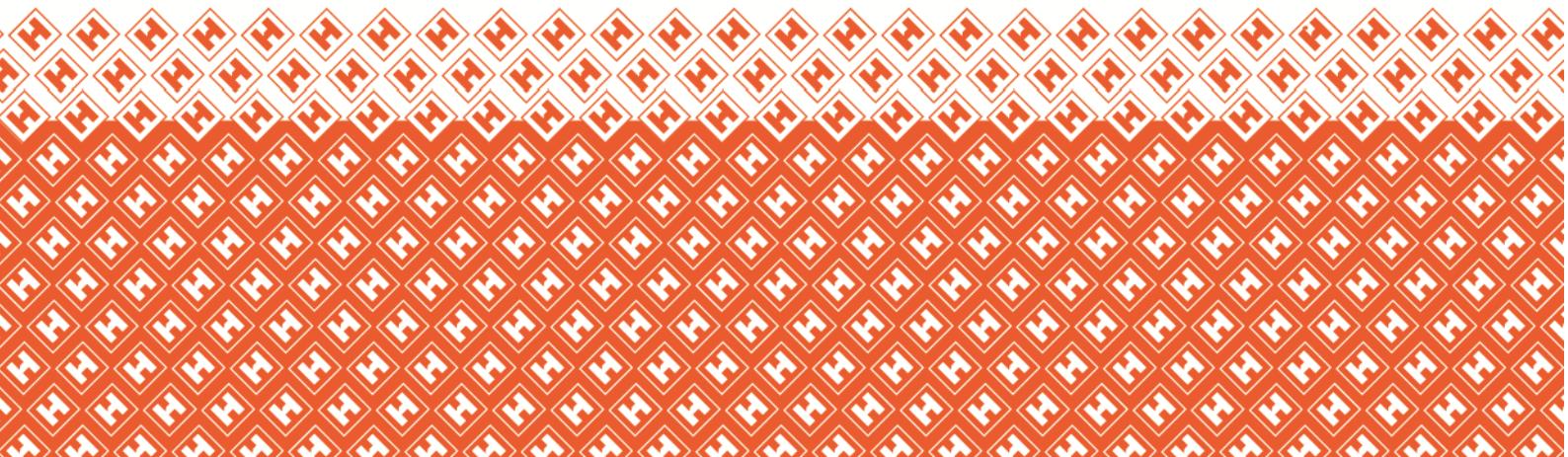


FABIO ANDRÉ CORRÊA ALVES

**MUITO ALÉM DE UMA PLACA:
TOPONÍMIA E ENSINO DE HISTÓRIA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
NITERÓI – RJ / 2024**



FABIO ANDRÉ CORRÊA ALVES

MUITO ALÉM DE UMA PLACA: TOPONÍMIA E ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Ensino de
História da Universidade Federal
Fluminense, para obtenção do título
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Knauss

**NITERÓI – RJ
2024**

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A474m Alves, Fabio André Corrêa
MUITO ALÉM DE UMA PLACA : TOPOONÍMIA E ENSINO DE HISTÓRIA /
Fabio André Corrêa Alves. - 2024.
125 f.: il.

Orientador: Paulo Knauss de Mendonça.
Dissertação (mestrado profissional)-Universidade Federal
Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2024.

1. Ensino de História. 2. Memória. 3. Toponímia. 4. Nome
de rua. 5. Produção intelectual. I. Mendonça, Paulo Knauss
de, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto
de História. III. Título.

CDD - XXX

FABIO ANDRÉ CORRÊA ALVES

**MUITO ALÉM DE UMA PLACA:
TOPONÍMIA E ENSINO DE HISTÓRIA**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Ensino de
História da Universidade Federal
Fluminense, para obtenção do título
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Knauss

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça
Orientador / UFF

Profª. Drª. Maria Helena Versiani
UFF

Prof. Dr. Marcelo Abreu
UFOP

NITERÓI – RJ
2024

*Dedico esta obra ao único que
é digno de todo louvor e toda
adoração. À Ele a honra a
glória, a força e o poder.*

AGRADECIMENTO

Primeiro quero agradecer a Deus por ter me sustentado em todos os momentos de minha vida e ter me abençoado mesmo quando eu não merecia. O senhor é a minha força e o meu refúgio, quero sempre habitar no esconderijo do altíssimo e descansar à sombra do onipotente.

À minha amada e querida esposa, Lailana Alves, que sempre me acompanha em todos os momentos com carinho, amor, fé e muita paciência. Seria impossível obter esta conquista sem a sua ajuda, motivação e compreensão. Continuaremos unidos menos que ontem e mais que amanhã.

À minha mãe Maria Alice Caldeira por tudo que sempre fez pela minha vida na minha me educando, ensinando o caminho certo e proporcionando tudo de melhor que estava ao seu alcance. Se hoje sou professor é porque convivi anos observando a sua excelente atuação no ambiente escolar como professora e diretora. Hoje segui os seus passos e agradeço a Deus pela sua vida.

Os meus filhos Tito André e Anne Ester que presenciaram meu desgaste ao longo de todo o processo e entenderam todos os momentos de ausência e desgaste. Por mais que eu produza mil obras em minha vida, nenhuma vai chegar aos pés de vocês. A vocês todo meu amor e gratidão.

Ao meu orientador Prof. Paulo Knauss por toda a paciência e elegância sempre presente em nossos contatos, sua orientação ampliaram meus horizontes e direcionaram para a produção desta dissertação. Obrigado pela consideração e por me guiar como um professor pesquisador.

A todos os professores e amigos da turma da UFF, do ProfHistória, que me receberam extremamente bem contribuindo, cada um do seu jeito, na minha caminhada acadêmica. Todos ajudaram a mudar a minha perspectiva sobre a educação sobre a minha carreira profissional.

A cada instituição que trabalhei ao longo desses 22 anos de carreira e a cada colega de profissão que conheci ao longo desse tempo. Em especial Quero agradecer ao Colégio Santa Terezinha na cidade de São Gonçalo por permitir a elaboração e implementação do projeto que deu base para esta dissertação e para o produto final.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

RESUMO

Esta dissertação é resultado de uma intensa pesquisa que tratou de estudar e analisar as motivações que impulsionam a nomeação dos topônimos e a criação de placas de ruas, usando como base o vasto campo de saber da toponímia para compreender o caráter histórico e biográfico na construção da memória local dando destaque para a questão historiográfica das personalidades que emprestam seus nomes em homenagens nos logradouros urbanos. Em todo o processo da pesquisa, os alunos foram grandes colaboradores protagonizando, com orientação, pesquisas e análises dos nomes de ruas e bairros da cidade, em uma perspectiva crítica. Os alunos produziram novas escolhas de nomes de rua usando suas vivencias e experiências nos meios que habitam. A fim de culminar em um material pedagógico, com estratégias didáticas variadas, voltado para o ensino de história. Como base da pesquisa e apoio para os alunos, foi utilizado estudo de caso da troca toponímica do nome de rua Ator Paulo Gustavo, outrora denominada rua Coronel Moreira César, na cidade de Niterói - RJ.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Memória; Toponímia; Usos do passado;

ABSTRACT

This thesis is the result of intensive research that aimed to study and analyze the motivations behind the naming of place names and the creation of street signs, using the vast field of toponymy to understand the historical and biographical character in the construction of local memory, with a focus on the historiographical issue of personalities whose names are used in tributes in urban streets. Throughout the research process, students were major contributors, leading, with guidance, research and analyses of the names of streets and neighborhoods in the city, from a critical perspective. The students generated new street name choices based on their lived experiences in their communities. This culminated in the production of educational material, incorporating a variety of teaching strategies, aimed at teaching history. As the foundation of the research and support for the students, a case study was used on the toponymic change of the street name "Avenida Paulo Gustavo," formerly known as "Rua Coronel Moreira César," in the city of Niterói, RJ.

KEYWORDS: History of Education; Memory; Toponymy; Uses of the Past;

LISTA DE IMAGENS

Imagen 1: Planta da Cidade de Nictheroy, capital da Província do Rio de Janeiro (1844)	52
Imagen 2: Projeção no Museu de Arte Contemporânea em homenagem ao ator Paulo Gustavo.....	70
Imagen 3: Estátua localizada no Campo de São Bento em homenagem a Paulo Gustavo.	70
Imagen 4: Placas. Rua Lucas Cauã.....	85
Imagen 5: Placas. Rua Dandara.....	86
Imagen 6: Placas. Rua Tereza de Benguela.....	86
Imagen 7: Placas. Rua Chimamanda Adichie.....	86
Imagen 8: Placas. Estrada de Itaipuaçu.....	87
Imagen 9: Placas. Rua Rosa Luxemburgo.....	87
Imagen 10: Placas. Rua Jorge Mario da Silva.....	87
Imagen 11: Placas. Rua Claudia Leite.....	87
Imagen 12: Placas. Rua Palhaço Carequinha.....	88
Imagen 13: Placas. Rua Vinicius Junior.....	89
Imagen 14: Placas. Rua Zizinho.....	89
Imagen 15: Placas. Rua do Amanhã.....	89
Imagen 16: Placas. Rua dos Gonçalens.....	90
Imagen 17: Placas. Rua Mesquita.....	91
Imagen 18: Placas. Rua Gregor Mendel.....	91
Imagen 19: Placas. Rua Prof. Alberto de Oliveira.....	91
Imagen 20: Placas. Rua Prefeito Joaquim Lavoura.....	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ruas perpendiculares à Praia de Icaraí.....	51 e 52
Tabela 2: Ruas paralelas à Praia de Icaraí.....	52
Tabela 3: Tabela descritiva dos encontros pedagógicos.....	76 e 77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidades de pesquisas nas cidades do projeto.....	80
Gráfico 2: Classificação dos topônimos pesquisados pelos alunos.....	81
Gráfico 3: Pesquisa de opinião sobre toponímia: pergunta 01.....	82
Gráfico 4: Pesquisa de opinião sobre toponímia: pergunta 02.....	82
Gráfico 5: Pesquisa de opinião sobre toponímia: pergunta 03.....	83

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Alunos com suas placas.....	93
Fotografia 2 - Alunos com suas placas.....	93
Fotografia 3 - Alunos com suas placas.....	93
Fotografia 4 - Alunos com suas placas.....	93
Fotografia 5 - Alunos com suas placas.....	94
Fotografia 6 - Alunos com suas placas.....	94
Fotografia 7 - Placas confeccionadas pelos alunos em exposição.....	94
Fotografia 8 - Placas confeccionadas pelos alunos em exposição.....	95
Fotografia 9 - Placas confeccionadas pelos alunos em exposição.....	96
Fotografia 10 - Placas confeccionadas pelos alunos em exposição.....	96
Fotografia 11 - Placas confeccionadas pelos alunos em exposição.....	97
Fotografia 12 - Placas confeccionadas pelos alunos em exposição.....	98

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1: Toponímia como campo de saber.....	17
1.1 Toponímia: conceitos e abordagens.....	17
1.2 Toponímia em vários campos	22
1.3 Toponímia e patrimônio ampliado.....	27
1.4 Toponímia como construção histórica.....	34
1.5 Toponímia no dia a dia e escrita da história.....	39
Capítulo 2: A cidade e o nome da rua.....	47
2.1 História de uma cidade e um bairro.....	47
2.2 História de uma rua	54
2.3 O “Corta cabeças”: Breve biografia do Coronel Moreira César.....	56
2.4 “Rir é um ato de resistência”: Breve biografia do Ator Paulo Gustavo	62
2.5 Usos do passado e toponímia	65
Capítulo 3: Pesquisa toponímica e ensino de História.....	72
3.1 Toponímia em sala de aula	72
3.2 Descrição metodológica da pesquisa	76
Produto Final: Muito além de uma placa – Caderno de Atividades	99
Conclusão	116
Fontes e Referências Bibliográficas.....	120

INTRODUÇÃO

No ano de 1996 ao cursar a terceira série do Ensino Médio no bairro de Icaraí na cidade de Niterói me deparei com um grupo de estudantes universitários fazendo uma campanha com objetivo de forçar a Prefeitura a trocar o nome da rua que o curso estava localizado. O argumento utilizado por aqueles universitários foi que a personalidade histórica que emprestava seu nome à rua não deveria receber nenhum tipo de homenagem, graças a traços marcantes em sua biografia. Foi a primeira vez que eu ouvi o interesse de retirar o nome do Coronel Moreira César na principal rua do bairro nobre de Niterói. Recordo-me também que o professor de história utilizou o tema da pesquisa feita pelos universitários para debater em sala de aula as homenagens em nomes de rua na cidade de Niterói feitas para exaltar militares e figuras políticas.

O debate sobre o nome desta rua perpassou algumas décadas na cidade, tudo porque a biografia do antigo homenageado deixava suspeitas suficientes para acirrar ainda mais a discussão. É certo que alterar o nome de um logradouro, em qualquer circunstância gera um longo processo administrativo e requer sem dúvidas um interesse político das autoridades competentes para a finalização do processo. Se tratando da rua, que outrora fora nomeada com o nome do coronel, sempre houve muita resistência, principalmente pelas associações de comerciantes e moradores do bairro.

Depois de 25 anos daquele evento, já formado e exercendo a docência em história, me deparo com a notícia que a Prefeitura de Niterói fez a mudança do nome da rua finalmente e uma nova personalidade histórica, o ator Paulo Gustavo, passou a ser homenageado, que foi acometido pelo vírus Covid-19 e faleceu em decorrência das complicações causadas, gerando uma grande comoção em todo o país. O ator, diferentemente do coronel, era totalmente identificado com a cidade e sempre propagou os meios urbanos e o estilo de vida de Niterói em suas produções.

Como sugere o título, *Muito além de uma placa*, esta dissertação procura entender a história por detrás dos nomes de rua e analisar as motivações que levam a seleção das personalidades escolhidas para homenagens que na maioria das vezes passam despercebidas pela sociedade. A pesquisa se desenvolveu dentro da proposta de Ensino de História através de diálogos, pautados em um estudo de

toponímia e placas de ruas, como exemplos da memória local em diferentes dimensões de temporalidade, dando destaque para a análise das biografias das personalidades homenageadas nos topônimos urbanos.

O trabalho se insere na linha de pesquisa de saberes históricos em diferentes espaços de memória e tem como questão central a elaboração de um conjunto de atividades de observação dos meios urbanos analisando a biografia das personalidades e as motivações públicas que impulsionaram as homenagens. Propõe reflexões e interações com diferentes espaços e permite a construção de conhecimentos sobre as memórias da cidade.

Os topônimos são objetos ricos e disponíveis para a criação de debates, já que carregam significados que estão presente no cotidiano, mas, que na maioria das vezes são ignorados pela força do hábito que acaba levando a sociedade a uma naturalização sem questionamento sobre aqueles nomes que são lembrados e muito menos sobre aqueles que são propositalmente esquecidos. Este debate de memória nos espaços urbanos é essencial em uma perspectiva de inclusão de diversos setores da sociedade que foram e são constantemente silenciados. Além disso, se encaixa facilmente no currículo de história e abre um leque de possibilidades para o trabalho multidisciplinar.

A pesquisa teve como objetivo levar o debate sobre topografia, memória e representatividade nos meios urbanos para a sala de aula, utilizando o nome de ruas como um objeto gerador de questionamentos sobre a história produzida e narrada com intencionalidade de lembrança e esquecimento de personalidades como objetivo de enviar mensagens para as próximas gerações.

Como primeira meta, esta pesquisa buscou direcionar os alunos ao debate sobre a construção da memória através dos topônimos na cidade em que eles habitam. A segunda meta foi desenvolver uma perspectiva histórica e social sobre direito que cada cidadão possui de construir suas histórias e memórias independente de gênero, classe, credo ou qualquer outra possibilidade de diferenças em nossa sociedade. A terceira meta foi criar uma forma diferenciada e criativa para o ensino de história através do projeto de intervenção pedagógica com a possibilidade de interdisciplinaridade.

No primeiro capítulo, foi produzido uma grande revisão teórica sobre a topografia com seus principais conceitos e abordagens. Como é um campo de saber

multidisciplinar, foi destacado as principais teorias e contribuições de autores que focam na toponímia e autores de áreas como linguagem, geografia e história. Após, foi descrita a toponímia no campo de patrimônio ampliado entendendo que os topônimos criam sentidos nos lugares e por isso integram o conceito de patrimônio cultural. No desenvolvimento a toponímia foi conceituada como um viés de construção histórica que gera uma preservação do passado de uma memória intencionalmente elaborada. Na conclusão do capítulo foi analisado, com vários exemplos, a relação do homem com os topônimos e o movimento social espontâneo de nomear espaços sem a necessidade de consentimento das autoridades em um movimento de resistência aos chamados nomes oficiais.

No segundo capítulo, foi feito o estudo de caso sobre a mudança toponímica da rua Ator Paulo Gustavo. A pesquisa narra a história da urbanização de Niterói, desde os primeiros planos de arruamentos que organizaram a cidade e o bairro de Icaraí, também foi descrito os primeiros topônimos do bairro e a evolução até os nomes atuais. Após apresentou a história da rua desde sua construção e sua importância histórica, além de destacar os antigos nomes que foram usados como homenagens à personalidades da época. Continuando o estudo da troca de nomes destaco uma comparação biográfica do Coronel Moreira César com o Ator Paulo Gustavo e por fim os usos do passado e intenções políticas para a criação de um novo nome para a antiga rua.

No terceiro capítulo descrevo a pesquisa que foi produzida com a participação e protagonismo dos alunos do segundo segmento do Ensino Fundamental II. Os alunos analisaram e pesquisaram nomes de ruas e bairros da cidade que residem, em uma perspectiva crítica buscando entender a biografia das personalidades que emprestam seus nomes para os espaços públicos. Foi possibilitado a cada aluno a oportunidade de produzir sugestões de novas escolhas de personalidades homenageadas.

Como base da pesquisa e apoio para os alunos, foi utilizado como exemplo base o estudo de caso da substituição toponímica da atual rua Ator Paulo Gustavo. Esta forma de exposição teve como objetivo provocar a curiosidade dos alunos que no desenvolver do projeto possam protagonizar suas próprias narrativas e pesquisas.

Este processo de pesquisa culminou em um material de apoio pedagógico, um caderno de atividades, com estratégias didáticas variadas, voltado para o ensino de

história com ênfase a uma educação que gera uma consciência em alunos do direito da memória e da cultura como um direito humano inalienável.

Muitas vezes a toponímia é ignorada no currículo e no ensino, perdendo assim um excelente instrumento de transformação e debates que pode ultrapassar o ensino de história e alcançar a interdisciplinaridade abrangendo ainda mais as possibilidades de uso. Os estudos toponímicos podem alcançar alunos, de vários segmentos, como cidadãos inseridos em uma sociedade que dialoga constantemente através de uma manutenção de memória oficial e excludente. Existe sem dúvida um campo abrangente de intervenção pedagógica para a ampliação da experiência escolar gerando um aluno consciente de sua participação ativa na história.

CAPÍTULO 1

TOPONÍMIA COMO CAMPO DE SABER

1.1 A TOPONÍMIA: CONCEITOS E ABORDAGENS

Apesar de se destacar no campo da Linguística, a toponímia se tornou um conceito muito abrangente e abordado em várias áreas do saber científico. De forma básica podemos definir a Toponímia como um campo da disciplina do conhecimento que se preocupa em estudar o ato humano de nominar logradouros demonstrando assim, o papel importante na relação entre o indivíduo e o lugar que ele habita na construção sempre de uma identidade própria. Nesse contexto, é de grande importância compreender a toponímia e o seu desenvolvimento no Brasil, como instrumento de interpretação deste ato de nominar logradouros como produção de significados e apropriações do território.

Quando se pretende estudar toponímia e as suas motivações, a primeira dificuldade é escolher um campo de abordagem para análise da disciplina que em várias áreas há um tipo de abordagem que contribuiu para esse importante estudo. Basicamente podemos definir como um campo linguístico que se destaca e se dedica ao estudo de nomes próprios de lugares com motivações linguísticas diferenciadas. Busca um meio para conhecer vários aspectos como a história dos grupos que viveram ou vivem no local, as características físicas da região, a relação entre a sociedade e o meio ambiente, a relação entre a sociedade e o poder político, a relação com a memória local e o patrimônio, e até mesmo aspectos que geram uma disputa de poder pela nomeação de espaços.

As motivações que levam a nominação de lugares são diversas e sua análise requer uma grande atenção em todas as possibilidades que referendam suas escolhas. Dar nome a lugares públicos e propriedades é uma prática do ser humano que se tornou algo comum em todas as sociedades, por isso, criou-se a toponímia, um campo científico peculiar que se propõe em estudar e buscar a compreensão das motivações que levam a nomear logradouros “públicos” que frequentam, habitam ou se relacionam, o que se torna possível quando é feita uma rigorosa análise de conjuntura levando em consideração questões diversas como os fatores sociais, históricos, culturais, políticos e geográficos “que caracteriza o processo de produção de significados”.

Os sistemas mais antigos que conhecemos de toponímia são descriptivos das formas de ocupação espacial. Caracterizam elementos físicos de localização (pedra, árvore, planta, animal etc.), entre nós no Brasil, muito associados a palavras das línguas dos povos originários. Os elementos descriptivos identificam também características da experiência no terreno, por exemplo na cidade do Rio de Janeiro: rua Matacavalos, rua Mataporcos, rua Direita, rua Larga, Rocio. Na ordem descriptiva, há ainda a identificação de atividades: rua dos Barbeiros, rua dos Ourives, etc. Pertence ainda ao sistema descriptivo a identificação de instituições: rua do Ouvidor, rua da Quitanda, Campo de Santana (igreja de Santana), Largo do Carmo (Igreja do Carmo), Largo da Lapa (Igreja da N. Sra. da Lapa). Eventualmente pode-se recorrer a nomes de pessoas que moravam na região denominada (Cosme Velho, Meier). Os sistemas descriptivos tendem a se estabelecer pela tradição popular.¹

Nomear espaços é uma atividade típica da condição humana, para referendar podemos citar alguns eventos históricos como os vários relatos bíblicos que demonstram motivações diversas no ato de nomear montes, regiões, países, reinos, cidades, templos entre outros. Povos que reivindicavam a posse do espaço através de nomeações que demonstravam um vínculo com o território.

No ensino de história é comum a abordagem de mudanças de nomenclaturas relacionadas ao território com motivações diversas. No ensino de história antiga pode-se destacar que o próprio Império Romano colocou em prática o ato de nomear como uma política de dominação e posse dos territórios. Recusaram nomes locais, a cultura dos povos dominados, para renomear com o uso do seu idioma impondo sua identidade em um típico processo de imposição cultural. Exaltavam feitos dos grandes generais e suas conquistas militares, exaltando seus deuses e principalmente seus imperadores. O ato de nomear espaços e territórios foi uma ferramenta de dominação utilizada pelos romanos em sua vastidão territorial.

Nesta mesma perspectiva, no processo de cristianização no próprio Império Romano, houve uma mudança na motivação do ato de nomear, que agora passou a ser locais com nomes de santos ou eventos bíblicos mostrando mais uma vez uma forte motivação ideológica por trás do ato de escolher nomes públicos.

¹ Para maiores informações sobre a ver o clássico livro História das ruas do Rio de Janeiro do autor Brasil Géson.

No ensino de História Antiga e Medieval do Oriente, é comum usar um famoso exemplo de troca de nomenclatura motivada por questões políticas que é o nome moderno da cidade de Istambul, localizada na Turquia. A famosa cidade teve o seu nome alterado mais de uma vez de acordo com mudanças históricas. Foi batizada de Bizâncio, pelo povo Dório da cultura grega no século VII a.C. Já no século IV d.C. sob domínio romano o Imperador Constantino, o grande, rebatizou a cidade com o nome de Nova Roma, fazendo uma série de reformas urbanas que impactaram a história da localidade ao ponto que o nome da cidade que se popularizou foi Constantinopla, oficializado por seus sucessores. O nome consolidou-se ainda mais com a formação do Império Bizantino como capital deste importante império que perdurou até o século XV quando o grande Império Turco Otomano conquistou a cidade e mais uma vez trocou seu nome de forma definitiva para o de Istambul, ainda que o nome Constantinopla permanece sendo mundialmente conhecido e utilizado até os dias atuais.

No ensino de História do Brasil, quando se aborda conteúdos como a chegada oficial dos portugueses no século XVI e subsequente conquista territorial, aborda-se a mudança de nomenclatura mais famosa de nossa história. Podemos ver que dar nome ao local recém conquistado era essencial para tomar posse de forma oficial da terra. Além do uso físico do território, há uma necessidade de se criar uma nomenclatura oficial para delimitar de forma prática o novo território português garantido pelo famoso Tratado de Tordesilhas, de 1492. Mesmo nos 30 primeiros anos o território não ter despertado grande interesse da corte portuguesa, antes mesmo de sua conquista oficial e durante a implementação da primeira atividade econômica que possibilitasse lucro para a metrópole, a extração do pau-brasil, a nomenclatura da terra era incerta e variada devido ao sistema administrativo conhecido como capitania hereditárias.

Souza (2001, p.65) afirma que no caso do Brasil “primeiro houve o nome, depois o lugar que foi nomeado”. A primeira nomenclatura, usada no primeiro documento oficial, a carta de Pero Vaz de Caminha, foi a de Vera Cruz, que não durou muito tempo. Pedro Álvares Cabral, denomina a terra de Santa Cruz, nome este que permaneceu mais tempo.

À medida que a expansão marítima europeia evoluiu, outros nomes, em mapas cartográficos e em cartas e documentos oficiais, foram usados para nomear a terra como p. ex. Terra dos Papagaios.

Em 1512, numa carta de Afonso de Albuquerque ao rei e ainda no globo de Marini, surge pela primeira vez o termo Brasil para designar em âmbito oficial a América Portuguesa (Couto 1995: 195; Baião 1923: 320). Usada alguns anos antes no Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira – “e estas são as gentes que habitam na terra do Brasil” –, a designação se fez cada vez mais frequente daí em diante (Baião 1923: 321; Pereira 1991: 661). Sua consagração oficial ocorre entre 1516, quando D. Manuel investe Cristóvão Jacques nas funções de “governador das partes do Brasil” – que ainda são muitas – e 1530, quando D. João III designa Martim Afonso de Sousa encarregado do governo da terra: “Martim Afonso de Sousa do meu conselho capitão-mor da armada que envio à terra do Brasil” (Baião 1923: 321). (SOUZA 2001, p.68)

Porém, a disputa política para a nomeação do território foi além dos navegantes e cartógrafos, ela se deu entre dois grupos com ramos de atividades distintas, assim como seus interesses. De um lado dessa disputa estava um grupo de comerciantes e a sociedade que indicavam o Brasil como nome devido ao grande sucesso da atividade econômica do extrativismo lucrativo da árvore típica da terra. Outro grupo eram os religiosos que tiveram uma grande influência sobre a corte portuguesa no projeto da Expansão Marítima, um nome ligado ao Catolicismo seria mais interessante para os interesses da Igreja. Esta disputa só se encerrou no final do século XVI, oficializando a nomenclatura comercial no local da nomeação com motivação religiosa e até mesmo mística.

Mas a nomenclatura comercial não suplantaria de imediato a nomenclatura mística, como viu Antônio Baião (Baião 1923: 324). Ambas conviveram por longo tempo tanto nos despachos dos Conselhos reais quanto nas páginas dos livros que os letreados da época escreveram sobre a nova terra, que ia ficando mais velha, mas não perdia a ambiguidade. (SOUZA 2001:p.73)

A toponímia desempenha um papel multifacetado na nossa vida cotidiana. Desde nomes de cidades e vilarejos até rios e montanhas, os nomes geográficos nos fornecem informações valiosas sobre a geografia, história e cultura de uma determinada região. Os topônimos, podem e devem ser estudados do ponto de vista de sua origem etimológica e de sua estrutura formal, já que a escolha dos nomes dos logradouros públicos não está alheia ao contexto histórico-político.

Existem diversos estudos nacionais sobre a toponímia com trabalhos analisando questões regionais e nacionais, sempre pensando na motivação que

impulsionam a escolha de nomes de logradouros. A maior referência nacional no estudo da toponímia é a autora Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick que em uma de suas obras mais famosas destaca:

A história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atuantes, que se intercruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais (DICK, 1990, p. 19).

Segundo Dick, é possível identificar os aspectos culturais e políticos de uma região através da análise toponímica dos meios urbanos. A riqueza do uso da toponímia se explica por esta estar dividida em tipos de acidentes: os naturais, que são relativos aos acidentes geográficos de uma região, e os *antropoculturais*, que são relativos à condição humana. Esta distinção proposta pela autora abre várias possibilidades de abordagem do tema. A partir dessas ideias, Faggion, Dal Corno e Frosi explicam que:

Os topônimos são sinais importantes, indicativos da cultura, da história e da linguagem de um povo. Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos homens que aí nasceram, trabalharam e viveram, bem como daqueles que mereceram sua homenagem. Aludem a fatos e datas significativas, dão conta das devoções, traduzem sentimentos. Assim, saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa, verdadeiramente, conhecer essa cidade e reconhecer seus valores (FAGGION, DAL CORNO, FROSI, 2008, p. 278).

No caso do Brasil, Dick afirma que a toponímia ocorreu de forma peculiar pelo processo de dominação dos colonizadores e os Jesuítas, que implementaram um projeto de catequização dos indígenas que ao mesmo tempo em que o colonizador impunha sua cultura e seu idioma, a catequização exigia uma aprendizagem da cultura dos povos originários para maior eficiência de seus métodos de ensino. Outra necessidade dos colonizadores foi a de identificar os objetos da terra por meio de nomes escolhidos pelos nativos. Dick afirma

"a toponímia do Brasil poderia conviver [...] com esses dois momentos vivenciados de linguagens, uma, a nativa, do próprio território; a outra, a ádvena, a que chegou de fora; uma constituindo os substratos e os adstratos de etnias e falares, a outra, os superstratos de índole civilizatória" (DICK, 2006, p. 96).

A toponímia possui em si uma característica interdisciplinar não sendo assim de um único campo específico de saber. Está localizado *a priori* no campo dos

estudos lexicais, mas serve como base de estudos históricos, geográficos, culturais e até mesmo biológicos. Essa potência torna a toponímia um campo complexo e abrangente que predomina a abordagem lexical e organização de índices, colecionando nomes. O histórico, o geográfico e o biológico se resume ao plano enciclopédico, naturalizando significados. Dick (1990, p.19-22), afirma que “a toponímia é um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente, e que, configuram-se como importantes “testemunhos históricos” da vida social de um povo”.

1.2 A TOPONÍMIA EM VÁRIOS CAMPOS

Como um campo de estudos multidisciplinar a toponímia possui várias abordagens teóricas e uma grande produção acadêmica. O ato da denominação de lugares é, por conseguinte, como qualquer outra atividade humana, passível de investigação científica e sistematização. Por isso, torna-se um campo amplo e com múltiplas possibilidades de abordagens.

Mesmo o ato de nomear sendo algo antigo na história da humanidade, a toponímia enquanto campo de estudos passou a ser sistematizado no século XIX com a contribuição de Auguste Longon², pioneiro no estudo de nomeação de lugares na França no ano de 1878. Outro importante pensador foi Albert Dauzat que nas primeiras décadas do século XX resgatou as teorias de Longon. Em seu método, Dauzat aborda dois pontos no estudo da toponímia que são: a classificação dos nomes por séries lógicas ou por categorias históricas. O autor prioriza a classificação segundo a ordem histórica de suas formações.

Do ponto de vista do estudo da língua, não há uma caracterização dos sistemas lógicos ou códigos de referência, que sustentam a ordem lógica da nomenclatura, deixando de sublinhar o processo de construção de significados em torno da toponímia. O estudo da toponímia é dominado pelas abordagens etimológicas lexicais. Trata-se de uma abordagem que naturaliza a semântica e, por decorrência, deixa de lado a sintaxe toponímica.

² Escritos da Obra: A história da Toponímia, como disciplina científica, iniciou-se por volta de 1878, na França, onde foi introduzida na *École Pratique des Hautes-Études* e no colégio da França, por Auguste Longon. Em 1938, Dauzat organiza o primeiro dos muitos congressos sobre Toponímia, em vários lugares do mundo (DICK, 1992).

No campo da Linguística, há uma abrangência de estudos toponímicos com diversos atores que contribuem com a área. A professora Aparecida Negri Isquierdo, afirma

que os topônimos confirmam a tese de que a história das palavras caminha muito próxima à história de vida do grupo que dela faz uso, razão pela qual a ação de atribuir um nome a um lugar corporifica uma soma de diversificados fatores – linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos – do grupo que habita o espaço geográfico tomado como objeto de investigação. (ISQUERDO, 2008, p.36)

Isquierdo aborda a toponímia principalmente como signo de representação de uma realidade, dando ênfase e protagonismo para indivíduos que habitam o meio no momento de nomeação do espaço público. Não negligenciando outros fatores de ordem política. Para a autora, os indivíduos no objetivo de dar sentido à existência e ao meio que habitam sempre possuíram a atividade de nomear os lugares.

Os nomes de lugares e sua dimensão cultural adquirem uma pluralidade com simbolismos e identidades correspondentes pelas expressões dos valores individuais dentro de cada época, onde cada lugar fora sendo nomeado e ao mesmo tempo proporcionando um sentimento de pertencimento e domínio territorial.

Isquierdo ao analisar a toponímia como símbolo de representação da realidade afirma que o processo de dar nome a lugares é objeto de estudo campo da Onomástica, uma vertente da etimologia que explica os nomes próprios de pessoas e lugares. Há ainda, a possibilidade de dividir este campo em duas grandes áreas: a antroponímia, quando se refere a nomes de pessoas, e a própria toponímia, que é quando a investigação se pauta no estudo da origem do nome dos lugares. A toponímia é um imenso complexo línguo-cultural que necessita de vários campos científicos para uma real abordagem. (ISQUERDO, 1997 p. 30)

Concordando com Dick, Isquierdo afirma que “É certo que o processo de nomeação de lugares é marcado por circunstâncias de natureza histórica, social, física, que o diferencia de outras atividades exercidas pelo homem. Variáveis culturais distintas influenciam na denominação dos lugares” (ISQUERDO, 1997 p. 31)

Ao debater a função específica de nomear utilizando nome próprio, a autora apresenta o signo toponímico como carregando em si um objetivo para identificar o espaço geográfico e não de significar o mesmo. Porém, o topônimo serve para determinar a identidade de lugares que abre possibilidades de análise dos aspectos referente a história política, econômica e sociocultural do local. Isquierdo afirma que

“é preciso atentar para o fato de que toda nomeação, normalmente, é estimulada (ou até mesmo condicionada) por fatores inerentes à realidade circundante do denominador” (ISQUERDO, 1997 p. 31)

O estudo da toponímia abrange a produção social do espaço e os processos de construção de territórios, seja nos meios urbanos ou em meios rurais, por isso é abordada pelo campo da Geografia tendo uma série de produções relevantes para o campo. Milton Santos possui uma vasta obra complexa e ampla sendo uma das principais referências teóricas no campo da Geografia e Sociologia para a análise da produção social do espaço e, consequentemente, a relação do homem ao nomear e dar sentido ao meio. Santos defende que o espaço geográfico é formado por um conjunto de sistema de objetos e sistema de ação, não considerados isoladamente. Maria Adélia de Souza ao escrever sobre a relevância de Milton Santos como pensador brasileiro afirmou que:

Para Milton Santos o território usado se constitui em uma categoria essencial para a elaboração sobre o futuro. O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico. (SANTOS, 2005, p.253)

Milton Santos gerou uma transformação no campo da Geografia quando a considerou com perspectivas sociais, econômicas, políticas e culturais. Ele propõe a teoria do espaço geográfico “sinônimo de território usado seja assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo do presente, este mundo dominado pela globalização, esta metáfora que incansavelmente torna míope a realidade da maioria dos habitantes da Terra”. (SANTOS, 2005, p.252) No espaço geográfico, tanto as ações quanto os objetos estão unidos, tornando-se impossível separá-los, caso contrário, não teriam sentido, logo para o autor o espaço social está contido no espaço geográfico.

Dentro da teoria do espaço geográfico, Santos cria uma categoria de análise denominada de território usado, que é a relação direta entre o mundo e a sociedade. A perspectiva de uso do território revolucionou a pesquisa no campo da Geografia e aproximou com tudo que está relacionado com o espaço. Em seu livro *Por uma geografia nova* (1978), Santos elabora o conceito de espaço como um conjunto de formas de representação das relações sociais que envolvem o passado e o presente.

Para o autor o espaço tem que ser abordado em sua totalidade como conjunto de relação realizadas entre formas e construídas historicamente como resultados de produções sociais.

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

Se é possível pensar o espaço como uma produção é inevitável uma aproximação com a toponímia e seus conceitos básicos, já que não podemos pensar em espaço sem a possibilidade de atuação dos homens que possibilitam sentidos através da criação de topônimos.

Rogério Haesbaert, que possui notoriedade no debate sobre espaço e territórios, amplia o debate com conceitos de desterritorialização, que classifica como um genuíno mito que influenciou vários outros pensadores neste campo de pesquisa. Sua principal tese é o conceito de noção de multiterritorialidade. Segundo Haesbaert,

Geograficamente falando, não há desterritorialização sem reterritorialização pelo simples fato de que o homem é um "animal territorial" (ou "territorializador", como afirmou o sociólogo Yves Barel). O que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios - configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento (HAESBAERT, 2004a). Por outro lado, é na dimensão mais propriamente social da desterritorialização, tão pouco enfatizada, que o termo teria melhor aplicação, pois quem de fato perde o "controle" e/ou a "segurança" sobre/em seus territórios são os mais destituídos, aqueles que se encontram mais "desterritorializados" ou, em termos mais rigorosos, mais precariamente territorializados. (HAESBAERT, 2014, p,20)

O estudo da toponímia no campo da Geografia passa pelo debate sobre território e ocupação do espaço pelo homem. Esta abordagem foi ampliada ao alcançar a Antropologia e a Sociologia com ênfase nos indivíduos que se relacionam e nomeiam os espaços que convivem, criando vínculos de pertencimento e significado. Citando o pensador francês Yves Barel, Haesbaert aborda a condição humana como algo impossível de desassociar do território e afirmar que: "o homem, por ser uma animal político e um animal social, é também um animal territorializador [poderia ter dito também "territorial", pois não há homem sem território, este como imanente ao caráter humano]." (HAESBAERT, 2004). Se não existe território sem a

atuação do homem, pode-se afirmar que é impossível estudar toponímia sem levar em consideração as intervenções humanas no espaço geográfico.

Independente da sua área de análise, seja ela histórica, sociológica, antropológica, linguística ou geográfica, não é possível esgotar todas as possibilidades de análise da Toponímia como campo de estudo, principalmente no ato intrínseco do ser humano os locais onde moram e se relacionam.

Com relação ao sentimento do homem com a localidade que habita, o geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan alterou o debate toponímico criando um novo conceito que revolucionou o campo de pesquisa sobre lugares com relação aos indivíduos. Tuan elaborou a teoria da Topofilia que, pensando em uma tradução simples e literal, significa afirmar que existe amor aos lugares. Trata-se de um sentimento particular, único para cada indivíduo, ao levar em conta a interpretação dos ambientes materiais e o sentido que estes atribuem aos lugares. (TUAN, 2012) Ao comentar sobre as teorias de Tuan, Oliveira anotou que

“Estar no mundo, viver no planeta Terra, nascer neste país, morar nesta cidade, estudar nesta escola implica sentir-se em casa, familiarizado com o nosso “lugar”, incrustado no nosso “espaço”. É estar “orientado no espaço e sentir-se à vontade em um lugar”. É experienciar a alegria de acordar e de dormir em uma cama confortável, comer uma refeição quentinha, mesa, sonhar acordado e fantasiar dormindo.” (OLIVEIRA, 2004, p. 93)

A topofilia nada mais é do que uma ligação afetiva entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico que ela habita. Este lugar, através de uma experiência sensorial e subjetiva, dá sentido ao indivíduo e o coloca em coletividade em um mundo gigantesco e tenebroso.

O pertencimento está presente na identificação dos moradores com o lugar e no conhecimento pessoal de cada um em relação ao que este lugar representa para si, Tuan afirma que o espaço gera afetividade através de lembranças íntimas produzidas ao longo do tempo, estas geram uma sensação de abrigo, de um lar. TUAN (1974)

O autor afirma que a percepção com relação ao lugar pode variar de acordo com as condições vividas por cada um. Atribuir valor é algo essencial e inerente à humanidade, segundo Tuan (1980, p. 4), é “[...] o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal”.

1.3 TOPONÍMIA E PATRIMÔNIO AMPLIADO

Como uma importante produção humana a toponímia deve ser analisada como um amplo campo com diversas possibilidades de abordagens e análises. Por ser uma produção cultural, a escolha toponímica está ligada intimamente à sociedade que a produz e demonstra a relação com sua construção de memória local e, por isso, podemos pensar uma abordagem variada da toponímia.

Pensar a toponímia em suas relações com o universo patrimônio cultural é um exercício que contribui para ampliação dos de sua conceituação. Assim como a própria toponímia, o conceito de patrimônio cultural é também abrangente e multifacetado, engloba vários aspectos como p. ex. aspectos econômicos, culturais, geográficos ou naturais, linguísticos, históricos, arqueológicos, etnográficos, bibliográficos e artísticos todos de forma material ou imaterial, porém com relevância histórico-cultural para a sociedade relacionados a processos de produção social de significados e afirmação de formas simbólicas.

Há várias formas de definir o conceito de patrimônio cultural. Pode-se definir patrimônio cultural como um conjunto de bens existentes que possuam significados relacionados à história e memória de uma sociedade ou país. A Constituição Brasileira de 1988 ampliou o conceito de patrimônio cultural no artigo 216, Seção II – Da Cultura, para patrimônio cultural a seguinte conceituação:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico (BRASIL, CFB, 1988).

É necessário reconhecer que o patrimônio cultural é carregado de simbolismo, o que requer interpretação dos seus significados. Conforme anotou Paulo Knauss (2015, p.11), “patrimônio cultural não se define como dado, mas como construção social e histórica e que se oferece à interpretação histórica.”

A concepção de patrimônio cultural material traz novos sentidos e se torna mais adequado à realidade social da contemporaneidade. Pensar o patrimônio cultural em sua forma material e, principalmente, em sua forma imaterial, abre uma variedade de opções para pensar o conceito. Levando em consideração essas duas

formas de definir o patrimônio cultural podemos pensar que o patrimônio material é estático e se relaciona de forma mais física, definindo-se antes como produto a ser preservado, o que inclui uma diversidade de bens materiais, imóveis e móveis, como edificações e objetos. Já o patrimônio imaterial, definido como o conjunto de tradições e saberes, que estão centrados caracteriza-se no protagonismo de sujeitos sociais e comunidades detentores de práticas que se tornam objeto de salvaguarda.

“Reducir patrimônio cultural de uma sociedade as expressões de algumas de suas matrizes culturais - no caso brasileiro, as de origem europeia, predominantemente portuguesa - é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção física do bem.” (FONSECA, 2003, p. 64)

O repertório do patrimônio imaterial no Brasil é extremamente vasto, e por ser dinâmico continua em constante expansão e modificação, mas, sempre relacionado com a identidade e o valor cultural que possui para a sociedade. Vale destacar que o fato de ser intangível ou imaterial não se refere a um conceito abstrato em comparação aos bens materiais. Em seu livro *Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural*, Maria Cecília Londres Fonseca (2003, p. 66) afirma que: “A imaterialidade é relativa e, nesse sentido, talvez a expressão patrimônio intangível seja mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz que não se materializa em produtos duráveis”.

Para melhor entendimento da importância do patrimônio cultural intangível e suas nuances, é preciso evoluir, ainda que brevemente, em conceitos e termos típicos e importantes na produção de novos sentidos patrimoniais. Para pensar a imaterialidade do patrimônio, é necessário definir dois conceitos: salvaguarda e registro.

O *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN) é o órgão federal responsável pela gestão da política pública de patrimônio cultural no Brasil. Segundo a própria instituição, qualquer pessoa pode solicitar o tombamento ou registro de um patrimônio de sua localidade, o que permite a abertura de um processo técnico para análise do pedido e de acordo com a ordem administrativa será avaliado se o bem cultural será ou não reconhecido e protegido como patrimônio cultural. Para entender melhor o termo, a instituição define tombamento como:

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio

Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias.(IPHAN)³

Além de definir de forma oficial aquilo que será tombado ou não, o Iphan é responsável pela tutela do patrimônio já que “o objetivo do tombamento de um bem cultural é impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras.”⁴

A salvaguarda refere-se a medidas ou ações implementadas para proteger e preservar bens culturais imateriais transmitidos de geração em geração. Knauss afirma que:

No campo da ação patrimonial, o intangível demanda antes ação de salvaguarda que de proteção, pois não deve induzir a fixação de formas. Essa é sua novidade e seu desafio. A salvaguarda, assim, serve para desencadear a produção de novos sentidos patrimoniais, o que pode acarretar mudanças por si mesmo e precisa estar previsto. (KNAUSS, 2008, p.12)

Na relação entre salvaguarda e tombamento está embutida a relação muitas vezes desigual que coloca de um lado a instituição oficial, com seus agentes, que com seus mecanismos legais definem o tombamento e de outro lado, na maioria das vezes o lado menos favorecido, estão os agentes sociais que dão sentido ao patrimônio cultural.

Evidencia-se que o patrimônio imaterial serve para aproximar o Estado de agentes do mundo da cultura, enquanto, no caso do patrimônio material, o Estado se identifica com os objetos da cultura. Em seu desdobramento, isso significa tratar a noção de patrimônio de modo distinto. Em primeiro lugar, o registro do patrimônio imaterial define processos culturais, enquanto o tombamento define produtos culturais. (KNAUSS, 2008, p.306)

Pensar o conceito de patrimônio imaterial é valorizar os agentes sociais na produção de suas histórias e suas relações sociais e com o meio que habitam. Valorizam-se as experiências sociais dos indivíduos que acompanham os objetos e

³ Site oficial do Iphan disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>, acesso em 05/01/2024: Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.

⁴ Site oficial do Iphan disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>, acessado em 05/01/2024.

lugares que dizem respeito à trajetória histórica da sociedade. Além de ser um direito constitucional é uma vitória sobre escolhas oficiais das instituições governamentais, que sempre definiram aquilo que seria considerado patrimônio ou não. Sobre o protagonismo do Estado na definição de patrimônio Knauss afirma:

“Como produto ou como processo, o patrimônio é, sobretudo, resultado de um processo de patrimonialização dos bens culturais, o que faz com que estes assumam um estatuto especial protegido pelo Estado em nome dos direitos coletivos. No entanto, se a patrimonialização se consagra pela ação de Estado, ela é resultado, sobretudo, de ações que envolvem a sociedade civil. Importa, nesse sentido, destacar que o Estado não é o único agente do patrimônio cultural. A definição do processo de patrimonialização implica, portanto, enfatizar que o patrimônio é construção social.” (KNAUSS, 2015, p.12)

A princípio, pouco se debate a toponímia no campo do patrimônio. Buscando em produções acadêmicas ou em definições dos órgãos oficiais responsáveis pelo tema, pouco se encontra a nomeação de um lugar como um patrimônio cultural imaterial de uma sociedade. Apenas algumas poucas citações são feitas neste sentido e geralmente dentro de exemplos bem abrangentes de patrimônio. p. ex. em sua obra “A origem geográfica como patrimônio”, na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Vinicius Lages e Cristiano Braga fazem uma citação sobre a toponímica relacionada ao patrimônio intangível:

Saberes, toponímias, lugares, causos, estórias, artes e ofícios, memória, história, símbolos, signos têm-se tornado objeto de tombamento, registro, certificação enquanto patrimônio material e imaterial (ou tangível e intangível, como muitos preferem), enquanto bem público, bem comum. (LAGES e BRAGA: 2005, p.96)⁵

Na defesa de pensar o topônimo-monumento como patrimônio cultural imaterial, Patrícia Carvalhinhos se destaca ao afirmar que pensar em toponímia, independentemente de sua materialidade ou imaterialidade, é também pensar em monumento e patrimônio cultural. Inevitavelmente, os topônimos estão integrados aos monumentos e são indissociáveis, por isso, pode-se entender que “se os mesmos são parte da língua e, portanto, também pertencem ao patrimônio imaterial”. (CARVALHINHOS: 2022, p.18)

Podemos considerar esse outro tipo de materialidade quando o nome de lugar passa a integrar registros escritos, em que sua representação ganha nova força para perpetuar-se. Seja na oralidade ou na escrita, essa dimensão linguística do topônimo o inscreve na

⁵ Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/rev_pat_n32.pdf

categoria de «patrimônio imaterial», já que é parte da própria língua. (CARVALHINHOS: 2022, p.18)

A maioria das vezes os topônimos são tratados como patrimônios de caráter linguístico. Porém, este conceito vai além de um caráter linguístico a atinge outros campos de saber. Segundo os estudos de Frosi, Faggion e Dal Corno (2008, p. 294),

“as cidades, seus monumentos, suas praças e ruas têm nomes que guardam a memória coletiva do tempo transcorrido e preservam a lembrança dos homens que aí viveram e construíram um patrimônio cultural que do passado se estende ao presente”.

A autora Maria Cândida Seabra também definiu o topônimo como um patrimônio lexical que acumula em si uma cultura representativa de uma sociedade.

Tradicionalmente, o léxico é definido como o conjunto de palavras de uma língua, responsável por nomear e exprimir o universo de uma sociedade. Transmitidos de geração a geração como signos operacionais, é através dos nomes que o homem exerce a sua capacidade de exprimir sentimentos e ideias, de cristalizar conceitos. Assim, o patrimônio lexical de uma língua constitui um arquivo que armazena e acumula as aquisições culturais representativas de uma sociedade, refletindo percepções e experiências multisseculares de um povo. A essa ciência linguística, dá-se o nome de lexicologia. (SEABRA, 2006, p. 1953)

Trabalhar a história do nome de um lugar é trabalhar basicamente com um patrimônio linguístico, mas, este também é um patrimônio cultural pois é um registro histórico produzido como testemunho de uma sociedade, bem como assinala Andrade (2010):

Todo trabalho toponímico constitui um caminho possível para o conhecimento do modus vivendi e da cosmovisão das comunidades linguísticas que ocupam ou ocuparam um determinado espaço. Nesse momento, são exteriorizados e evidenciados aspectos sociais, religiosos, *antropoculturais*, organização política e linguísticas de um determinado grupo (ANDRADE, 2010, p.209).

Por ser uma produção cultural, a escolha toponímica está ligada intimamente à sociedade que a produz e demonstra a relação com sua construção de memória local, que além de ser produzida em coletividade é mantida pela sociedade através de patrimônios culturais. Por isso, o caminho mais confortável para pensar a toponímia no campo do patrimônio cultural imaterial é relacionado ao ato de nomear espaços públicos com conceitos como memória e monumento.

A historiadora francesa Françoise Choay, em seu livro *Alegoria do Patrimônio*, descreve a transformação do patrimônio cultural em um símbolo, ou melhor, em uma

representação simbólica carregada de significado cultural, político e social. A autora evolui o argumento explicando que, ao longo do tempo, o patrimônio deixou de ser apenas um conjunto de objetos e lugares históricos para se tornar uma construção simbólica que reflete as preocupações e aspirações da sociedade contemporânea. Como afirma a autora,

“Enfim, o domínio patrimonial deixou de estar limitado aos edifícios individuais; ele compreende, daqui em diante, os conjuntos edificados e o tecido urbano: quarteirões e bairros urbanos, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades”. (CHOAY, 2017, p.12-13)

Para melhor abordar sua teoria sobre a alegoria do patrimônio, Choay faz uma distinção entre duas definições do campo no estudo patrimonial: de monumento e de monumento histórico.

Ao definir o termo monumento, a autora relaciona com o conceito de memória, mas não de uma forma qualquer, ela busca entender a memória como algo vivo que influí na vida da sociedade e por isso carrega sentimentos e emoções. Segundo Choay,

“a especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de ação sobre a memória. Não só ele a trabalha, como também a mobiliza pela mediação da afetividade de forma recordar o passado, fazendo-o vibrar a maneira do presente”. (CHOAY, 2017, p.17)

Em sua relação com o tempo vivido e com a memória, Choay considera que o monumento é uma construção humana que possui um objetivo sentimental de defesa contra um trauma comum à sociedade, o de lutar para manter o passado vivo e consequentemente dar significados à sua própria existência. Porém, a função de memória do monumento tem várias causas e variam de acordo com as motivações históricas.

Sobre o monumento histórico Choay, afirma que é uma invenção bem típica da sociedade ocidental com diversos interesses políticos em suas escolhas e preservação. Fica claro a visão de mundo e a tentativa de criação de uma identidade coletiva. A autora afirma que, “Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido por isso na sua origem um destino memorial. Inversamente, recordemo-lo, todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função de memória.” (CHOAY, 2017, p.25)

Usando esses conceitos de monumento intencionados e monumento não-intencionado relacionado com a memória apresentada pela autora podemos

aproximar com o conceito da toponímia se considerarmos que todo monumento, independente de suas motivações na hora de sua produção, são nomeados e torna-se impossível pensar no mesmo sem o seu nome associado. O topônimo é parte inerente do monumento e configura uma das suas principais características.

Em uma de suas obras clássicas, *As palavras e as coisas*, o filósofo francês Michel Foucault afirma que: “Nomear é, ao mesmo tempo, dar a representação verbal de uma representação e colocá-la num quadro geral” (FOUCAULT, 1999, p. 164). Ou seja, de acordo com o filósofo, nomear (um lugar) é atribuir valor de diversas formas como um valor simbólico, político, econômico e memorial. Além disso, segundo a perspectiva do autor, o ato de nomeação e o uso do nome produzido, têm implicações discursivas, que também exprimem relações de poder.

Pensar em monumentos sem seus topônimos seria retirar o sentido histórico e memorial do mesmo, já que ao serem criados carregam intencionalidades, que passam pela sua escolha, idealização, construção e claro nomeação. “Na medida em que uma das muitas dimensões do topônimo permite «evocar o passado» e «perpetuar a recordação», nos é lícito considerá-lo um monumento. O nome do lugar também pode ser considerado um documento.” (CARVALHINHOS: 2022, p.18)

Na historiografia francesa, Pierre Nora destacou-se ao propor o conceito de lugar de memória e aproximar debates como patrimônio cultural, memória e história criando um impacto profundo, tanto em seu país, como na historiografia internacional. Em seu texto *“Entre memória e história: a problemática dos lugares”*, explicita o conceito de lugares de memória na França. Esse aspecto amplia o debate no uso da memória na construção de uma narrativa histórica. Para Nora, todos os monumentos configuram-se lugares de memórias construídos e utilizados pela história. O historiador afirma que “Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.” (NORA, 1993, p. 27)

Em seu texto “Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘problemática dos lugares’”, Francisco Júnior, ao criticar a forma que os historiadores se apropriaram do conceito de memória e patrimônio, afirma que o monumento passou um processo de deslocamento de significado pelo qual a

motivação e que impulsionou a construção do monumento tornou-se o objeto principal de análise mais dos que sua função original prévia.

“Se o monumento (trazer à memória) é uma constante cultural universal humana, o monumento histórico é um tipo de artefato ao qual fora associada uma semântica historicista, na medida em que algo passara de sua função inicial na cultura para uma (nova) função memorial histórica. A noção de monumento histórico fora assim contemporânea da formulação da ciência da história. Por isso, na perspectiva de Pierre Nora estes monumentos históricos seriam uma evidência dos lugares de memória relacionados à nação e são listados ao lado dos muitos exemplos materiais de lugares de memórias entre “Entre *mémoire et histoire*”. A conclusão evidente é que o patrimônio, neste sentido, seria um lugar de memória, não a própria memória.” (JUNIOR, 2015, p. 257)

Utilizando-se da teoria de Nora, podemos entender o patrimônio cultural como lugar de memória e afirmar que os topônimos também podem ser considerados como parte integrante e essencial do território e por isso, é um instrumento de significação e representação do passado, logo, faz parte do contexto de um patrimônio cultural imaterial. Ainda que em alguns casos ocorra a troca de nomes de monumentos e lugares históricos, a ressignificação também carrega em si uma intencionalidade e demonstra a necessidade de nomear para dar sentido à memória que está ligada.

O topônimo é uma herança imaterial produzida pela sociedade que na maioria das vezes são desconsiderados e não são reconhecidos como parte do patrimônio cultural. Ignora-se a relação afetiva das pessoas com os meios que vivem e como isso influencia diretamente em suas identidades e no sentimento de pertencimento. Carvalhinhos, faz uma importante denúncia ao afirmar que “Documento ou monumento, o topônimo é herança imaterial cultural nem sempre assim reconhecido. Tal carência de reconhecimento se dá por e também conduz à falta de políticas públicas de proteção ao nome e é por esse motivo que apagamentos indiscriminados ocorrem em maior ou menor grau”. (CARVALHINHOS: 2022, p.18)

1.4 A TOPONÍMIA COMO VIÉS DE CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

A história e a origem de nomes de cidades, monumentos, praças, escolas e ruas possuem traços de uma construção histórica de memória coletiva do tempo que foram criados e do tempo transcorrido, gerando uma preservação do passado, transformando em um patrimônio cultural e um lugar de memória. Dick (1990, p.21-22) descreve:

[...] os topônimos se apresentam como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada.

Verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população, encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato de nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal.

Para considerarmos o conceito defendido por Dick, de afirmar que a Toponímia é um instrumento de projeção temporal, é preciso compreender que a representação do passado é sempre objeto de disputas simbólicas que traduzem disputas sociais.

Podemos afirmar que a memória não está localizada no passado e, sim, que é construída e se encontra no tempo presente. A partir do presente, pretende fazer uma conexão com o passado, mas com o notório desejo de construir uma perspectiva futura.

Existe a memória coletiva de um determinado grupo que se torna parte de uma estrutura social, que acaba sendo um instrumento de diferenciação entre outros grupos. Se fizermos uma análise usando como base a interpretação inspirada no pensamento do sociólogo Émile Durkheim, a memória coletiva ganha *status* de fato social com uma força institucional duradoura e estável exercendo uma coerção sobre os indivíduos. Porém, a memória coletiva reforça a coesão social, usando muito mais a adesão afetiva do grupo.

Pollak defende que a memória é um fenômeno construído de forma consciente, ou não. Segundo o autor, a memória individual ou coletiva é constituída por acontecimentos e lugares, esses elementos precisam ser organizados para que essas histórias de vida adquiram justificação e credibilidade, em um processo chamado enquadramento de memória. (POLLAK, 1992, p. 5)

A memória nacional está baseada em práticas de rememoração e construção de narrativas. A toponímia cívica é uma prática de rememoração e sustenta narrativas construídas através de uma narrativa hegemônica. A memória sempre entra em pauta com todas as possibilidades de representação nos espaços públicos e na construção oficial de uma identidade.

A narrativa histórica, a monumentalidade, os símbolos de uma nação, as datas comemorativas, os nomes de praças e ruas são sim um instrumento de construção da memória coletiva criando um sentimento afetivo de coletividade e pertencimento. A memória coletiva fornece um grande número de pontos referenciais que postulam a aproximação dos indivíduos independente de quanto tempo se passa desde a construção oficial.

O topônimo carrega a preservação de elementos culturais do passado e do tempo em que ocorreu o ato de nominar. Conforme assinala Andrade, “O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto ambiental, histórico-político e cultural da comunidade. Ao contrário, reflete e refrata de perto a própria essência do ser social, caracterizado pela substância de conteúdo”. (ANDRADE, 2010, p.213)

O topônimo tem uma relação direta com a memória construída, tornando-se impossível de dissociar os significados dos termos e de seu contexto de produção de significado. A memória coletiva permanece ainda que a sociedade atual esqueça a motivação original que levou a criação toponímica.

A memória é, sem dúvida, uma ferramenta extremamente poderosa que articula o novo, pois, articula a permanência e a mudança, a identidade e a diferença. Saber dar voz a ela em conjunto com a narrativa pode ser um instrumento de manutenção ou de transformação. Porém, quando não bem articulada ou tratada com o devido merecimento e rigor, pode ser relegada a perder seu verdadeiro valor. E é neste ponto que o historiador deve atuar.

Como escreveu Sandra Pelegrini, “a memória socialmente construída não raro aparece associada às lembranças vinculadas a monumentos e lugares específicos da cidade”. Tal escolha pode indicar “representações de mitos fundadores, marcos identitários e referências culturais urbanas” (PELEGRINI, 2008, p. 218).

Pode até parecer contraditório, em primeira instância, mas é correto afirmar que a memória não existe sem esquecimento. Eles dançam juntos pois não possuem valor em si de forma isolada. A memória depende e produz esquecimento na mesma medida que o esquecimento depende e produz memória.

[...] os silêncios e as ausências de celebrações são igualmente reveladores. Certo é como assinalam os estudiosos dessa temática, que tal “tradição” tem sido tomada como uma prática pedagógica, um meio de rememorar fatos, negar episódios, enaltecer personagens ou relegá-los ao esquecimento (PELEGRINI, 2008, p. 218).

O caráter seletivo e eletivo da memória é um campo para a atuação política de sujeitos que almejam produzir a si mesmo e ao outro. Em um exercício lógico podemos produzir duas premissas: a primeira é que a memória é poder. Já a segunda é que narrativa é lugar de memória. Infere-se que a narrativa é lugar de poder. Este lugar de poder é um espaço de construção e resistência histórica e cultural.

O conceito de lugares de memória criado por Pierre Nora abriu o horizonte para abordar o significado de logradouros como elemento da construção da memória

coletiva de uma sociedade. Esse conceito tem como base a ideia de que a memória não é apenas uma questão individual, mas também um fenômeno social e cultural que se reflete nos lugares e nas práticas simbólicas que os cercam. Para Nora, os lugares de memória são locais físicos, monumentos, edifícios, objetos ou até mesmo eventos que adquirem significado simbólico e histórico, tornando-se pontos focais de lembranças compartilhadas por uma comunidade ou sociedade. Esses lugares não apenas guardam lembranças do passado, mas também as moldam e as transmitem de geração em geração.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. E a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. (NORA, 2012, p. 7-8)

A importância dos lugares de memória reside na maneira como eles fornecem uma ancoragem material e tangível para a memória coletiva. Eles oferecem uma ligação entre o passado e o presente, permitindo que as pessoas acessem, compreendam e principalmente recriem as narrativas históricas que moldam sua identidade cultural. Além disso, esses lugares podem desencadear reflexões sobre a relação entre memória, história e poder, destacando como a seleção e a interpretação dos eventos do passado muitas vezes são influenciadas por agendas políticas e sociais. Nora enfatiza o papel dos espaços físicos na construção da memória coletiva, revelando como os lugares podem se tornar repositórios vivos de história, cultura e identidade. Nora afirma que: “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, noticiar atas, porque essas operações não são naturais”. (NORA, 2012, p.13)

Ao ampliar o conceito da natureza da memória, podemos ver um enorme leque de possibilidades de resistência à construção histórica oficial que no Brasil foi constituída desde o século XIX. A construção da memória referendou a história oficial e a política de preservação de patrimônios, através de instituições públicas a partir do século XIX, com a preocupação de criar uma identidade nacional que possibilitasse uma unidade populacional e justificasse a unidade territorial, que nos primeiros anos do país independente esteve em constante ameaça.

Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são, comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. (POLLAK, 1992, p. 55)

A memória é um fenômeno constituído social e individualmente, mas podemos afirmar que a memória é sim uma construção seletiva que pode ser concebida no âmbito individual com as lembranças afetivas do passado ou coletivamente. De forma proposital ou por impulso nem tudo fica registrado ou guardado.

O caráter variável da memória abre a possibilidade de configurações e articulações estabelecidas previamente de acordo com o projeto ou interesse. A apropriação da memória pelo estado é acima de tudo uma tentativa de monopolizar a narrativa oficial como projeto de coesão social e identidade de uma nação. O objetivo é gerar um sentimento de pertencimento nos indivíduos, mas olhando para uma representatividade pensada pela elite que se beneficia com a ideia de unidade, proporcionando a tão desejada identidade social que é almejada naturalmente por todo e qualquer indivíduo que busca inserção social e significado no outro. Para isso, é necessário combater todas as resistências de memória que se opõem e insistem em permanecer como antítese.

No caso brasileiro, podemos citar instituições como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Arquivo Nacional, ambos criados no período regencial, em 1838. Já no século XX, tivemos a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), fundado em 1937, que foi a primeira denominação do órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, hoje, sucedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essas instituições foram expoentes desta narrativa em busca da identidade nacional dominantes ou hegemônicas nesse período, tanto usando a narrativa construída pela historiografia e quanto pela preservação do patrimônio cultural.

Se tivermos um olhar atento podemos notar que o topônimo tem o poder de mobilizar a memória coletiva através da emoção e da afetividade e tem o papel agregador que o governo brasileiro sempre almejava. É claro que a narrativa dominante, ao tentar recriar um passado homogêneo, acabou desconsiderando outras produções de memória, ainda no caso do Brasil, ocorreu uma valorizando a história da elite branca cristã e escravista e a memória dos escravizados e dos

indígenas, entre outros, foram de forma proposital deixadas de lado. Sobre este embate entre memória coletiva e individual Pollak afirma:

"Essa memória "proibida" e, portanto, "clandestina" ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades." (POLLAK, 1989, p.06)

O movimento de revisão de leituras e representações do passado é inevitável em diversas sociedades e mais ainda em relação à nova ênfase dada às memórias subalternas. As classes que compõem a sociedade passaram a reivindicar um espaço inalienável de contribuição e participação na construção da memória tornando um verdadeiro campo de batalha. Memórias e identidades são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos (POLLAK, 1992, p.05).

Os topônimos, formam a memória e identidade local, por isso devem ser analisados como bem imaterial importante que constituem o patrimônio cultural do espaço geográfico de uma cidade. O nome do lugar pode ser considerado um importante conhecimento local das percepções sobre em torno do espaço vivido. Dick afirma que o valor de um topônimo transcende o próprio ato de sua escolha já que imprime, uma marca histórica transformando em um verdadeiro fóssil linguístico.

Mas esta fundação cristalizadora da significância só se torna possível porque o nome de lugar exerce, concomitantemente, o papel de uma verdadeira crônica, em que os fatos atuais se projetam no futuro através da inscrição onomástica, possibilitando, dessa forma, a sua análise posterior. (DICK, 1990, p. 293).

1.5 A TOPONÍMIA NO DIA A DIA E ESCRITA DA HISTÓRIA

Há uma disputa ou negociação entre a nomeação política oficial da toponímia com a nomeação popular e espontânea. Isto é típico da toponímia brasileira, que passa por um fenômeno de nomeação espontânea popular. Mesmo com uma troca oficial de um topônimo ou um monumento, nota-se a permanência do antigo nome no imaginário das pessoas ou nomes populares que se tornam mais famosos que o nome original. A cidade do Rio de Janeiro, possui alguns exemplos emblemáticos para abordarmos esta teoria.

O estádio Jornalista Mário Filho⁶, popularmente é chamado de Maracanã desde de sua construção nos meados dos anos de 1940. O estádio foi inaugurado em junho de 1950, com objetivo de sediar jogos da Copa do mundo no mesmo ano. O nome popular motivado por uma característica geográfica da região, rio Maracanã, que também possui uma origem indígena, prevaleceu popularmente dando nome ao estádio. A denominação espontânea ganha mais força do que a denominação oficial demonstrando assim uma não passividade da sociedade. O nome popular do estádio, que se tornou mundialmente conhecido, é símbolo e patrimônio cultural tombado da cidade do Rio de Janeiro. Há um claro movimento de resistência popular contra as escolhas toponímicas feitas pelo governo.

Outro exemplo emblemático de resistência e ressignificação dos topônimos no Rio de Janeiro é a famosa ponte que faz ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, popularmente conhecida como Rio-Niterói e não pelo seu nome oficial, que homenageia o ex-presidente da ditadura militar, que ordenou a sua construção, Arthur da Costa e Silva.

A Ponte Rio-Niterói nasceu verde-oliva. Ao inaugurar-a em 1974, décimo aniversário do golpe militar, o então presidente, Emílio Garrastazu Médici, orgulhou-se de estar escrevendo em concreto e aço os compromissos do regime com a pátria. Quarenta anos depois, a ponte continua firme sobre as águas da Baía de Guanabara. Porém, do passado cívico que a ergueu como uma das obras-símbolo do Brasil Grande, pouco restou além da placa com o nome de batismo, “Ponte Presidente Costa e Silva”. (OTÁVIO E GÓES, n.p)⁷

Sendo inaugurada no auge da ditadura civil-militar, tornou-se um dos seus principais símbolos do regime que objetivava demonstrar o país grande como uma potência digna de respeito mundial.

Não é possível precisar o momento em que o nome do presidente militar deixou de ser utilizado, permanecendo no campo da nomenclatura oficial, e substituído por uma denominação popular. Mas é fato que a ponte foi denominada popularmente com o nome das cidades que fazem ligação e assim permanece até hoje.

⁶ Maracanã é um nome tupi-guarani que significa “semelhante a um chocalho”. Antes da construção do estádio, existia no local grande quantidade de maracanãs-guaçus, aves que emitem sons de chocalho. Disponível em <https://www.ipatrimonio.org/rio-de-janeiro-estadio-mario-filho/#/map=38329&loc=-22.912079000000002,-43.230016,17> Acessado em 13 jun. 2023

⁷ Para maiores informações sobre a história da Ponte Rio-Niterói ver reportagem do O Globo de Chico Otávio e Bruno Góes disponível em <https://infograficos.oglobo.globo.com/pais/ponte-rio-niteroi.html> acessado em 05 jan. 2024.

Também é difícil precisar qual foi a motivação que impulsionou a troca espontânea do nome, por isso, não podemos afirmar que foi uma oposição ao regime ditatorial ou mesmo um descontentamento com a nefasta biografia do presidente homenageado. Se assim analisarmos, cometemos um equívoco e uma imprecisão histórica carecendo de fonte para sua comprovação, mas podemos entender como um exemplo de que a vontade da sociedade em relação ao meio que habita, neste caso, prevaleceu.

A maior parte desse movimento de resistência ocorre de forma espontânea e não de uma forma programada ou articulada e demonstra na verdade a relação direta da população com o espaço e suas nomeações. Não é um movimento estruturado de resistência e organizados com intuições políticas ou sociais, e sim algo espontâneo de relação dos indivíduos com o espaço que habitam. De forma direta, reivindicam o direito de nomear o espaço assim fazendo sentido para a maioria da sociedade. Na maioria das vezes, essa relação entre a nominação popular e oficial não entra em rota de colisão e não causam transtornos entre a sociedade e o governo.

Obviamente, existem vários interesses e motivações na hora de escolher os governos escolherem os nomes para monumentos ou topônimos da cidade. Porém, a vontade popular, com sua ação espontânea de nomear um espaço, obriga os governos a negociarem e cederem à vontade da maioria. Como nos casos citados, do estádio Maracanã e da ponte Rio-Niterói, prevalecem as escolhas populares levando os órgãos oficiais como o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro considerar ambos os nomes respeitando assim a escolha popular e espontânea. A própria concessionária, p.ex., responsável pela administração da Ponte Rio-Niterói, em seu *site* oficial, utiliza as duas nomenclaturas, tanto a oficial, quanto a popular.

Recentemente ocorreram casos de mudanças de topônimos que causaram debates na sociedade com motivações diversas. A cidade do Rio de Janeiro fez trocas de nome de rua nos últimos anos que podem servir de exemplo para o nosso estudo.

No início do ano de 2023, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro resolveu homenagear o futebolista Edson Arantes Nascimento, o Pelé, com a troca do nome de uma via importante na cidade. A conhecida avenida Radial Oeste, localizada em frente ao estádio Maracanã, passou a ser nominada avenida Rei Pelé. Esse caso, pela sua curiosidade, chamou atenção pela velocidade na troca do nome através do

decreto municipal⁸, já que a morte do Pelé ocorreu em dezembro de 2022 e a homenagem já estava pronta em menos de um mês.

Essa troca aconteceu após o próprio prefeito Eduardo Paes usar suas redes sociais para consultar a população sobre a homenagem. A aprovação popular foi grande, referendando assim o ato oficial. Fato que não apaga o oportunismo político do chefe do executivo da cidade, utilizando-se rapidamente da morte do famoso futebolista para promover a si mesmo e seu governo. Outra curiosidade sobre esse ato é que a antiga avenida Radial Oeste, como era conhecida popularmente, na verdade, oficialmente chamava-se avenida Presidente Castelo Branco, outro ponto da cidade que foi utilizado para homenagear um antigo presidente da ditadura militar.

Este é o caso interessante na relação da toponímia com a sociedade que demonstra sempre uma disputa, ou negociação, entre a nomeação política oficial do topônimo com a nomeação popular e espontânea que se chocam. No mesmo mês da homenagem ao ex-jogador de futebol Pelé, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro também homenageou outro ex-jogador, com o nome de uma rua. Trata-se de Roberto Dinamite, falecido em janeiro de 2023, que passou a dar nome à rua em frente ao estádio de São Januário. Uma peculiaridade, nesse caso, é que o prefeito não trocou o nome de toda avenida e, sim, fez a substituição somente de um trecho em frente ao estádio, mantendo assim os antigos homenageados em um caso de divisão de memória.⁹

As mudanças topográficas, feitas na cidade do Rio de Janeiro, foram rapidamente aprovadas devido à velocidade na articulação administrativa para aprovação, pelo prefeito através de decretos e contando obviamente com a comoção popular pelo falecimento de dois famosos futebolistas do Rio de Janeiro e brasileiros, que marcaram a história, do esporte. Mudanças assim ocorridas de formas rápidas estão de acordo com uma memória recente, conseguem uma aprovação grande da população que ignora outros fatos importantes como as questões jurídicas e políticas que sempre habitam por trás do ato da nomeação oficial do espaço público.

⁸ Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro | Poder Executivo | Ano XXXVI | Nº 196 | Quarta-feira, 4 de janeiro de 2023. Disponível em <https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/5583/#/p:1/e:5583>. Acessado em 13 jun. 2023

⁹ Site oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro. Publicado em 13/01/2023 - 18:09 | Atualizado em 14/01/2023 - 12:53. Disponível em <https://prefeitura.rio/cidade/avenida-roberto-dinamite-no-entorno-de-sao-januario-ganha-sinalizacao> acessado em 13 jun. 2023.

A criação de topônimos é influenciada por processos históricos, políticos e sociais, e mesmo com a forte influência formal da oficialidade dos nomes, ocorre a ressignificação deles por parte da população. Existe um dinamismo na relação entre a nomeação de espaços de forma oficial e popular. Em processo contínuo de construção, desconstrução, reconstrução, surgindo novos significados ou mesmo mantendo os velhos.

A autora Maria Cândida Seabra anotou de forma esclarecedora os significados dos topônimos e a forma que a sociedade negocia de forma tácita ou declarada com os nomes escolhidos:

Por se tratar de nomes que permanecem, às vezes, intactos, outras vezes, levemente modificados, o nome de lugar é provido da função referencial; já o seu sentido nem sempre se encontra armazenado na mente do ouvinte, nem na do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo, que vem atravessando gerações. (SEABRA, 2006, p. 1956)

Pensar a toponímia e suas relações no dia a dia é também pensar o ofício do historiador de narrar e investigar a história. Segundo o historiador francês François Dosse, em *História do tempo presente e historiografia* (DOSSE, 2012), vivemos um novo regime de historicidade, já que a nossa relação com o passado altera também a nossa relação com o futuro. Isto ocorre porque vivemos uma grave crise de historicidade gerada pela nova concepção do futuro e quebrando a postura clássica do passado mantendo o foco sobre o presente como detector de sentido da memória, do patrimônio, das datas comemorativas entre outros elementos.

O chamado presentismo incutiu mais verdade na fidelidade da narrativa e acabou valorizando a relação dialética entre a história e a memória. Dosse firma sua posição historiográfica quando defende a ideia de uma verdadeira singularidade da noção da história do tempo presente que reside na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do espaço de experiência e no presente do passado incorporado, citando a concepção encontrada em seus estudos do tempo presente.

Dessa mudança historiográfica resulta uma ampliação do conceito de “tempo presente” que não é mais considerado um simples período adicional mais próximo. O conceito remete em sua acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo, ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo. A noção de “tempo presente” se torna nesse contexto um meio de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas. A distância temporal que nos

separa do passado se transforma, porque até então considerada uma desvantagem, ela se transforma em uma sedimentação de camadas sucessivas de sentido que expandem o seu alcance graças à maior profundidade. (DOSSE, 2010, p.11)

Para referendar suas posições epistemológicas, Dosse usa como base as posições teóricas de outro importante pensador francês no campo da memória e narrativa histórica, o consagrado Paul Ricoeur. Este sempre defendeu que a memória é a matriz da história e que ambas são impossíveis de serem desassociadas, logo podemos afirmar que memória e história não se distinguem e não competem entre si.

Porém, trabalhar no campo da memória requer um cuidado e um rigor metodológico científico para não cometer nenhum equívoco. A memória possui em si patologias que muitas vezes cega e atrapalha o ofício do historiador, isto ocorre por estar no âmago da inter-relação problemática entre o individual e o coletivo.

Existem algumas patologias que atuam na memória como por exemplo a possibilidade de manipulação de comandos típica da subjetividade e da assimilação dos fatos. Outra patologia que podemos destacar é a dimensão sensível e afetiva da memória que pode levar a interpretações distintas de um mesmo fato histórico. Ao analisar o topônimo ligado à memória é necessário que o processo siga de forma extremamente rigorosa para não se cometer equívoco ou criar falsas impressões de uma memória construída.

Segundo Dosse, Ricoeur ainda afirma que a história não caminha sozinha neste projeto e não é órfã pois é e permanecerá viva, por isso o historiador em seu ofício de narrar deve muito a memória em sua busca constante da verdade, ainda que não alcançada em sua totalidade, sempre tentando manter a fidelidade mais próxima dos fatos. A narrativa possui duas ambições de natureza diversas que é verificativa para a história e de fidelidade para a memória. Ricoeur levanta um problema no uso e abuso da memória como fonte principal para os historiadores que é a denominada tirania da memória.

Subjugar tudo a memória sem ter uma visão crítica dos fatos é algo que gera erros historiográficos na narrativa. Assim se dá no estudo da toponímia, se for feito uma análise com pouca base de apreciação pode cometer um grave equívoco. É necessário analisar o máximo dados que levam a interpretar as motivações na hora de nomear um espaço público. Não se deve cometer o erro e ser levado a interpretar

a escolha do homenageado somente por uma memória recente desconsiderando outras memórias que motivaram escolhas de outros homenageados no passado.

Ainda que a memória possua patologias, como impedimentos, resistências ou manipulações, ela não deve ser deixada de lado, pelo contrário, deve servir como base para a historicidade que ganha sentido como a narrativa. Quando analisamos uma homenagem realizada no passado no campo da toponímia não podemos ignorar o fato de que estamos analisando no tempo presente com outra mentalidade e outras motivações. Produzimos no tempo presente olhando para o passado e sendo influenciados pelo nosso tempo, por nossas escolhas metodológicas, por escolhas ideológicas, mas, acima de tudo influenciado pelo contexto abrangente de nosso tempo.

A escrita é acima de tudo o principal ofício do historiador e consequentemente impossível de não ser valorizada, já que não há tempo pensado sem existir o tempo narrado. Segundo Dosse, ao narrar um fato histórico, de forma intrínseca já ocorre uma explicação do próprio fato, por isso ele afirma que a história deve muito à narrativa. É crucial distinguir a narrativa histórica da narrativa ficcional já que a história habita no campo científico com seus métodos e regras específicas. A famosa escola dos Annales no ímpeto de defender a história no seu campo científico tentou romper com a narrativa criando algo totalmente ilusório colocando a científicidade no lugar da narrativa. Em um novo regime de historicidade podemos entender que se torna impossível propor a separação da história e narrativa já que a história busca veracidade através da escrita.

Através da renovação historiográfica e memorial, os historiadores assumem o trabalho de luto de um passado em si e dão sua contribuição ao esforço reflexivo e interpretativo atual nas ciências humanas. Essa inflexão recente se une à depreciação/retomada de toda a tradição histórica objetivada por Pierre Nora em *Les lieux de mémoire* e abre caminho para outra história, enriquecida pela reflexão necessária sobre os indícios do passado no presente, e os historiadores (DOSSE, 2010, p.29)

Em outra perspectiva, o historiador francês Antoine Prost afirma que a história e o fazer historiográfico não deve ser refém da memória, já que não necessariamente são a mesma coisa. Segundo o autor, é necessária uma autonomia no processo de construção da interpretação da construção temporal da história. Afirma que “O tempo da história se constrói contra o da memória. Contrariamente ao que se escreve,

frequentemente, a história não é uma memória." (PROST, 2015, p.106). Não se trata da negação da memória e nem mesmo da separação definitiva entre ambas, nem mesmo se trata da negação ou do abandono da memória.

O mesmo é dizer que o tempo não é dado ao historiador tal com o ele se apresenta nesse preciso momento, preexistente à sua pesquisa, mas é construído por um trabalho próprio ao ofício de historiador. (PROST, 2015, p.106)

Fazer história é acima de tudo criar um objeto científico e historicizá-lo construindo uma temporalidade. A proposta de Prost é de que a memória não deve ser confundida com a história e sim ser uma eficiente ferramenta na construção do saber histórico com a apreciação única do historiador.

CAPÍTULO 2

A cidade e o nome da rua

2.1 História de uma cidade e um bairro

Narrar a história do bairro de Icaraí localizado na zona sul da cidade Niterói é também narrar a história da própria cidade com sua evolução desde as primeiras ocupações até os dias atuais.

Localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro e a apenas 13 quilômetros da capital do Estado, Niterói sempre foi uma cidade de destaque no cenário político e cultural desde o início da colonização portuguesa no Brasil até meados do século XX.

Sua primeira ocupação ocorreu, no contexto da expulsão dos franceses da Baía de Guanabara com a participação decisiva dos indígenas da tribo temiminós. No ano de 1568, foi concedido ao líder indígena Araribóia, que também é conhecido pelo seu nome cristão Martim Afonso de Souza, a posse do território que só foi oficialmente confirmado em 1573 com a denominação São Lourenço dos Índios. Na ocasião havia um interesse político e militar que resultou em uma aliança entre os indígenas temiminós e os portugueses que se defendiam contra possíveis novas invasões na região.

Outras doações foram feitas com o objetivo de povoar e consolidar o domínio lusitano na região, algumas datadas antes do próprio Araribóia que oficialmente recebe o mérito de fundador da cidade. Estas doações de sesmarias nem sempre foram ocupadas pelas pessoas que recebiam a doação, mas, demonstram o interesse lusitano pela região.

“Em terras doadas por Mem de Sá a Martim Afonso de Souza - O índio Ararigbola - terras que foram de Antônio de Mariz, estabeleceu em 1573 o valoroso chefe temiminó a sede da aldeia de S. Lourenço, padroeiro da rústica capela erguida nesse ano pelos jesuítas para o culto e para a catequese dos silvícolas aldeados. Ao lado da sesmaria do famoso índio e fiel aliado dos portugueses, ficava a que o fidalgo Antônio de Mariz obtivera para compensá-lo da que havia renunciado”. (IPHAN, 01, p.147)

Falar da fundação e ocupação da cidade de Niterói é também falar do bairro de Icaraí como um dos primeiros desde a distribuição de sesmarias na região. O bairro de Icaraí já aparece como destaque com território doado ao português Jácome Pinheiro como destacado na Revista do IPHAN, p. 147 “Ao flanco dessa dada de

terras fora concedida uma outra a Jácome Pinheiro, 600 braças ao longo d'água e 800 para o sertão na praia grande, defronte da Lage (Monsenhor Pizarro - Relação de Sesmarias - Revista do Instituto tomo 63)". (IPHAN, 01, p.147)

O nome do atual bairro Icaraí, na grafia antiga *Icarahy*, tem origem no tupi-guarani, e se divide em I (água ou rio) e *Carahy* (sagrado ou bento). Infere-se que *Icarahy* significa água ou rio sagrado, nome que passou a ser utilizado oficialmente na época de ocupação do bairro quando foi fundado na sesmaria de Jácome Pinheiro a capela de São João de Carahy.

"Como quer que seja - acrescenta o historiador fluminense - o certo é que nessa sesmaria (a de Jácome Pinheiro), que precedia à de Ararigboia, se fundou a capela de S. João de Cari-y, em 1660, em um morro próximo ao campo da fazenda do mosteiro de S. Bento". Este lugar a que denominavam da "Pedra", pouco distava da praia de Cari-y" (IPHAN, 1937, p.147)

O bairro evoluiu na mesma proporção de crescimento da própria cidade, sempre com destaque junto com outras regiões. A sua extensão territorial era definida por duas fazendas, "localizavam-se em sua área duas grandes fazendas conhecidas como a Fazenda de Icaraí, cujo dono era Estanislau Teixeira da Mata; e a Fazenda do Cavalão, do Tenente Coronel Antônio José Cardoso Ramalho". (FAN, *Cultura de Niterói, Icaraí*)

No século XVIII, a cidade vivenciou um grande progresso com a elevação de regiões da condição de freguesia, como São Lourenço dos Índios e São Sebastião de Itaipú. Mas, no caso de São João de Icaraí, a elevação ocorreu antes datada em 1669, que junto com São Domingos e Praia Grande se destacavam na região. Além disso, a região foi ocupada por uma significativa quantidade de Igrejas capelas que contribuíram para a ocupação e desenvolvimento da região.

O progresso que vinha do outro lado da Baía de Guanabara localizou-se na parte mais plana, mais fácil de ser alcançada por mar, e sem a necessidade de atravessar os terrenos pantanosos junto a Enseada de São Lourenço. Assim surgiram os núcleos de São Domingos, Praia Grande, São João de Icaraí, São Sebastião de Itaipu e São Gonçalo, todos acessíveis por via marítima, e que lentamente foram se desenvolvendo (WEHRS, 1984, p.36).

No entanto, o grande momento da cidade de Niterói, com relação ao seu desenvolvimento urbano, ocorreu já no século XIX onde foi ampliado o destaque político e cultural da região. A proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, sempre

fez que as Bandas d'Além fosse foco de atenção da elite carioca. Principalmente pelas atividades agrícolas como o cultivo de cana de açúcar e cereais.

A chegada da corte portuguesa à cidade do Rio de Janeiro no ano de 1808, impactou diretamente na cidade vizinha entrando em foco da própria nobreza lusitana e do próprio líder máximo português, o rei de Portugal D. João VI que passou temporadas na região, sendo a primeira no ano de 1816.

Em 1816, por ocasião do falecimento de D^a. Maria I, El-Rei, Dom João VI, é convidado para passar uns dias na Banda d'Além. Aqui, é presenteado com um palacete próximo ao cais de São Domingos, na esquina da rua da Praia com a rua do Ingá; atuais Visconde do Rio Branco e José Bonifácio. São programadas missas, louvores e festas, e, comovido, El-Rei concede ao povo o "Beija-mão". O Beija-mão era uma tradição vinda dos tempos medievais, onde era permitido à boa sociedade apresentar-se ao rei e beijar-lhe a mão. Tal cerimônia era considerada uma honra para quem era convidado a participar dela. (FAN, 2013)

Em companhia de sua Corte, D. João VI se instalou no Palacete de São Domingos, prédio que foi demolido no ano de 1904. Chegou à região acompanhado de sua família, da corte, autoridades civis e militares, magistrados, clero e pessoas importantes da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Após esta primeira visita, a região da Bandas d'Além passou a ser foco de visitações de membros da nobreza e comerciantes gerando um crescimento populacional, inclusive nas freguesias vizinhas. A estadia ilustre do Rei e sua corte, a residência que receberá de doação e o crescimento populacional da região foram os principais argumentos utilizados para a petição de elevação à condição de Vila.

Em 10 de maio de 1819, D. João VI concedeu o alvará régio criando a Vila Real da Praia Grande que significava uma autonomia administrativa e política. A Vila era formada por dois povoados, São Domingos e Praia Grande, e por 4 freguesias: São João de Icaraí, São Sebastião de Itaipu, São Lourenço dos Índios e São Gonçalo.

[...]E tendo consideração ao referido e ao mais que se expendeu na mencionada consulta, em que foi ouvido o Proc. da Minha Coroa e Fazenda, com o Parecer do qual houve por bem conformar-me Souvido erigir em Vila o sobre]dito Sítio e Povoação de São Domingos da Praia Grande com a denominação de "Vila Real da Praia Grande a qual terá por Termo as quatro freguesias vizinhas de São João de Icaraí, de São Sebastião de Itaipu, de São Lourenço dos Índios, e de São Gonçalo, que ficaram desde logo desmembradas do Termo desta Cidade a que pertenciam; (FAN, Cultura de Niterói, Alvará de Criação da Vila)

Mas, foi somente no ano de 1835, que a cidade foi reconhecida em sua condição e recebeu o nome de Nictheroy. Há época o Brasil vivia um momento político conturbado após o reinado de D. Pedro I, que foi da euforia da independência em 1822 até a sua abdicação e retorno a Portugal em 1831. O período regencial, que se estendeu até a coroação de D. Pedro II no ano de 1840, criou uma série de medidas administrativas como tentativa de organizar o país.

Neste contexto foi criado o Ato Adicional de 1834, que modificou a história do Rio de Janeiro e consequentemente de Niterói. Esta famosa alteração na constituição transformou o Rio de Janeiro em um distrito neutro, espécie de Distrito Federal, abrindo assim espaço para Niterói que se tornou capital de província tendo sido capital da província e depois do estado do Rio de Janeiro nos períodos entre 1834-1894 e 1903-1975, respectivamente. (CAMPOS, 2004, p. 39-48)

Nas primeiras décadas do século XIX a cidade de Niterói recebeu mais de um plano de arruamento que culminou com a evolução urbanística de vários bairros. No ano de 1820 foi elaborado o primeiro Plano de Edificação para a Praia Grande organizado pelo engenheiro militar português Antônio Rodrigues Gabriel de Castro.

A partir de então, os investimentos em obras públicas e aberturas de ruas consumiram expressivas parcelas das rendas obtidas pelo cofre público local, a fim de transformar a sede da nova vila num espaço urbanizado, moderno, digno de seu status de vila e do título de imperial. Essa política foi reforçada, em 1820, com a elaboração do Plano de Edificação para a Vila Real da Praia Grande. (CAMPOS, 2004, P.142)

O plano de edificações seguiu um modelo renascentista, plano quadrangular que alterou ruas e caminhos antigos criando praças, chafarizes e abertura de novas ruas com larguras padronizadas, preparando a cidade para o crescimento populacional que se seguiu nos anos subsequentes. Além disso, a nova urbanização simbolizava os anseios da elite local em demonstrar condições de ocupar um lugar de relevância para o poder central e a Corte. A região de São João Batista de Icaraí, que não foi dada ênfase no plano de 1820, é representada em plantas da época como espaços vazios, com algumas chácaras, sítios e fazendas distantes um dos outros. (CAMPOS, 2004)

Nos anos de 1840-41 a cidade de Niterói recebeu, seu primeiro plano de arruamento de autoria do engenheiro francês Pedro Taulouis que foi contratado pelo então Presidente da Província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza, o Visconde de Uruguai, para auxiliar o major engenheiro da 3^a. Seção das Obras

Públcas, Carlos Rivièrre no projeto urbanístico. Além de colocar em prática um novo projeto de urbanização de Icaraí, O Plano Geral de Arruamento para a Cidade Nova, abrangeu também o atual bairro do Ingá. Como anotou Maristela Campos:

A vila que desde 1835 tinha sido elevada à categoria de capital da província do Rio de Janeiro e cidade, com o nome de Imperial Cidade de Niterói, no momento da elaboração do Plano Geral, necessitava expandir-se. Para isso, utilizou-se a malha trançada em forma de tabuleiro de xadrez, de 1820, dando sequência ao traçado para regiões vizinhas ao centro da cidade. (CAMPOS, 2004, P.147)

Em seu projeto, Pedro Taulouis seguiu o modelo do projeto de arruamento anterior criando uma malha viária ortogonal em forma de xadrez utilizando a Praia de Icaraí como ponto de partida. Segundo Campos (2004, p.181) “a demarcação das praças e ruas da Cidade Nova de acordo com o Plano só foi concluída em 1844. No entanto, a abertura de várias ruas apenas teve início a partir de 1854, prolongando-se até o século XX.”

As primeiras ruas do bairro inicialmente foram identificadas por números e posteriormente receberam nomes de pessoas famosas ou de fatos históricos sendo a primeira motivação toponímica no ato de nomear ruas carregadas de intencionalidade política. Segue abaixo um quadro com as principais ruas do Bairro de Icaraí, hoje boa parte localizados também nos bairros Santa Rosa e Jardim Icaraí, com seus primeiros topônimos e os atuais. Foi utilizado como base Planta da Cidade de Niterói (1844), e a descrição feita por Wehrs (1984) e Campos (2004).

QUADRO TOPOGRÁFICO DO BAIRRO ICARAÍ

Ruas perpendiculares à Praia de Icaraí

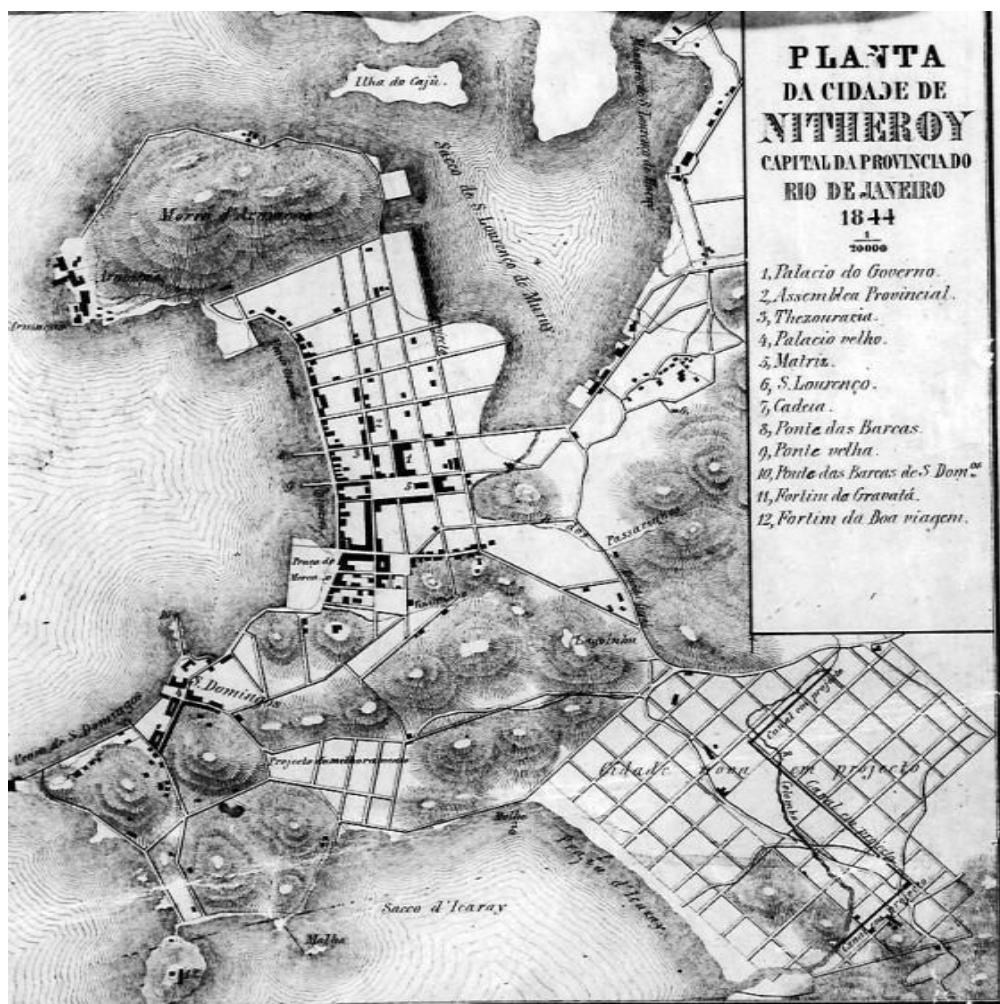
RUA	PRIMEIRO TOPOGRÁFICO	TOPOGRÁFICO ATUAL
Nº 71	Rua da Constituição	Rua Miguel de Frias
Nº 72	Rua da Independência	Rua Álvares de Azevedo
Nº 73	Rua da Aclamação	Rua Gal. Pereira da Silva
Nº 74	Rua da Sagrada Família	Rua Presidente Backer
Nº 75	Rua do Fundador	Rua Lopes Trovão
Nº 76	Rua da Regeneração	Rua Otávio Carneiro e Rua Miguel Couto
Nº 77	Rua dos Legisladores	Rua Belisário Augusto e Rua Domingos de Sá
Nº 78	Rua do Cruzeiro	Rua Osvaldo Cruz e Rua 5 de Julho
Nº 79	Rua das Estrelas	Rua Mariz e Barros
Nº 80	Rua do Reconhecimento	Rua 7 de setembro

Nº 81	Rua Adicional	Rua Comendador Queirós
Nº 82	Rua Santa Bibiana	Rua Joaquim Távora
Nº 83	Rua Santa Rosa	Rua Santa Rosa
Nº 84	Rua Praia de Icaraí	Avenida Jornalista Alberto Torres

Ruas paralelas à Praia de Icaraí

RUA	PRIMEIRO TOPÔNIMO	TOPÔNIMO ATUAL
Nº 85	Rua Vera Cruz	Rua Ator Paulo Gustavo
Nº 86	Rua Cabral	Rua Tavares de Macedo
Nº 87	Rua Souza	Rua Gavião Peixoto
Nº 88	Rua Mem de Sá	Rua Mem de Sá
Nº 89	Rua Estácio de Sá	Rua Roberto Silveira
Nº 90	Rua Barros	Rua Ministro Otávio Kelly
Nº 91	Rua Nóbrega	Rua Nóbrega
Nº 92	Rua Correas	Rua João Pessoa
Nº 93	Rua Brasília	Rua Geraldo Martins

Imagen 1: Planta da Cidade de Nictheroy, capital da Província do Rio de Janeiro (1844)



Juntos com as transformações urbanísticas e políticas ocorridas na cidade de Niterói na primeira metade do século XIX, a capital da província do Rio de Janeiro recebeu diversos investimentos que mudaram a estrutura da cidade, como a construção de prédios públicos e a implantação do sistema de barcas a vapor na ligação com a Cidade do Rio de Janeiro, facilitando ainda mais o aumento populacional da cidade.

A instalação da Companhia trouxe consigo maiores pressões às autoridades municipais e provinciais a fim agilizarem o processo de urbanização da área central da cidade, especialmente na localidade onde instalaria seu embarque e desembarque. Em 1836, a Companhia de Navegação pediu à Câmara o arruamento na rua da Praia, em frente ao Palacete (rua do Infante) para a construção de uma ponte e da sua estação. (CAMPOS, 2004, P.142)

Mesmo assim, com toda estrutura e desenvolvimento urbano, político e cultural, Niterói deixou de ser a capital do Estado por um breve momento. Isto ocorreu por motivo da Revolta da Armada, feita por membros da Marinha Brasileira em oposição ao governo de Floriano Peixoto. A cidade foi bombardeada causando grandes estragos nas vias urbanas e desespero na população, teve uma participação marcante na defesa e resistência contra a revolta recebendo o título concedido pelo Presidente da República de “cidade invicta”. A capital foi transferida para a cidade de Petrópolis por questões militares para fugir dos bombardeios e depois de um breve período, retornou para Niterói através de um esforço político e apelo popular.

Depois de um longo processo de evolução, modernização, obras públicas e expansão territorial, a cidade teve seu marco na década de 70, do século passado, com a construção e inauguração da Ponte Rio-Niterói. No mesmo período, da construção da referida ponte, houve outro marco para a cidade, a fusão dos Estados da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro. “A lei complementar nº20, de 1974, efetivaria a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, retirando de Niterói a condição de capital. A implantação do novo Estado do Rio de Janeiro ocorreu em 1975.”

Hoje a cidade possui uma área territorial de 133,757km² e uma população de 481.749 pessoas. Niterói se destaca por ser um dos municípios de maiores IDHM do país com destaque nacional na educação, saneamento básico, cultura, saúde e qualidade de vida.

2.2 História de uma rua

Sem dúvidas, desde o plano de arruamento de 1840-41 até os dias atuais a rua, que hoje recebe o nome de Rua ator Paulo Gustavo é uma das mais importantes do bairro de Icaraí e da cidade. Foi projetada para ser a mais elegante do bairro e receber casas dos membros da elite política e econômica da região como as famosas chácaras e solares. Na cultura da época, morar em frente à praia não era uma opção valorizada já que estas ruas sofriam com constantes inundações. Logo nos primeiros anos a rua recebeu pessoas de renome como o jurista Teixeira de Freitas e João Francisco Fróes da Cruz.

Com extensão em torno de 1,3 km é a primeira rua paralela à Praia de Icaraí, Av. Jornalista Alberto Torres, e se estende do seu ponto inicial na rua Miguel de Frias até seu término na rua Joaquim Távora, cortando todo o bairro.

O ator Paulo Gustavo é o quinto nome escolhido na história da rua desde o século XIX, muito além de uma simples troca de nome é interessante analisar as motivações toponímicas que geraram estas trocas.

Como demonstrado na tabela acima, as ruas do bairro foram descritas com números e depois com nomes em si. A rua número 85 foi a primeira referência desta rua, fato que não se estendeu muito tempo. O primeiro nome efetivo dado foi Rua Vera Cruz em uma típica motivação de caráter religioso. A motivação toponímica revela a intencionalidade do denominador. Como assinala Zamariano,

A intencionalidade e a origem semântica da denominação, enquanto modalidades da motivação toponímica configuram perspectivas diacrônicas e sincrônicas no estudo da toponímia e acabam influindo na formalização das taxonomias dos nomes de lugares. (ZAMARIANO, 2012, p.358)

O interessante é que não podemos ignorar o fato de que o topônimo é uma representação repleta de significados e demonstra a realidade da sociedade na época de sua escolha. Quando o denominador escolhe um nome relacionado ao catolicismo, a própria sociedade da época via lógica naquela escolha e se identificava com a mesa. Na história do Brasil, desde da época da colonização o movimento de nomeação de espaços seguia um padrão de topônimos indígenas, topônimos baseados em características geográficas e nomes ligados a ideologia dominante que foi o catolicismo, não à toa que em nosso país existem milhares de nomes de santos, ou algum elemento católico, em cidades e ruas.

O segundo nome que a rua recebeu, terceiro se contar a numeração inicial, possui um fato curioso em sua motivação e escolha. No ano de 1887 o vereador e presidente da Câmara, Tenente Coronel João Francisco Fróes da Cruz consegue a aprovação de trocar o nome da rua para o seu nome em uma auto-homenagem. Medida que mesmo oficialmente sendo aprovada não obteve uma real eficácia já que a população da cidade nem mesmo soube da troca do nome.

Poderíamos tratar este feito com uma medida narcisista do político e militar da cidade ou mesmo abordar o fato de ser uma medida de antropolatria do mesmo, mas fato é que a família Fróes da Cruz, formava uma elite política de Niterói que disputava poder com outras famílias. Além da motivação pessoal do Presidente da Câmara, pode-se conjecturar que era também uma manobra política de afirmação em um momento conturbado para as famílias tradicionais da crise do sistema monárquico e a transição para o modelo republicano. A manutenção do *status quo* era uma preocupação constante. Com um outro olhar, a população local já estava acostumada com o nome original Vera Cruz e como na época não havia possibilidades de divulgação como hoje em dia muitos nem tomaram conhecimento do ocorrido.

No ano de 1895 sobre a influência e convite do famoso político e Jurista Manuel Martins Torres Niterói recebeu a visita do Presidente da República, Prudente de Moraes, amigo de Martins Torres da época da Faculdade de Direito em São Paulo. O presidente se hospedou em uma chácara na Rua Vera Cruz e passou a temporada de verão na cidade.

Sobre pretexto de agradar o presidente e aproveitando o momento político de afirmação de novas forças políticas, já que Prudente de Moraes foi o primeiro presidente civil ligado a elite agrária, a Câmara Municipal anulou o decreto anterior que colocava o nome de João Francisco Fróes da Cruz e homenageou Prudente de Moraes com o nome da rua.

Esta mudança toponímica, mais uma motivada por questões políticas, durou pouco tempo já que ainda no governo de Prudente de Moraes eclodiu a Guerra de Canudos, maior revolta social da época, que além de desgastar seu governo levou a óbito o Coronel Moreira César em 1897. Como é típico em grandes eventos históricos, a vontade política prevalece sobre os interesses da memória da sociedade e logo em seguidas homenagens às personalidades surgem em grande quantidade. A rua 85, que foi Vera Cruz, foi também João Francisco Fróes da Cruz e foi Prudente de Moraes

recebeu no final do século XIX o nome que permaneceu até o século XXI em homenagem ao Coronel.

2.3 O “Corta cabeças”: Breve biografia do Coronel Moreira César

O debate sobre a nomeação desta rua perpassou algumas décadas na cidade, tudo porque a biografia do antigo homenageado deixava suspeitas suficientes para acirrar ainda mais a discussão.

Mas, a abordagem se manterá apenas na questão histórica e biográfica dos homenageados debatendo o direito à participação na história de grupos sociais que sempre sofreram com um longo processo de silenciamento nas narrativas e patrimônios culturais.

Nascido em São Paulo em 7 de julho de 1850, na cidade de Pindamonhangaba, Antônio Moreira César era filho de um padre, Antônio Moreira César de Almeida, com uma mãe solteira, Francisca Correia de Toledo.

Ingressou cedo no militarismo e graduou-se no curso de Estado Maior de Primeira Classe, no Exército Brasileiro. Sempre se destacou na carreira militar tendo uma rápida ascensão nas promoções de patentes. Tornou-se Alferes (1877); Tenente e Capitão (1881), por mérito; Major (1890); Tenente-Coronel, por merecimento (1891); e de Coronel da Armada de Infantaria (1892).

Alcançou a patente de Coronel após participar de eventos militares importantes em vários lugares do Brasil. Participou de campanhas na fronteira do Uruguai e tornou-se o principal especialista da força terrestre do Exército Brasileiro. Comandou batalhões no Rio de Janeiro, Mato Grosso, Sergipe e Santa Catarina, sempre envolvido com questões políticas, típicas do militarismo da época, em defesa do movimento republicano. Possuía um perfil autoritário e mesmo sanguinário.

Um dos o fato mais impactante do autoritarismo e espírito sanguinário de Moreira César não foram as suas participações em revoltas sociais e sim um episódio político ocorrido no Rio de Janeiro em 1883, em meio a sua ascensão na carreira militar, o assassinato de um famoso Jornalista Apulcro de Castro. Sobre o fato marcante Oleone Coelho Fontes anotou “Já era então o tenente-coronel Cesar conhecido por desequilibrado e destemido e estivera envolvido com o assassinato de um jornalista boquirroto em 1883, na Corte”. (FONTES, 1997, p.46)

No meio de uma das ruas mais movimentadas da cidade na época, a rua do Lavradio, Moreira César, então com a patente de capitão do exército, liderou um grupo de militares para o espancamento e execução do jornalista que liderava um jornal de crítica política e por muitas vezes criticava os militares e o governo do então imperador D. Pedro II. Euclides da Cunha registrou a participação de Moreira César no episódio

E entre os subalternos encarregados de executar a sentença — em plena rua, em pleno dia, diante da justiça armada pelos Comblains de toda a força policial em armas — figurava, mais graduado, o capitão Moreira César, ainda moço, à volta dos trinta anos, e tendo já em seus assentamentos, averbados, merecidos elogios por várias comissões exemplarmente cumpridas. E foi o mais afoito, o mais impiedoso, o primeiro talvez no esfaquear pelas costas a vítima, exatamente na ocasião em que ela, num carro, sentado ao lado de autoridade superior do próprio Exército, se acolhera ao patrocínio imediato das leis...O crime acarretou-lhe a transferência para Mato Grosso, e dessa Sibéria canicular do nosso Exército tornou somente após a proclamação da República. (CUNHA, 2010, p.183)

Em 1891, participou da repressão à Sedição Baiana e a consequente deposição do presidente do Estado. Sempre que participava ativamente da repressão militar ganhava um cargo para a “manutenção” da ordem, neste caso tornou-se chefe de polícia, cargo que ocupou por pouco tempo.

No ano seguinte, em 1892, foi enviado à cidade de Niterói onde liderou uma nova repressão a um movimento de sublevação de policiais a favor do Governador Francisco Portela, apoiador de Deodoro da Fonseca, que por causa de uma profunda crise política tinha renunciado ao cargo de primeiro governador do Estado do Rio de Janeiro. Sob a liderança de Moreira César, apoiador de Floriano Peixoto, a infantaria do exército foi enviada e obtiveram uma rápida vitória sobre os amotinados. Esta participação ajudou a consolidação do governo de Floriano Peixoto e no processo de consolidação do novo regime republicano. Foi exatamente este fato que fez com que o Coronel Moreira César recebesse a homenagem em nome de rua na cidade de Niterói.

Logo após, outra revolta social eclode no Rio de Janeiro e mais uma vez, Moreira César é convocado para seus serviços militares. Desta vez, foi a famosa Revolta da Armada, ocorrida entre 1893 e 1894 na Baía de Guanabara. Unidades da marinha se revoltaram exigindo a renúncia do Presidente Floriano Peixoto, que governava de forma constitucional. A participação de Moreira César foi crucial para

a vitória contra o movimento, ampliando ainda mais a sua popularidade com o governo federal e entre os militares.

A mais famosa participação militar de Moreira César foi na Revolução Federalista ocorrida no Rio Grande do Sul e Santa Catarina entre 1893 e 1895, movimento também militar ocorrido no mesmo cenário político da Revolta da Armada no Rio de Janeiro. A atuação na repressão desta revolta, a sua face mais cruel foi demonstrada ao passo que sua fama se tornou conhecida por todos. Liderando um batalhão de infantaria foi ao sul do Brasil e promoveu uma política conhecida como “Ajuste de contas”, onde várias pessoas foram presas, torturadas e executadas em represália à participação da Revolução. “O revide foram as vinganças, as delações, os fuzilamentos, as degolas que tiveram lugar em Desterro a partir de 19 de abril de 1894 e devem ser tributadas ao delegado militar de Floriano, Antônio Moreira César e seu auxiliar imediato Manoel Belerophonte Lima.” (FONTES, 1997, p.52)

O “Ajuste de contas” era um plano de forte repressão e vingança contra os federalistas, pensado pelo alto escalão do exército e do governo de Floriano Peixoto, e somente um líder militar como Moreira César seria capaz de executá-lo.

Os federalistas, depois de sucessivas lutas e atos de heroísmo e bravura que se inscrevem nos anais da História Pátria, são derrotados. Vingativo, o marechal Floriano nomeia e manda para Santa Catarina, no dia 19 de abril de 1894, com poderes discricionários, o impetuoso tenente-coronel de Infantaria do Exército, Antônio Moreira César (1850-1897), nome que a história celebra pelas alcunhas de Corta-Cabeças e Treme-Terra, com vistas a levar a cabo o ajuste de contas. O delegado do governo federal desembarca em Desterro a frente de quinhentos militares do 7º e do 23º batalhões de Infantaria. (FONTES, 1997, p.46)

O fuzilamento era a principal forma de execução utilizada na época, mas Moreira César utilizou outra forma para criar um verdadeiro cenário de vingança política e carnificina, ordenou a execução de diversos revoltosos decapitando-os com requinte de crueldade. Uma prática em específico ficou muito conhecida que era a *gravata vermelha*, consistia em cortar o pescoço da vítima e deixar o sangue escorrendo por seu corpo. Apesar desta prática não ter sido feita somente por ele, foi o Coronel Moreira César que recebeu os apelidos históricos de *Corta-cabeças* e *Treme-Terra* que exaltava sua personalidade. Mesmo Assim, sua memória foi preservada de forma positiva, em sua famosa obra, os sertões, Euclides deixou registrado que

Os heróis imortais de quarto de hora, destinados a suprema consagração de uma placa à esquina das ruas, entravam, surpreendidos e de repente, pela história dentro, aos encontroes, como intrusos desapontados, sem que se pudesse saber se eram bandidos ou santos, envoltos de panegíricos e convícios, surgindo entre detirambos ferventes, ironias e invectivas des piedadas, da sangueira de Inhanduí, da chacina de Campo Osório, do cerco memorável da Lapa, dos barrocais do pico do Diabo, ou do platonismo marcial de Itararé. Irrompiam a granel. Eram legião. Todos saudados; amaldiçoados todos. Ora, entre eles, o coronel Moreira César era figura à parte. (CUNHA, 2010, p. 181)

Sua última missão foi a incursão militar para combater a Guerra de Canudos ocorrido no sertão baiano no qual foi morto, por um ferimento na barriga, em 1897. Sua carreira ganhou destaque junto ao governo do segundo presidente da República Floriano Peixoto. Em um período de diversas revoltas sociais, Moreira César destacou-se pela participação na repreensão aos movimentos, sempre usando muita violência. Euclides da Cunha ao registrar o movimento de Canudos, escreveu que Moreira César se tratava de um verdadeiro herói militar principalmente para Floriano Peixoto,

E à nova do desastre, avolumando a gravidade da luta nos sertões, o governo não descobriu quem melhor lhe pudesse balancear as exigências gravíssimas. Escolheu-o para chefe da expedição vingadora. Em torno do nomeado criara-se uma legenda de bravura. Recém-vindo de Santa Catarina, onde fora o principal ator no epílogo da campanha federalista do Rio Grande, tinha excepcional renome feito de aclamações e apodos, consoante o modo de julgar incoerente e extremado da época em que eram vivos os mínimos incidentes da guerra civil distendida da baía do Rio de Janeiro para o Sul, pela Revolta da Esquadra. (CUNHA, 2010, p.181)

O “herói” militar e político foi enfim enviado para combater a também famosa Guerra Canudos sobre a responsabilidade de acabar com o movimento que causou uma grande agitação social no nordeste brasileiro e mobilizou centenas de jagunços em uma luta desesperada pela terra. Canudos também assustava os republicanos, principalmente do Sudeste, já que seu líder máximo, Antônio Conselheiro fazia duras críticas ao novo modelo republicano recém instalado no país. Moreira César chegou na região com sua fama e com uma grande expectativa das elites locais. Porém, após duas incursões foi ferido e faleceu sem a glória da conquista de sua última missão.

Era completar a agonia do valente infeliz. Revoltado, deu a sua última ordem: fizessem uma ata de tudo aquilo, deixando-lhe margem para um protesto, em que incluiria o abandono da carreira militar. A dolorosa reprimenda do chefe ferido por duas balas não moveu, contudo, a oficialidade incólume. Rodeavam-na, perfeitamente válidos ainda, centenares de soldados, oitocentos talvez; dispunha de dois terços das munições e estava em posição dominante sobre o inimigo

[...] Pela madrugada uma nova emocionante tornou-a urgentíssima. Falecera o coronel Moreira César. (CUNHA, 2010, p.213)

Além da homenagem com o nome na rua na cidade de Niterói, o famoso coronel recebeu estrondosas homenagens em todo o país sobre a alegação de que seus serviços prestados na carreira militar e principalmente a República, como um novo modelo político, foram significativos. Diversas ruas foram batizadas em homenagem ao Coronel Moreira César, em Campo Grande/MS; Niterói/ RJ; Rio de Janeiro/RJ; São Gonçalo/RJ; Marília/SP; Pindamonhangaba/SP. Na cidade de Lajeado no Rio Grande do Sul foi homenageado com seu nome em uma Praça pública.

Em sua cidade natal, Pindamonhangaba, foi homenageado com o batismo de um grande bairro do município paulista. Um detalhe importante que devemos ressaltar, é que no site oficial da prefeitura encontra-se um texto, sem autoria assinada, que conta a história da cidade e do distrito de Moreira César, como um dos maiores do estado e segundo a prefeitura correspondendo um terço do território do município.

Neste texto, tratado aqui como oficial, é carregado de argumentos inflamados em defesa e exaltação da biografia do Coronel, tentando transformá-lo em uma figura heroica. A posição oficial da cidade, não é um caso isolado e nem um fenômeno raro, pelo contrário, é comum e demonstra a intencionalidade no ato da escolha toponímica. Ao analisar o trecho a seguir, em que destaca sua morte, fica claro os destaques aos feitos do Coronel e a tentativa de mitificação do mesmo:

Tombou mortalmente ferido, aos 46 anos, no dia 4 de março de 1.897, durante a feroz batalha de Canudos. Deixou o mundo terreno para ingressar na posteridade. Honrou o uniforme e o comando que exercia, deixou a fama de ser duro e implacável com o inimigo. Ninguém se fanatizou mais pelos ideais republicanos, que o cidadão Antônio Moreira César, oferecendo em holocausto seu próprio sangue, sua própria vida. Foi o símbolo, o esteio, a viga mestre do regime naqueles conturbados primeiros anos da República. Tão logo foi noticiada a sua morte a comoção pública se instalou. As redações dos jornais foram inundadas por incontáveis cartas, telegramas, homenagens e manifestações diversas. Vindas de todas as partes do país, expressavam sentimentos de gratidão, respeito e admiração, hipotecando carinho e emoção por aquele que foi, incontestavelmente, um dos vultos mais importantes da primeira fase Republicana, o Coronel de Infantaria do Exército Brasileiro, Antônio Moreira César. (PREFEITURA DE PINDAMONHANGABA)

Toda escolha toponímica requer uma justificativa, principalmente quando se trata de uma escolha antropônima. Mesmo as escolhas espontâneas e populares

carregam em si valores que levaram às suas escolhas. Apesar de que nestas, não há necessidade de justificativa de forma oficial. É uma prática comum ocorrer um destaque na biografia do homenageado e em alguns casos é ignorado qualquer traço negativo da vida da personalidade escolhida.

No caso do Coronel Moreira César, a prefeitura de sua cidade natal ignorou traços marcantes e negativos de sua biografia e narrou sua vida no viés de exaltação de sua carreira militar. Em sua polêmica e mais sangrenta atuação militar no Sul do país, que lhe rendeu o apelido de *arranca-cabeças*, se optou por narrar seus feitos justificados pelo seu fervor em defesa da causa republicana. “[...] no Rio Grande do Sul, ficou conhecido como ardoroso republicano, homem de tropa de linha, enérgico, destemido e disciplinador comandante.” (PREFEITURA DE PINDAMONHANGABA) Em outro trecho do texto oficial, é citado de forma rápida e não detalhada a atuação sangrenta como interventor em Santa Catarina, mas, se exalta a mudança toponímica da principal cidade e capital do Estado.

“Em 1.894, aos 44 anos, foi nomeado interventor, exercendo a função de Governador de Santa Catarina, com o objetivo de pacificar o Estado. Situação dominada com grande derramamento de sangue, a capital chamada até então de Nossa Senhora do Desterro, passa a se denominar Florianópolis numa homenagem ao Marechal Floriano Peixoto.” (PREFEITURA DE PINDAMONHANGABA, 2024)

Com o objetivo de justificar sua escolha e para defender a biografia de seu homenageado, o texto oficial comete alguns equívocos historiográficos ao citar autores como fontes históricas que exaltaram em suas obras os feitos do Coronel Moreira César. Porém, o principal erro foi a tentativa de descredenciar o autor Euclides da Cunha que registrou fortes críticas ao militar. Em um exercício que não segue regras acadêmicas, atacou-se quem criticou e aplaudiu-se aqueles que de alguma forma exaltaram o Coronel ignorando vários de seus feitos.

Caso interessante é que como argumento utilizado, para descredenciar a obra do autor de *Os Sertões*, o texto destaca um evento em sua biografia de sua frustrada carreira militar e sua suposta antipatia com os militares, fato este que não altera em nada a relevância de sua obra e a importância de sua atuação como testemunha histórica da Guerra de Canudos e da atuação de Moreira César no episódio.

Em sua obra “*Os Sertões*”, um dos maiores clássicos da literatura brasileira, Euclides da Cunha não foi benevolente ao descrever Moreira César. Sabe-se, contudo, que Euclides da Cunha, na sua juventude, foi expulso da Escola Militar, por desagravo, ao atirar seu

espadachim aos pés do Ministro da Guerra. Esse fato provavelmente foi determinante quanto à antipatia, que este sempre reservou aos militares ao longo de sua vida. (PREFEITURA DE PINDAMONHANGABA, 2024)

Em um exercício de ignorar aquilo que interessa é narrar aquilo que tem mais interesse e está de acordo com suas ideias, o texto deixa claro sua real intenção de justificar a homenagem ao Coronel Moreira César.

2.4 “Rir é um ato de resistência”: Breve biografia do Ator Paulo Gustavo

Paulo Gustavo Amaral Monteiro de Barros é a atual personalidade homenageada com o nome na rua. Nascido em Niterói em 30 de outubro de 1978, e falecido em 4 de maio de 2021. Acometido pelo vírus Covid-19, faleceu em decorrência das complicações causadas depois de meses internado e de grande cobertura da mídia nacional, gerando uma grande comoção em todo o país.

Paulo Gustavo foi um típico filho da cidade de Niterói mantendo suas raízes e sempre divulgando a cidade em filmes, peças teatrais e programas de televisão. Totalmente identificado com a cidade, sempre propagou os meios urbanos e o estilo de vida da cidade e de sua população em suas produções. Sua infância e juventude foi morando e convivendo nas ruas da cidade sempre com grande carisma e criando muitos laços de amizade.

Desde muito cedo, demonstrou talento para as artes com uma personalidade carismática e irreverente que sempre era o foco de atenção em qualquer tipo de reunião. Em sua juventude na cidade, Paulo Gustavo tornou-se uma pessoa com grande ciclo de amizade e muito conhecimento nos principais bairros de Niterói. Com uma personalidade agregadora, extravagante e extrovertida influenciou seu futuro profissional e principalmente sua relação com o grande público em todo o Brasil.

Mesmo assim, antes de seguir a carreira de ator, Paulo Gustavo tentou outros projetos em sua vida. Ingressou na faculdade de Turismo e cursou um tempo interrompendo a graduação. Depois disso, foi para Nova York em uma breve experiência na tentativa de estudar e trabalhar. Optou por retornar ao Brasil por sua família e para seguir a carreira artística cursando teatro na famosa instituição de formação de atores e artistas na cidade do Rio de Janeiro, CAL - Casa de Artes de Laranjeiras.

Para Paulo Gustavo ser ator foi algo muito “natural”. Seu primeiro “estalo” se deu ainda criança, quando foi assistir à peça “O Gato de

Botas", um conto de fadas do escritor francês Charles Perrault e que teve uma adaptação em 1987, pela autora Maria Clara Machado, no teatro "O Tablado". Naquele momento, Paulo Gustavo teve a sensação de que ao invés de querer estar na plateia, ele queria estar no palco. Em suas palavras, ele queria estar "com aquela roupa, com aquela luz, eu queria ser aplaudido no final, queria estar atrás da cortina". Segundo o ator, este primeiro "estalo" foi a semente de algo que se desenvolveu e que ele, através de sua personalidade e interesse, foi cultivando e elaborando. (GOMES, 2018, p. 7)

Sua carreira foi uma ascensão meteórica no teatro, cinema e televisão sempre com seu viés pelo gênero comédia de atuação cômica. Atuou em várias peças teatrais de destacando em formatos teatrais como esquetes em formato curto com sátiras do cotidiano e tipos de pessoas, além de ganhar notoriedade com espetáculos de *stand-up comedy*.

Formado pela CAL (2002-2005), participou de peças famosas como "Infraturas", "Hiperativo", e "O Surto", grande sucesso de público e crítica especializada e nesta última foi quando estreou sua maior criação artística, que se tornou seu personagem principal, representava a sua própria mãe. Neste processo fez grandes amizades no meio artístico e participou de vários projetos de sucesso nos anos 2000. Neste processo e ao longo da carreira criou vários personagens, muitos deles baseados em suas experiências na cidade de Niterói.

A personagem Dona Hermínia, tornou-se um fenômeno de popularidade no teatro com "Minha mãe é uma peça" que rodou o Brasil em diversas cidades também com um grande sucesso de público e críticas. Peça que além de atuar, Paulo Gustavo foi produtor e roteirista. GOMES (ibidem, p.20) destaca que "No mesmo ano em que estreou com o espetáculo, 2006, Paulo foi indicado ao Prêmio Shell de Teatro na categoria Melhor Ator. Paulo não levou o prêmio, mas sem dúvida foi um grande feito ter sido indicado logo em seu trabalho de estreia a um dos principais prêmios de teatro do país."

Mesmo tendo uma clara preferência pelo teatro e se intitulando como ator dos palcos, fez sucesso também nas produções televisivas com novelas e programas com sua assinatura como "220 volts" e "Vai que cola", ambos exibidos no Multishow.

Mas, foi no cinema que o sucesso alcançou outro nível, tornando-se um fenômeno. Os três filmes bateram recordes de bilheteria no cinema nacional possibilitando ao ator uma conquista notável do prêmio Shell de melhor ator. O primeiro filme, lançado em 2013, atingiu a marca de 4,7 milhões de espectadores. O

segundo, lançado em 2015, ultrapassou a marca de 10 milhões de espectadores. Já o terceiro e último filme da Dona Hermínia, foi lançado em 2019, também passou a marca de 10 milhões de espectadores e tornou-se a maior bilheteria do cinema brasileiro de todos os tempos, com faturamento de R\$143,9 milhões. Fato marcante é que a Rede Globo de transmitiu o terceiro filme um dia após ao falecimento de Paulo Gustavo, o filme passou a marca de 40 milhões de espectadores quebrando mais uma vez um recorde de audiência e representando a importância do ator para o cenário cultural da época e uma grande comoção nacional pela sua morte.

Dona Hermínia como seu principal personagem foi baseado em sua mãe, Deia Lúcia Vieira Amaral e se transformou um exemplo de mulher de luta e força representando assim uma mulher não submissa Defensora de seus filhos ponto esse perfil da personagem criou uma enorme identificação com o público de todas as classes sociais e de diversos lugares do Brasil.

Assumidamente homossexual, casou-se com o médico Talhes Bretas e desde relacionamento em 2019 nasceram Gael e Romeu, filhos do casal, gerados por barrigas de aluguel. Paulo Gustavo sempre foi uma figura pública de grande destaque e relevância na sociedade brasileira e ao construir uma família homoafetiva tornou-se uma importante representatividade para a comunidade LGBTQIA +, não ocorrendo um afastamento do público em geral. Sobre o assunto Gomes destaque que,

Sendo ele um ator assumidamente gay, casado e que já externou publicamente que quer ser pai e construir uma família, é notável a ressonância que o artista e o seu trabalho têm em se tratando de Brasil. O “não preconceito” do brasileiro está muito mais no imaginário do senso comum, que replica sem problematizar, do que de fato se pode aferir em nossas estruturas sociais. No entanto, em se tratando do ator, o que se verifica é que o seu público não considera a sua condição de homossexual assumido como a mais relevante do artista, elas ficam num segundo, terceiro plano. Por mais que o Brasil seja uma sociedade conservadora, machista e também misógina, o Paulo não fere os valores morais dela e nem de seu público. (GOMES, 2018, P.64)

Outro fato marcante, que só veio ao conhecimento do público após sua morte, foi o fato de Paulo Gustavo ser um grande doador para entidades filantrópicas. Em reportagem da CNN Brasil, o padre Júlio Lancellotti afirma que o ator e diretor fez doações que chegam a um total de R\$ 1,5 milhão para a construção de centro de tratamento de câncer, compra de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e testes para diagnóstico da Covid-19.

Em seus filmes e peças teatrais, a cidade de Niterói sempre foi um tema recorrente sempre exaltando o lugar que nasceu e foi criado. Sempre que possível demonstrava lugares históricos e/ou famosos da cidade como ruas, estabelecimentos comerciais, monumentos e praias. No filme *Minha mãe é uma peça 1*, p. ex., as primeiras imagens e a narração demonstram e exalta a cidade de Niterói. Toda a trama se desenvolve com a cidade de cenário como o Campo de São Bento, famoso parque localizado no bairro de Icaraí, e ruas e praias da cidade foram palco de cenas marcantes no filme.

Depois de quase dois meses de árdua batalha contra a Covid-19, com apenas 42 anos, o humorista de Niterói faleceu na noite do dia 04 de maio de 2021. Deixou um grande legado artístico e tornou-se símbolo de lutas e causas sociais.

2.5 Usos do passado e toponímia

A mudança toponímica de nome de ruas e logradouros é uma prática comum em todas as localidades do Brasil como já vimos anteriormente. A maior parte das legislações municipais e estaduais que regulam as homenagens em espaço público determinam a homenagem somente para aqueles que já faleceram e em muitos casos esta mudança ocorre quando a memória ainda está viva recebendo assim apoio popular.

É possível encontrar na história de Niterói vários casos de mudanças toponímicas em momentos históricos distintos. Como destacado no quadro acima, no bairro de Icaraí, todos os nomes originais, numéricos dados pelo primeiro plano de arruamento do bairro, foram alterados para exaltar o momento político vivenciado que resultou nas escolhas de topônimos que exaltavam figuras históricas que se remetem ao período colonial como a homenagem ao Governador Geral do século XVI, Mem de Sá, homenagem esta que perdura como nome de rua até os dias atuais. Com as mesmas motivações, o bairro nomeou ruas com nomes de Estácio de Sá e Nóbrega, personalidades de destaque na história, mas nem sempre ligado de alguma forma com a cidade.

Outros topônimos foram utilizados para exaltar momentos históricos com uma clara intencionalidade política de exaltar e eternizar os feitos de um regime vigente. Rua da Independência e rua da Aclamação são bons exemplos de que o bairro de Icaraí e a cidade de Niterói passaram por um processo de construção de uma

identidade regional política segundo os interesses da Câmara dos Vereadores, instituição tradicionalmente dominada pela elite.

Um caso emblemático, é a nomeação de ruas com nomes de personalidades sem nenhuma ligação com a cidade e com seus moradores. O uso do passado neste caso demonstra somente o desejo de uma elite sem a preocupação com a relação dos indivíduos com o meio que vive. Há vários exemplos deste modelo de homenagem na cidade e em outros lugares, porém escolho citar aqui uma famosa rua no bairro histórico de São Francisco, vizinho ao bairro de Icaraí, que recebeu o nome de Avenida Presidente Roosevelt. O destaque é que o famoso presidente estadunidense nunca visitou a cidade de Niterói nem mesmo o Brasil, porém mesmo assim, recebeu a homenagem no bairro seguindo um padrão político de uso de homenagens públicas.

Em análises sobre a cidade do Rio de Janeiro e os usos do passado na toponímia da cidade, Knauss e Azevedo destacam como o uso dos nomes de ruas serviram como estratégia para aproximação diplomática com países vizinhos da América Latina mais principalmente com os Estados Unidos. A atuação de Oswaldo Aranha, foi essencial no processo de uso da toponímia como viés político ideológico.

A estratégia da política de Aranha resultou em clara representação dessa política no espaço urbano carioca. Nesse período, houve a indicação de catorze ruas em homenagens relacionadas às Américas. O presidente norte-americano como Franklin Roosevelt e o empresário Henry Ford, o Estado de Missouri e o rio Mississipi foram lembrados pela prefeitura do Rio de Janeiro para nomear as ruas da cidade. A cidade-capital serviu como espaço de afirmação da política de aproximação com os Estados Unidos. (KNAUSS e AZEVEDO, 2017, p. 201-202)

Como capital do Estado do Rio de Janeiro, a cidade de Niterói, também foi palco dos usos políticos da toponímia para homenagear personalidades sem ligação com a cidade, assim como o caso do Rio de Janeiro do século XX, como capital do país. Knauss e Azevedo (2017, p.204) concluem que: “Os nomes de rua da cidade do Rio de Janeiro acompanharam esse movimento da diplomacia brasileira, traduzindo as relações interamericanas como fato urbano. Desse modo, os usos do passado permitiram que as Américas ganhassem as ruas da cidade instalando um território próprio no Rio de Janeiro.”

Nos dias atuais, as homenagens em nomes de rua continuam sendo utilizadas como instrumento político com intenção de construir uma memória urbana local. Em

alguns casos, as mudanças ocorrem e passam despercebidas por grande parte da sociedade, mas em outros casos torna-se um grande debate com muita polêmica.

Em um recente caso de homenagem com nomeação de logradouro a um cidadão que se destacou na história da cidade por serviço prestados, a Prefeitura de Niterói homenageou o jornalista Mário Dias, falecido em 2021, aos 78 anos, com o nome de uma rua em Icaraí, entre a Rua Castilho França e a Miguel de Frias, na Praça José Bedran, próximo da atual rua Ator Paulo Gustavo.

A motivação para essa homenagem demonstra uma mudança no perfil de escolha daqueles que serão perpetuados com topônimos, assim como o ator Paulo Gustavo o jornalista Mário Dias viveu boa parte de sua vida na cidade tendo uma contribuição histórica com sua profissão. Neste caso, não foi registrado nenhum caso de oposição ou questionamento sobre o escolhido. Porém, vale destacar que o espaço da nomeação foi uma nova rua na entrada do bairro criada a partir de uma recente reformulação urbana, não afetando diretamente a vida dos moradores e comerciantes locais, tornando mais fácil a ausência de debates.

No caso da Rua Ator Paulo Gustavo, a homenagem partiu de forma oficial através do prefeito Axel Grael em um momento de enorme comoção na cidade e no país pelo falecimento do ator. A motivação da homenagem e os argumentos usados para justificar a escolha oficial são parecidos com a homenagem ao jornalista Mário Dias. O caso demonstra uma semelhança com a homenagem feita pela prefeitura do Rio de Janeiro ao futebolista Pelé, já que também foi feita uma consulta popular através da internet para referendar o ato público logo após a sua morte, aproveitando o cenário de consternação geral.

A consulta pública contou com a participação de 31 mil pessoas, em que foi perguntado se a pessoa aprovava a troca do nome de rua em Icaraí. O resultado final foi de uma esmagadora aprovação para a troca de nome da rua com o índice acima de 90%.

Estes processos de uso da internet e das redes sociais para justificar atos públicos podem, e devem, ser bastantes questionados em sua validade. Algumas situações podem ser levantadas nesse caso de Niterói. Não vale aqui desconsiderar a mudança toponímica e afirmar que a homenagem não é justa ou mesmo necessária.

Em primeiro lugar, não se pode afirmar e nem comprovar que dentro do grupo dos participantes da pesquisa na Internet, das 31 mil pessoas estão os moradores e donos de estabelecimentos comerciais residentes na antiga Rua Coronel Moreira César atual Ator Paulo Gustavo, já que este grupo de pessoas estão diretamente envolvidos em suas vidas particulares com a troca do nome da rua.

Outros questionamentos podem ser levantados, como se todas as pessoas que participaram da pesquisa são verdadeiramente moradores da cidade de Niterói e estão envolvidas diretamente na homenagem. Podemos questionar se a enquete seguiu os rigorosos métodos de pesquisa e consulta popular para também tentar definir o grupo de pessoas que participaram.

De forma muito simplória, há informação no site demonstrando o grupo de pessoas que responderam a enquete. “As mulheres responderam por cerca de 70% dos votos. O bairro de Icaraí, onde fica a Rua Moreira César, marcou presença na votação, com quase 11 mil votos. A faixa etária mais participativa foi a de 20 a 29 anos (34%), seguida da turma de 30 a 39 anos (24%) e maiores de 50 anos (17%).” (PREFEITURA DE NITERÓI, 2021)

Um bom questionamento que poderia ter sido feito é o de quanto o conhecimento da biografia do homenageado pesou no momento de sua escolha. Ou o fato de Niterói ser uma cidade muito populosa com quase meio milhão de habitantes e somente 31 mil participaram da enquete. Claro que esses questionamentos são difíceis de obter respostas, porém, em nenhuma instância invalida a importância da homenagem e do homenageado.

Fica claro que independente da consulta popular o desejo político por trás da homenagem foi o que prevaleceu. A pesquisa serviu somente como pretexto para que a Câmara Municipal de Niterói colocasse em votação a troca do nome da rua, que foi rapidamente aprovada. Em 13 de maio de 2021, o prefeito deu uma entrevista afirmando sua felicidade com o resultado:

“Fiquei muito feliz com a aprovação, agora há pouco, na Câmara de Vereadores de Niterói, por 18 votos a 3, da mensagem que encaminhei propondo a mudança do nome da Rua Coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo. Com esta homenagem, Niterói demonstra carinho, admiração e respeito por este artista que, em toda a sua trajetória, enalteceu nossa cidade com sua genialidade e talento” (PREFEITURA DE NITERÓI, 2021)

A homenagem ao ator Paulo Gustavo, na troca do nome da rua, foi além das motivações toponímicas, tornando-se um campo de disputa jurídica. O Sindicato dos

Lojistas do Comércio de Niterói (Sindilojas Niterói) questionou a validade da consulta popular, feita pela internet e fez um pedido, através de um ofício à prefeitura, para suspender a troca do nome da rua usando como argumento um prejuízo para os lojistas da região.

Outra instituição a se colocar contrária a troca do nome foi o Conselho Comunitário Da Orla da Baía De Niterói (CCOB) que fez uma representação ao Ministério Público do Rio de Janeiro alegando uma suposta irregularidade na mudança de nome da rua. O ministério acabou não acatando a petição.

Em todo processo de troca de nome de rua e nos argumentos utilizados para justificar o ato não foi colocada em debate a biografia do Coronel Moreira César, anteriormente homenageado, como o fato essencial para substituição do nome sendo exaltado somente a relação do Ator Paulo Gustavo com a cidade e com sua arte. A verdade é que pela força do hábito, muitos não questionam as homenagens em logradouros, passando a não se importar com sua biografia daqueles que estão contemplados nas placas de rua.

Mesmo não utilizando a biografia do Coronel Moreira César e suas nefastas atuações políticas e militares, a substituição por um novo homenageado, com uma biografia totalmente distinta, abre um debate com múltiplas possibilidades. O ator Paulo Gustavo representa não somente a comunidade LGBTQIAP +, mas também todos os silenciados na história, todos os excluídos, como mulheres, negros, pobres, escravizados, indígenas, e a todos aqueles que participaram ativamente da construção da nossa história, porém de forma intencional foram deixados de lado na construção de uma memória oficial e de uma identidade nacional. Vale ressaltar também, que o ator representa a memória da tragédia da pandemia da COVID no Brasil.

Além disso, podemos considerar que a profissão dos envolvidos também demonstra uma mudança no perfil dos homenageados. Em nossa história sempre foi valorizado o nome de políticos e militares nas homenagens de logradouros. O fato de Paulo Gustavo se destacar como ator de comédia também o coloca em um lado totalmente oposto dos militares e políticos. Em uma das últimas aparições públicas, o ator Paulo Gustavo em um programa ao vivo transmitido durante a pandemia da covid 19, disse uma frase que entrou para história, em um momento difícil de toda a sociedade: *Rir é um ato de resistência.*



Imagen 2: Projeção no Museus de Arte Contemporânea em homenagem ao ator Paulo Gustavo

Em um momento de distanciamento social e lockdown, o ator usou o seu talento artístico para chamar o povo à resistência para tudo que a pandemia trouxe e que acabou ele mesmo sendo vítima. A sua frase pode ser colocada em diversos outros contextos da nossa história, já que nomear uma rua no bairro nobre da cidade de Niterói é assim um ato de resistência, retirar o nome de rua de um militar comprovadamente com atos violentos e assassinatos é sim um ato de resistência. Além das placas e nome de rua, outras homenagens foram feitas na cidade de Niterói ao ator Paulo Gustavo, no Campo de São Bento, importante parque na cidade foram colocadas duas estátuas em sua homenagem. Uma estátua do próprio ator e outra da sua principal personagem Dona Hermínia, eternizando ainda mais o feito de sua obra na cidade.



Imagen 3: Estátua localizada no Campo de São Bento em homenagem a Paulo Gustavo.

A prefeitura também criou um circuito turístico cultural instalando oito totens pela cidade para que os turistas possam vivenciar a história do ator na cidade e rever cenas e recordar a sua carreira.

Além da insatisfação, da associação de moradores e de lojistas do bairro, pela troca do nome da rua em questão, tivemos outras manifestações contrárias à decisão da prefeitura. O historiador Oleone Coelho Fontes especialista em Guerra de Canudos e biógrafo do Coronel Moreira César se opôs a substituição toponímica afirmando ser um equívoco histórico. Em entrevista, afirmou que “Substituir o nome de Moreira César é apagar uma parte importante da nossa história.” Coelho Fontes ainda defende a grande relevância da atuação política do Coronel Moreira César na consolidação da República, afirmando que o mesmo tinha a promessa de ser candidato à presidência da república: “Ele estava cotado para ser presidente do Brasil. Prudente de Moraes havia prometido que, se sufocasse o Arraial de Canudos, seria seu candidato à sucessão”. Sem dar destaque a eventos nefastos da vida do Coronel, criticou a Prefeitura de Niterói e afirmou que: “Deveriam homenagear o ator com o nome de um teatro, um espaço que estivesse à altura do seu talento. Quem propôs essa mudança, com certeza, não sabe a importância que Moreira César teve no início da República brasileira”.

Desconsiderando as características da construção de uma história local e sem citar o direito de cada povo e localidade de produzir suas histórias e memórias a partir de seu contato com o meio, o autor também não considerou as características da cidade de Niterói e de sua população e a relação histórica dos homenageados com a cidade. E mostrou-se preocupado com um possível apagamento da história dos feitos de Moreira César: “A gente não conta nossa história direito e, por isso, as pessoas conhecem muito pouco os fatos decisivos do nosso país. Se o pouco que a gente tem for apagado, vamos nos tornar um povo sem memória, completamente vazios”.

A rua, que já possuiu outros quatro nomes de homenageados, demonstra um significativo caso de mudança toponímica independente das motivações que levaram à troca da nomeação. O grande hiato que existe entre a biografia do atual homenageado com o antigo, torna um caso interessante para o debate da ciência toponímica e para o ensino da história. Pois o caso carrega um grande potencial de debate na sociedade e em sala de aula, assim como possibilidades de abranger projetos multidisciplinares que possibilitam a conscientização dos alunos.

CAPÍTULO 3

Pesquisa toponímica e ensino de História

3.1 A toponímia em sala de aula

O saber histórico habita em diferentes espaços e a escola é sem dúvida um espaço cultural de propagação e construção constante de historicidade. Em uma sociedade repleta de instituições sociais que postulam para si o papel de manutenção, propagação e monopólio da memória, a escola firma posição como um espaço de saber e permanece ativa e firme como um espaço único e peculiar de saber.

O saber escolar firma também sua posição como um saber próprio combatendo a máxima que somente a academia é construtora do saber, já que o chamado chão da escola é um espaço tão importante quanto o espaço acadêmico. A escola produz o seu próprio saber e não mais somente reproduz aquilo que é produzido em outras instâncias, o saber ensinado se alia à complexidade das teorias historiográficas e se mostra tão profundo e grandioso e com configurações próprias que suas dimensões passam a um lugar de interlocução teórica quebrando a tradicional hierarquização entre escola e academia.

Dentro desta perspectiva, podemos afirmar que a escola é um local de criação e transformação de saberes, já que é neste espaço que o professor atua com seus alunos transmitindo e decodificando códigos tornando o conhecimento acessível.

Entre o ensinar e o aprender história na universidade e na escola há uma diferença qualitativa, que logo se evidencia quando se promove a reflexão sobre os fundamentos do ensino escolar de maneira análoga à que se faz com a teoria da história como disciplina especializada. Com isso obtém-se um quadro dos fundamentos do ensino de história - "currículo" é o termo para designá-lo. (RUSEN,2001, apud MONTEIRO e PENNA, 2011, p.196)

Ao estudar o ensino de história a professora Ana Maria Monteiro e Fernando de Araujo Penna abordam que este é feito em um lugar de fronteira e por isso é essencial valorizar o saber pedagógico e a prática da docência para descobrir a relação dos professores com os saberes que eles ensinam. Monteiro e Penna abordam a escola como um local de construção da própria narrativa histórica onde o professor se utiliza de diversos recursos para alcançar os alunos com o objetivo de levarem ao conhecimento específico.

No lugar de fronteira se realiza uma constante troca de conhecimentos, travam-se embates que levam ao reconhecimento das diferenças. Enquanto a academia

produz seu próprio saber com rigor teórico e metodológico, o chão da escola tem como base o ensino e a formação de cidadãos. A fronteira é um espaço de negociação da distância que pode ser ampliada ou reduzida dependendo dos sujeitos envolvidos, é também um lugar de demarcação de diferenças, mas também de reencontros. Como anotaram Monteiro e Penna “A fronteira é lugar onde são demarcadas diferenças, mas onde também é possível produzir aproximações, diálogos, ou distanciamento entre culturas que entram em contato.” (2011, p.194)

O docente então torna-se um privilegiado por possuir um caráter autoral em sua prática de aula. Dentro de várias possibilidades de escolhas na prática docente podemos destacar a utilização de imagens e objetos que, usados da forma correta, tornam-se objetos pedagógicos de grande valia para o professor e sua narrativa. A toponímia como objeto pedagógico carrega um poder de unir todas as características para construir um saber diferenciado com inúmeras possibilidades.

A racionalização e ação docentes configuram um ciclo que se inicia com uma compreensão e termina com uma nova compreensão, inclusive do conteúdo pedagogizado, e que envolve os seguintes processos: compreensão, transformação, instrução, avaliação e reflexão. No momento da transformação, o professor, a partir de sua compreensão sobre o objeto, realiza elaboração para tornar possível a sua compreensão pelos alunos. (MONTEIRO e PENNA, 2011, p.200)

A pedagogização do conteúdo, requer uma elaboração dos professores para tornar possível a relação ensino / aprendizagem de qualquer assunto proposto. Mas, é necessário um posicionamento crítico do professor ao longo da explicação, expressando uma das finalidades educativas do ensino da disciplina histórica que é desenvolver as possibilidades de participação política e social na sociedade em busca de alcançar uma verdadeira cidadania.

A utilização da toponímia como objeto pedagógico requer técnicas para que o seu uso seja eficaz. As placas de rua, com seus nomes em destaque, estão em constante exposição nas cidades e no dia a dia da sociedade, logo, podemos entender que elas são repletas de significados próprios da historicidade. São uma produção humana e carregam em si as expressões daqueles que os criaram, mas, na mesma medida, que são feitos pelos homens, também produzem homens.

A possibilidade de uso da toponímia de forma pedagógica é múltipla e vai depender da criatividade do professor que também possui a responsabilidade de transformar as placas de rua como um objeto gerador de debate e construção do saber. Isto significa que o sentido da escolha e a forma de uso do objeto tem que ser

criteriosamente bem definido pensando no aluno de forma que este recurso didático irá gerar uma reflexão emancipadora da realidade.

A utilização de objetos no uso da história é um recurso pedagógico extremamente útil. É possível traçar uma série de debates ou discussões proveitosas a partir de um objeto proposto. Francisco Régis Lopes Ramos anotou que:

Implementar esses exercícios, fazendo conexões com práticas sociais de determinados períodos cronologicamente situados, significa alimentar a história dos objetos no ensino de história. É assim, por exemplo, que a batina do Padre Cícero no Museu do Ceará e o vestido da Maria Bonita no Museu Histórico Nacional transformam-se em objetos de conhecimento. Também é assim que, no Museu da República, o pijama com que o presidente Vargas morreu ganha substância existencial, quer dizer, passa a ter existência no tempo e no espaço da consciência histórica. (RAMOS, 2004, p. 72)

Nos exemplos anotados por Ramos podemos ver que os objetos podem parecer simples até ter um sentido histórico e uma relevância para se tornar um objeto gerador de debate. Um pijama é uma roupa comum e utilizada por muitos no cotidiano, porém o que vestiu o ex-presidente Getúlio Vargas no momento de sua morte é um objeto repleto de historicidade que merece ser preservado e utilizado no ensino de história. “O potencial educativo dos objetos geradores reside no exercício de alargamento do nosso ser no mundo, da experiência de viver a historicidade do ser que dá existência a nós e ao mundo, em suas múltiplas ligações.” (RAMOS, 2004, p. 74)

Em cenário ideal, é extraordinário poder levar os alunos para observar exposições e debater questões sobre a história. Porém, esta não é a realidade da maioria dos professores e escolas. Quantas dificuldades enfrentamos para conciliar uma saída pedagógica que concilie com o cotidiano da escola. Em muitas instituições não é possível se deslocar com os alunos para uma visita a exposições.

O estudo da toponímia é uma grande opção para gerar debates e questionamentos históricos saindo da rotina de sala de aula e sem a necessidade de deslocamentos. As placas de ruas são objetos que tratados com rigor metodológico se transformam em objeto gerador, assim como a batina do Padre Cícero, o pijama de Vargas ou a roupa de Lampião.

A tese do Objeto Gerador, defendido por Ramos, é baseada na perspectiva de Paulo Freire de superação da *educação bancária*, ainda típica na nossa educação. Em seu famoso projeto de alfabetização, Freire utilizou as chamadas *palavras geradoras* que estavam no cotidiano dos alunos e consequentemente faziam mais

sentido para eles. “A ideia era gerar um movimento de leituras de palavras com leituras do mundo, com a escrita e a reescrita do mundo.” (RAMOS, 2004, p.72)

As placas de ruas são objetos históricos que emitem mensagens poderosas no dia a dia da sociedade, que na maioria das vezes são ignoradas pelos indivíduos. Elas atendem todos os requisitos para se tornaram objeto gerador principalmente para levar o aluno a interpretar o mundo ao seu redor através de uma releitura de homenagens e suas motivações.

Porém, o uso de objeto gerador requer cuidados para erros não serem cometidos.

É evidente que, ao redor dessa operação lúdica e cognitiva, há o risco do anacronismo: achar que as coisas expostas são apenas coisas ultrapassadas, ou que os “antigos” eram crianças que hoje se tornaram adultos... A comparação com o presente sempre pode ser perigosa, mas se torna absolutamente necessária, porque é exatamente aí que nós cultivamos a consciência histórica, entendendo que o presente não está solto no ar, pois depende das pontes com o passado e o futuro. (RAMOS, 2004, p. 71)

O uso da toponímia como instrumento pedagógico utilizado no ensino da história é um excelente recurso na construção de estratégias pedagógicas que possibilita ao aluno uma real interação com sua própria historicidade. Ao professor cabe um compromisso social poderoso de criar uma narrativa e uma educação baseada no rompimento com a tradição de uma história única e excludente que é repassada e reforçada como uma estrutura.

A prática docente não pode reforçar as estruturas, pelo contrário precisa se comprometer com a ampliação dos direitos de cidadania dos indivíduos abandonando a história que supervaloriza uma elite e tenta mascarar as contradições do mundo social. O chão da escola com seu saber específico, tem o poder de observar como os indivíduos vivenciam direitos e poder, como reagem e negociam com a estrutura dominante.

Através do trabalho com a toponímia o professor tem a rica oportunidade de fazer uma crítica a hierarquização social da sociedade de privilégios que se contrapõe a uma real democracia. Levar os alunos a pensar a sociedade através das placas de rua é fazer uma análise sobre a construção da memória e as motivações que levam às escolhas dos nomes dos homenageados. No quesito da narrativa histórica não podemos naturalizar a hierarquia como é comumente feito. Devemos desnaturalizar a pirâmide social do Brasil e buscar uma pluralidade das histórias dando espaço para

aqueles que possuem força e voz, porém, encontram uma resistência que procura silenciá-los.

A utilização da toponímia em sala de aula no ensino de história, ou em um projeto multidisciplinar, é uma ferramenta poderosa que se utilizada de forma correta gera uma quebra da rotina da aula e coloca o aluno como protagonista da construção do saber e do debate social.

3.2 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

As turmas escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa foram com alunos do oitavo ano e nono ano do Ensino Fundamental no segundo segmento. A escolha foi de acordo com a maior carga horária disponível para trabalhos pedagógicos extra, mas andando junto com o cronograma.

A escolha da instituição para a produção da pesquisa foi na cidade de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro e vizinha a cidade de Niterói. A escola escolhida foi uma instituição de noventa e cinco anos da rede privada, Colégio Santa Terezinha. O projeto foi levado para duas instituições da rede privada da cidade de Niterói, onde foi utilizado o estudo de caso da mudança toponímica da rua Ator Paulo Gustavo, mas ambas não autorizaram.

A pesquisa foi dividida em quatro etapas ao longo do ano de 2023, com doze encontros ocorridos ao longo do ano letivo. Sendo as três primeiras etapas em desenvolvimento com os alunos e a última para a produção da culminância do projeto e apresentação para a comunidade escolar.

Tabela descriptiva dos encontros pedagógicos

ENCONTROS PEDAGÓGICOS	ATIVIDADES PEDAGÓGICAS
1º Encontro	Aula apresentando a toponímia como o campo que estuda a nomeação de espaços públicos.
2º Encontro	Debate sobre os principais topônimos da cidade como bairros, praças, praias e ruas.
3º Encontro	Exemplo base: apresentação do caso de mudança toponímica na cidade de Niterói da rua Ator Paulo Gustavo.
4º Encontro	Aula apresentando a associação dos topônimos da cidade com os conteúdos do currículo das turmas.

5º Encontro	Aluno pesquisador: proposta para os alunos pesquisarem os significados dos nomes das ruas que eles moram com levantamento bibliográfico dos homenageados que nomeiam os topônimos.
6º Encontro	Análise das pesquisas dos alunos com o nome das ruas e biografias
7º Encontro	Debate e pesquisa de opinião com relação a relevância da toponímia e memória urbana na vida dos alunos.
8º Encontro	Aluno pesquisador: proposta para os alunos de forma criativa escolherem novos nomes para sua rua.
9º Encontro	<i>Se essa rua fosse minha:</i> Apresentação das escolhas dos nomes entre as turmas com a leitura das justificativas pelas escolhas.
10º Encontro	Confecção de placas de rua: interdisciplinar com participação e ajuda da professora de Arte.
11º Encontro	Produção de microcontos: interdisciplinar com a participação do professor de Português.
12º Encontro	Exposição das placas confeccionadas pelos alunos e divulgação nas redes sociais da escola.

Primeira Etapa

No primeiro encontro foi apresentado para os alunos os conceitos básicos da toponímia e as motivações que levam à nomeação de espaços públicos. Algo essencial nesta primeira fase foi explicar para os alunos que eles foram selecionados para participar de uma pesquisa acadêmica que resultaria em uma exposição e uma dissertação. Nas quatro turmas selecionadas, duas do 9º ano e duas do 8º ano, a maioria dos alunos demonstrou grande interesse no projeto e entusiasmo com os desdobramentos e com a possibilidade de serem protagonistas na pesquisa.

Após este primeiro contato com os conceitos básicos, apresentei todo o cronograma previsto para a pesquisa explicando as etapas do projeto e as pontuações que seriam creditadas. A primeira tarefa de casa foi pesquisar topônimos famosos na cidade de São Gonçalo como praças, praias, bairros e monumentos. O objetivo deste primeiro contato é aguçar a curiosidade e incentivar um espírito pesquisador nos alunos.

No segundo encontro os alunos trouxeram o resultado da tarefa de casa com os significados dos principais topônimos da cidade. Houve um bom debate sobre os nomes e as possíveis motivações das escolhas toponímicas com boa participação e muitos risos. Levantaram questões interessantes como o topônimo de dois bairros com nomes, que segundo a maioria, não condizem com a realidade. Alguns alunos alegaram que no bairro Lindo Parque, não há beleza alguma que justifique seu nome.

Outro exemplo foi o bairro Boa Vista, que também foi questionado por não possuir nenhuma vista bonita que combinasse com o nome.

Outros nomes de bairros e lugares foram levantados nas quatro turmas sempre com muito humor e questionamentos sobre as possíveis motivações que levaram à nomeação destes lugares. Os alunos destacaram alguns bairros e lugares como Alacomba, Meia Noite, Paraíso, Parada 40, Marimbondo, Cerâmica, Sete Pontes, Pedrinhas, Zé Garoto, Pontal entre outros. Cada nome proposto foi levantado várias conjecturas para a motivação da escolha do nome.

Brincadeiras à parte, estes exemplos demonstram uma boa percepção da realidade e levaram os alunos a questionarem suas relações com o espaço urbano e com o significado dos topônimos. A maioria não observou sentido nas escolhas dos topônimos, mesmo entendendo que estes foram criados em outro momento histórico da cidade.

No terceiro encontro do projeto foi apresentado para as turmas o exemplo utilizado como base para esta pesquisa, o estudo de caso da troca de nome de ruas como no caso supracitado da cidade vizinha Niterói. Caso como a rua Ator Paulo Gustavo é bem emblemático para o debate já que a cidade de São Gonçalo possui uma importante rua com o nome do Coronel Moreira César em uma área nobre.

Por causa do currículo, a recepção do estudo de caso foi mais fácil nas turmas de 9º ano por causa da atuação do Coronel Moreira César e das citações nas matérias típicas da série como a República da Espada e a Guerra de Canudos. As turmas de 8º ano demorou um pouco para fazer associações, mas demonstraram grande curiosidade com as biografias apresentadas de Moreira César, que gerou grande indignação na maioria dos alunos, e de Paulo Gustavo, que gerou grande aceitação com um misto de comoção e poucas críticas.

Os alunos demonstraram surpresa pela biografia do coronel e levantaram questionamentos dos motivos que levaram a homenagens em Niterói e em São Gonçalo, a maioria dos alunos ficaram indignados com a homenagem na cidade já que não há nenhuma comprovação histórica da passagem de Moreira César na cidade e nem algum feito que possa receber destaque na história da cidade. Neste momento ficou claro que muitos nomes de ruas não seguem uma ordem lógica e sim demonstram interesses diversos em suas escolhas, principalmente motivações políticas.

No quarto encontro, além de retomarmos o estudo de caso foi apresentado outros exemplos na cidade de topônimos que se conectam com as matérias do currículo. O objetivo deste encontro foi demonstrar que a toponímia tem relação direta com o nosso dia a dia e com o ensino de história.

Para as turmas do 9º ano, ao estudar a Segunda Guerra Mundial, foi debatido um famoso ponto de memória na cidade, a Praça dos ex-combatentes, localizada no bairro Paraíso em São Gonçalo. Já nas turmas do 8º ano, quando abordada o passado escravista no Brasil Imperial, foi apresentado outro ponto de memória na cidade, a Fazenda Colubandê que possui um passado importante na história da cidade com suas senzalas domésticas.

Foi dado ênfase no fato que este debate que parece ser distante, mas, está no cotidiano de cada aluno dentro do espaço urbano e no dia a dia. Entendo que neste primeiro momento o papel do professor foi levantar debates e provocações a fim de aguçar a curiosidade pesquisadora dos alunos, para somente depois eles caminharem como protagonistas do projeto.

Segunda Etapa: pesquisa dos alunos

Na segunda parte do trabalho, e no quinto encontro do cronograma, a proposta foi que os alunos escolhessem nomes de ruas, na cidade em que moram para a partir de suas escolhas produzirem um histórico de suas ruas com um levantamento biográfico das personalidades que foram homenageadas com topônimos.

Nesta parte, nomes e homenagens tornam-se objetos geradores de uma nova consciência a partir do cotidiano é percepção de cada aluno. A proposta foi de analisar de que forma cada aluno em sua subjetividade interpreta e reage ao tema. Para facilitar o processo de entrega das pesquisas foi adotado o Google Formulário para o preenchimento e envio das pesquisas dos alunos. Entre as turmas selecionadas para participar, houve 99 respostas no prazo estipulado.

Alguns alunos tiveram dificuldades em encontrar explicações para a escolha do nome dos topônimos em São Gonçalo. A falta de uma descrição no site da Prefeitura ou da Câmara Municipal dificultou os alunos no processo de pesquisa. Vale ressaltar que a bibliografia que trata do assunto na cidade também é escassa e quando existente é de difícil acesso em bibliotecas públicas ou para aquisição. Muitos

alunos relataram que tiveram que trocar seu objeto de pesquisa para nomes de ruas de familiares por serem mais fáceis de encontrar.

Outra intercorrência na pesquisa dos alunos foi o fato de que alguns alunos residirem em cidades vizinhas a São Gonçalo, como Niterói e Maricá.

Gráfico 1 – Quantidades de pesquisas nas cidades do projeto. Elaboração do autor.



No sexto encontro, foi feita uma análise conjunta, professor e alunos, dos dados levantados. Neste momento os alunos apresentaram suas pesquisas para a turma lendo o nome da rua e mostrando a biografia dos homenageados.

Dos 99 alunos que participaram da pesquisa, muitos são vizinhos ou parentes e moram na mesma rua e por isso houve repetição de topônimos caindo para o número de 76.

Utilizando a taxonomia toponímica proposta por Dick (1990, p. 31-34), pode ser verificado que dos nomes pesquisados: cinco são classificados como *hierotopônimos*, que significa topônimos relativos a nomes sagrados, no caso ligados à tradição católica com nomes de santos e Padres.

Quatro são referentes a datas comemorativas e se enquadra na designação *Historiotopônimos* que são topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico social assim como às datas correspondentes.

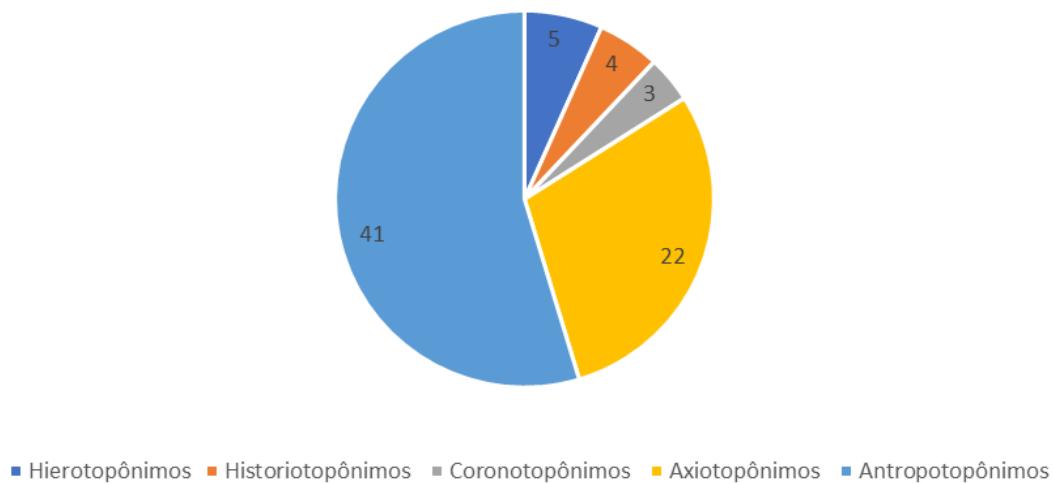
Três são *Coronotopônimos* que se refere aos topônimos com nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.

Vinte e dois são *Axiotopônimos* que são relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais, como presidente, professor, doutor entre outros.

Isto significa que a maioria dos topônimos, ou seja, quarenta e um pesquisados pelos alunos são classificados como *antropotopônimos*, que se refere a nomes de pessoas influentes nas cidades ou mesmo no cenário político nacional.

Gráfico 2 – Classificação dos topônimos pesquisados pelos alunos. Elaboração do autor.

Classificação dos Topônimos

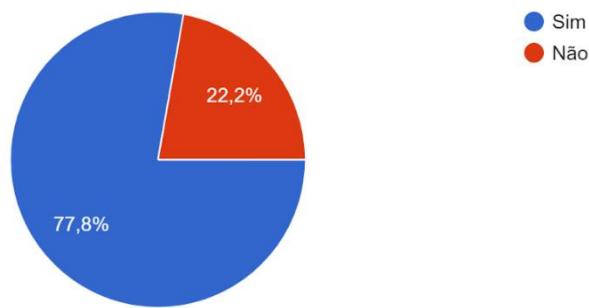


Ainda neste encontro foi produzido uma pesquisa com os alunos para saber a opinião deles sobre a pesquisa. Todos os alunos responderam uma única pergunta sobre a pesquisa: *Em sua opinião, a personalidade que dá nome a rua que você pesquisou merece ser lembrada com esta homenagem?*

A maioria da turma concordou com a homenagem concedida para as personalidades e muitos alunos relataram que não encontraram em suas pesquisas biográficas algo que impossibilite, ou levante questionamentos, as homenagens. Uma parte questionou a grande quantidade de ex-políticos e militares homenageados, assim como alguns parentes sem serviços prestados para a sociedade.

Gráfico 3 – Pesquisa de opinião sobre toponímia: pergunta 01. Elaboração do autor.

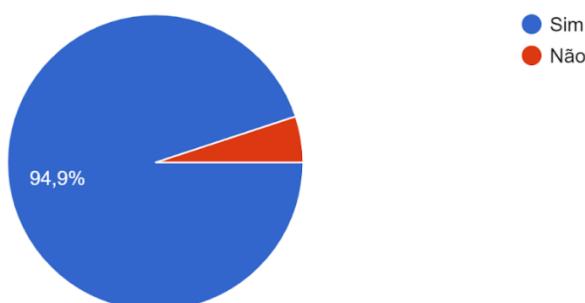
Em sua opinião, a personalidade merece ser lembrada com está homenagem?
99 respostas



No sétimo encontro, foi utilizado o mesmo formulário para outra pesquisa de opinião dos alunos com relação aos estudos da toponímia. De forma programada, esta pesquisa de opinião foi programada para após a pesquisa para que os alunos entendessem melhor as nuances da toponímia e produzirem suas opiniões baseada em suas pesquisas e não da opinião do professor. A pesquisa foi dividida em duas perguntas com resposta simples. A primeira pergunta foi: *Você acha que é importante conhecer o nome e a biografia das pessoas homenageadas em espaços urbanos?* Com poucas exceções, todos acharam estimulantes e importante conhecer a biografia dos homenageados em sua rua. Vários alunos relataram surpresas em pesquisar e descobrir os feitos das personalidades e uma grande curiosidade com as biografias dos outros alunos.

Gráfico 4 – Pesquisa de opinião sobre topônima: pergunta 02. Elaboração do autor.

Você acha que é importante conhecer o nome e a biografia das pessoas homenageadas em espaços urbanos?
99 respostas



A segunda pergunta, baseada no exemplo base foi: Você concorda com a mudança de nome de ruas em sua cidade? Mesmo 77,8% dos alunos terem

respondido ter respondido que a personalidade que dá nome a sua rua merece a homenagem, 66,7% afirma achar interessante a troca.

Esta estatística pode ser influenciada pelo exemplo base da rua Ator Paulo Gustavo ou mesmo pelos relatos dos alunos que não encontraram traços “negativos” na biografia dos homenageados. A verdade é que mais da metade dos alunos mostraram-se receptivos a mudanças toponímicas e nos encontros sempre afirmaram que nomes novos deveriam ser utilizados.

Gráfico 5 – Pesquisa de opinião sobre toponímia: pergunta 03. Elaboração do autor.



No oitavo encontro, os alunos foram estimulados ao protagonismo na construção da história. Algumas provocações foram elaboradas como: *se você fosse o prefeito ou vereador da cidade, qual nome de rua você colocaria? Qual personalidade relacionada a cidade você faria esta homenagem? Qual recado você emitiria para as gerações futuras com sua escolha?*

Foi respeitada a subjetividade dos alunos e suas escolhas sem nenhum limite imposto. A liberdade de produção foi importante para o processo a ponto que um grupo de alunos denominaram esta etapa do projeto de *Se esta rua fosse minha* em referência a cantiga. Sempre há riscos na hora de uma produção desta magnitude com total liberdade de escolha para os alunos. Porém, junto com o protagonismo foi deixado claro o tamanho da responsabilidade e da participação de cada um no projeto. Destaco que nenhuma escolha de nomes envolveu pessoas que feriram os direitos humanos ou cometem crimes contra a humanidade.

Muitos escolheram personalidades políticas que influenciaram a história da cidade como antigos prefeitos mantendo o padrão típico das cidades na região

metropolitana do Rio de Janeiro, que seguem suas motivações políticas para exaltar antigas lideranças políticas. Entendo que estas escolhas foram motivadas por um ponto de segurança e até mesmo o medo de não cometer equívocos.

Terceira Etapa: Culminância do Projeto

Já na parte da culminância do projeto, a última etapa do projeto também foi dividida em quatro encontros. No nono encontro, os alunos apresentaram o resultado de suas escolhas toponímicas e em sala de aula e fizeram a leitura de seus argumentos, demonstrando suas motivações e justificativas que baseiam suas pesquisas.

Quero destacar algumas formas criativas na hora das escolhas. O aluno do oitavo ano, de nome M., de 13 anos, resolveu colocar o nome da sua rua em homenagem à sua mãe. Uma aluna, também do oitavo ano, A. C. de 12 anos também optou pela afetividade e sentimento escolhendo o nome de sua avó para batizar sua rua, ela argumentou que: “*em homenagem a minha bisa que faleceu, e eu gostaria de homenageá-la Ela era uma escritora e havia mais de 3 livros publicados*”.

A aluna A. de 14 anos também fez uma escolha afetiva e destacou seu avô paterno com o seguinte argumento: *Foi um professor, diretor e um homem de caráter muito querido pelos alunos. Era professor e diretor de escolas particulares e estaduais. Nas épocas difíceis, quando o governo não mandava a merenda escolar, ele comprava com seus próprios recursos. Uma vez chegou a substituir o presente de meu pai, com a finalidade de atender a alimentação das crianças da escola estadual Professora Adélia Martins. Com isso, chegou a ser matéria de jornal, por ter atendido a população local e ter recuperado a escola, que na época sofria muitos assaltos. Quando faleceu em dezembro de 1986, houve uma comoção em São Gonçalo, pois até os adversários políticos o admiravam. Foi um grande homem, muito inteligente e de grande caráter.*

Um caso diferenciado de afetividade como espaço e não com a pessoa homenageada, foi de uma aluna M.E., de 14 anos, que escolheu não trocar o nome de rua com a seguinte afirmação: “*O nome da rua foi homenageada a um homem muito bom que morou praticamente a vida toda nessa mesma rua, ele era adorado por todos, era um homem muito bom! Eu não mudaria pois acho muito legal essa homenagem feita*

ao Newton Lamarca. Escolhi essa rua pois é a rua que passei praticamente minha infância toda e eu amo aquele lugar”.

Outra aluna, A.M. de 13 anos, escolheu o nome de Rua Lucas Cauã com o seguinte argumento: “*Eu escolheria esse nome, pois Lucas Cauã foi uma criança que foi baleada em São Gonçalo, quando estava saindo da escola. E acho muito legal homenagear ele pois foi uma criança que morreu injustamente*”. A morte de Lucas Cauã com apenas 10 anos, atingido por tiro, abalou a cidade de São Gonçalo no mês de abril de 2023.



Imagen 4: Placas. Compilação do autor

Em questão de representatividade destaco alguns alunos que fizeram escolhas interessantes o aluno G., de 13 anos escolheu Zumbi dos Palmares outra aluna da mesma turma, J., 13 anos, escolheu Rua Dandara e argumentou, “*Pois, Dandara foi uma mulher negra guerreira, que se destacou na defesa dos escravos e na construção do Quilombo dos Palmares. E eu acho que essa mulher foi muito importante na história do Brasil, já que ela é conhecida por ser um ícone feminino na luta contra a escravidão*”.

Em outra turma encontramos a mesma motivação com a aluna L., de 14 anos, escolheu o nome Rua Aqualtune e justificou: “*Aqualtune, foi uma personalidade negra Brasileira, que foi escravizada, ela era princesa do Reino do Congo e era comandante militar, mãe de Ganga Zumba. Para mim, ela deveria ter essa homenagem, pois ela foi uma representatividade da luta dos negros na época, e principalmente das mulheres, que na época eram ainda mais desvalorizadas mesmo que ela não fosse nascida aqui no Rio De Janeiro.*” “Mas uma representatividade negra foi a aluna M.L., de 13 anos, que escolheu o nome Rua Tereza de Benguela, e justificou afirmando: “*Foi a rainha do Quilombo de Quariterê, no Mato Grosso. Após a morte do companheiro, liderou a luta do quilombo contra os soldados portugueses. Sua grande inovação foi a instituição de um*

Parlamento no quilombo onde se discutiam as normas que regulavam o funcionamento do lugar.”



Imagen 5 e 6: Placas. Compilação do autor

Um exemplo marcante de reivindicação da representatividade foi a pesquisa do aluno H., de 14 anos, um dos poucos alunos negros nas quatro turmas escolhidas para a pesquisa. H. escolheu o nome de Chimamanda Ngozi Adichie e justificou afirmando que: *“É uma feminista e escritora nigeriana, ela é um símbolo da representatividade, e do empoderamento feminino. Acho essa homenagem merecida”*. Ao apresentar seus argumentos para sua turma arrancou aplausos e gritos pela criatividade de escolher uma representação negra, africana e feminista. Mesmo não tendo ligação com a cidade em si, a escolha simboliza um grito de uma voz silenciada não somente do aluno, mas de todos os negros que não se sentem representados nos espaços urbanos.



Imagen 7: Placas. Compilação do autor

Com a mesma motivação, de representatividade feminina e de luta pela causa das mulheres, a aluna E., de 15 anos, escolheu a famosa autora Rosa Luxemburgo com o argumento que *“é um dos ícones femininos na história do Ocidente, nascida na Polônia e naturalizada alemã, Rosa foi uma revolucionária marxista que ajudou a construir o Partido Comunista na Alemanha.”*

Um caso de motivação política foi a pesquisa da aluna M. de 13 anos, que escolheu para estudar uma rua na cidade de Marica, no bairro de Itaipuaçu, com o nome de Carlos Lamarca. Na pesquisa bibliográfica ela destaca o fato de ter sido político, guerrilheiro e marxista. Na escolha de um novo nome de rua a aluna argumentou que gostaria de retornar com o nome anterior: *“Eu voltaria para o antigo nome Estrada de Itaipuaçu. Porque é um nome que valoriza e homenageia a região onde eu moro”*. A aluna alegou que por causa de suas escolhas políticas não concordava com a homenagem a um guerrilheiro de orientação comunista.



Imagen 8 e 9: Placas. Compilação do autor

Outros alunos escolheram personalidades ligadas de alguma forma à cidade, seja por nascimento ou por terem morado em São Gonçalo. A aluna I. Q., 14 anos, escolheu batizar o nome de Sua rua de Rua Jorge Mário da Silva, representando o cantor Seu Jorge: *“Essa é uma proposta para um nome de rua em São Gonçalo, Jorge Mário mais conhecido como Seu Jorge mesmo não sendo Gonçalense considera muito São Gonçalo, em 2004 ele lançou a música São Gonça em homenagem ao município e a um amor que viveu aqui nada mais justo que SG, homenageie essa lenda de volta.”* A cantora Cláudia Leitte também foi lembrada. A aluna I.M, de 14 anos, propôs a escolha argumentando que a cantora nasceu na cidade e se tornou uma celebridade nacional.



Imagen 10 e 11: Placas. Compilação do autor

Outra personalidade escolhida por mais de um aluno foi o Palhaço Carequinha, que mesmo nascendo na cidade de Rio Bonito, viveu a maior parte de sua vida em São Gonçalo, muitos consideram o ator circense, que também atuou nos cinemas e na televisão o mais famoso morador da cidade que obteve grande destaque na mídia nas décadas de 50 e 60. O aluno I. B., de 13 anos argumentou sua escolha com críticas à cidade: *“carequinha foi e é provavelmente uma das personalidades mais conhecidas que veio do município de São Gonçalo mas mesmo assim vejo que a prefeitura não cuida bem de sua imagem pois por exemplo sua casa que fica perto do meu curso de inglês está abandonada e completamente depredada e invés de a prefeitura criar talvez um museu em sua homenagem ou até mesmo uma pequena atração turística eles simplesmente não fazem nada por isso que eu acho que o mínimo a se fazer era criar uma rua com seu nome. ”*



Imagen12: Placas. Compilação do autor

Os futebolistas também foram escolhidos nas homenagens, o aluno N., de 13 anos, nomeou sua rua de Travessa Tomás Soares Da Silva em referência a Zizinho, famoso jogador das décadas de 40 e 50. Atleta de grande destaque nacional e mundial, nasceu e morou boa parte de sua vida em São Gonçalo. Mestre Ziza, como era conhecido, recebeu homenagem da Prefeitura que nomeou um troféu com seu nome para conceder a personalidades gonçalenses da cultura e do esporte.

Mas o recordista de escolhas para a homenagem foi o atual jogador Vinícius Júnior. O sucesso do atleta motivou vários alunos a escolherem seu nome para nomear suas ruas. Além de ser nascido, foi criado na cidade e estudou em uma instituição de ensino a alguns bairros de distância da escola que sediou a pesquisa.

O aluno L. O., de 13 anos, justificou a escolha por Vinicius Junior: *“Seria em homenagem às suas conquistas no futebol, como sua participação na Seleção*

Brasileira e seus títulos pelo Real Madrid. Além disso, ele é um exemplo de sucesso para muitos jovens da região que sonham em seguir carreira no esporte.”



Imagen 13 e 14: Placas. Compilação do autor

A pesquisa que emocionou a todos foi o caso do aluno R., de 14 anos, que escolheu o nome da rua em homenagem ao seu pai. Além de ser um aluno que se enquadra no espectro autista passou por um difícil momento no ano de 2023 quando seu pai foi assassinado na cidade de Niterói. O aluno justificou que seu pai era uma pessoa muito boa e que mereceria a homenagem, arrancando choros, soluços e aplausos de todos da turma. Para não revelar a identidade do aluno a sua placa, com o nome de seu pai, não será exposta neste trabalho.

Outra aluna seguiu a mesma motivação e de forma criativa escolheu um nome peculiar para a sua rua. L.B. de 15 anos, passou por momentos de grande emoção em todo o projeto. A aluna sempre demonstrou muita dor pela perda de sua mãe, vitimada pelo Covid-19 na pandemia que atingiu o ator Paulo Gustavo do exemplo utilizado como base no projeto. A escolha do nome foi Rua do Amanhã, seu argumento foi simples, direto e profundo: “*Nome dado em homenagem a minha falecida mãe, pois nunca sabemos o dia de amanhã, e perdi ela em dias, sem saber o que aconteceria.*”



Imagen 15: Placas. Compilação do autor

O décimo encontro do projeto foi o de maior agitação envolvendo todos os alunos. A Confecção das placas de rua buscou uma visão interdisciplinar, na qual a toponímia oferece com grande facilidade.

Foi indicado para os alunos que cada um deveria produzir uma placa de rua para exposição na escola como divulgação do projeto realizado ao longo do ano. Como protagonistas do projeto, os alunos possuíam uma grande liberdade de produção, sem regras estabelecidas.

Com participação e orientação da professora de Arte cada aluno seguiu seus próprios critérios para a confecção. A maioria escolheu encomendar placas prontas em uma gráfica, com o argumento que desejavam ficar com elas no final do projeto. Outros afirmaram que iriam presentear parentes e amigos com a placa, por isso alegaram que queriam algo mais duradouro.

As imagens representadas acima, mostram placas de ruas confeccionadas pela gráfica com o nome dos homenageados, indicando CEP e bairros da cidade de São Gonçalo.

A criatividade dos alunos levou a gratas surpresas para o projeto. o Aluno J.P. de 13 anos, escolheu homenagear os moradores da cidade sem escolha de uma pessoa específica. Nomeou sua rua de Gonçalenses e colocou em prática sua criatividade aproveitando a liberdade do projeto, decidiu confeccionar um bolo em formato de placa.

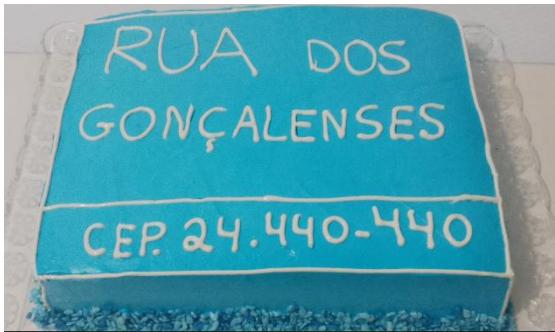


Imagen 16: Placas. Compilação do autor

A aluna L. de 14 anos, praticante de Handebol, escolheu uma atleta gonçalense de sua modalidade. A homenageada foi Idalina Borges Mesquita, mais conhecida por Daly, importante jogadora de Handebol que foi medalhista nos jogos panamericanos com participação olímpica pela seleção brasileira. Mais uma vez a criatividade chamou atenção. A aluna confeccionou a placa em formato de quebra-cabeça com muitos elogios dos outros alunos.



Imagen 17: Placas. Compilação do autor

Outros alunos decidiram confeccionar suas placas na sala de artes com auxílio da professora. Outros escolheram produzir usando ferramentas digitais imprimindo o resultado. Segue alguns exemplos:



Imagen 18, 19 e 20: Placas. Compilação do autor

No décimo primeiro encontro os alunos foram apresentados a outra proposta pedagógica de uma produção de micro contos biográficos, com até 540 caracteres, sobre os nomes escolhidos. Nesta etapa do projeto ocorreu a participação do professor de Português na ajuda e orientação dos alunos.

A proposta inicial era os alunos produzirem pequenos contos sobre a personalidade escolhida para constar ao lado das placas na exposição na escola. À medida que os alunos iniciaram a produção escrita sentiram dificuldades, principalmente os alunos do oitavo ano, e optaram por alterar a proposta.

Por indicação de um grupo de alunos do nono ano, os micros contos tornaram-se uma fala fictícia dos próprios homenageados, agradecendo pela lembrança e escolhas do aluno.

Na hora da exposição não foi possível exibir os micros contos juntos com as placas, por isso, fizemos um evento dentro de sala para apresentação e leitura da

produção dos alunos. Pelo grande volume de micro contos produzidos, destaco aqui alguns exemplos selecionados.

A aula S. de 14 anos que pesquisou uma rua de Niterói escolheu para homenagear o músico, nascido na cidade, Sérgio Mendes. No seu micro conto, imaginando a fala do músico, ela escreveu: “*Muito obrigado Prefeitura de Niterói por essa homenagem tão simbólica como de uma rua. Sou extremamente apaixonado pelo meu país e fiz até um álbum mostrando meu carinho e orgulho fluminense!*”

Outra forma criativa para os micros contos foi uma das homenagens ao futebolista Zizinho. O aluno G. de 13 anos escreveu como se representantes da família do falecido jogador estivesse agradecendo a homenagem: *Nós, Kátia e Nádia, ficamos felizes pela linda homenagem feita ao nosso pai. Grande exemplo dentro e fora dos campos. Agradecemos ao município de São Gonçalo por manter a memória dele viva, pelo reconhecimento e amor. Viva Zizinho nosso eterno artilheiro.*”

C. A. de 14 anos escolheu o nome de uma famosa educadora na cidade Clélia Nanci. O aluno produziu o micro conto fictício de uma fala da homenageada: *Eu, Clélia Nanci, agradeço a homenagem ao meu nome, substituindo o nome do General Barcelos pelo meu nome, fico muito grata, por conta da rua se localizar perto da escola que também é em minha homenagem, enfim queria agradecer de coração e para as demais mulheres, Eu sou nascida em São Paulo, e cursei medicina na Faculdade Fluminense de Medicina, hoje é nomeada UFF, e meu nome foi batizado aqui no rio, então só tenho a agradecer a homenagem, obrigado aos envolvidos!*

A aluna M.F., de 14 anos, escolheu homenagear a fundadora da escola por seus serviços prestados à comunidade e a sua família, já que sua mãe é uma antiga professora da instituição. Em seu micro conto optou por uma métrica mais poética para sua homenageada: “*Na rua Aída Vieira, onde o asfalto abraça memórias, os ventos sussurram histórias de uma mulher que ousou a batalhar. Entre as casas e sua escola, repleta de memórias, da mulher que um colégio decidiu criar.*”

No décimo segundo e último encontro, ocorreu a organização da exposição das placas confeccionadas nos corredores da escola que ficaram disponíveis para os pais e toda a comunidade escolar.

Para divulgação externa foi utilizado um vídeo, postado nas redes sociais da escola, com explicação do projeto e demonstrando o resultado da criatividade dos alunos. O ideal seria vídeos gravados pelos alunos com suas opiniões sobre o projeto

que durou todo ano letivo de 2023. Porém, por problemas de autorização e divulgação de imagem, foi decidido pela direção e coordenação da escola a explication feita pelo professor.

Fotografias do Projeto



Fotografia 1 e 2 - Alunos com suas placas. Compilação do autor



Fotografia 3 e 4 - Alunos com suas placas. Compilação do autor



Fotografia 5 e 6 - Alunos com suas placas. Compilação do autor



Fotografia 7 - Placas confeccionadas pelos alunos em exposição. Compilação do autor



Fotografia 8 - Placas confeccionadas pelos alunos em exposição. Compilação do autor



Fotografia 9 - Placas confeccionadas pelos alunos em exposição. Compilação do autor



Fotografia 10 - Placas confeccionadas pelos alunos em exposição. Compilação do autor



Fotografia 11 - Placas confeccionadas pelos alunos em exposição. Compilação do autor



Fotografia 12 - Placas confeccionadas pelos alunos em exposição. Compilação do autor

Paulo

Rua Ator Paulo Gustavo

Ator, humorista, diretor, roteirista e apresentador. Nascido e criado em Niterói.

CEP: 24230-065

Região
Praias da
Baía

Muito além de uma placa

Toponímia e Ensino de História

CADERNO DE ATIVIDADES

Moreira

Rua Coronel Moreira César

CEP: 24230-050

Região
Praias da
Baía

FABIO ANDRÉ CORRÊA ALVES



**Niterói
2024**



Universidade
Federal
Fluminense

Muito além de uma placa

Toponímia e Ensino de História

Caderno de atividades.

Autor: Fabio André Corrêa Alves

Orientador: Prof. Dr. Paulo Knauss



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA



APRESENTAÇÃO

Este material foi produzido como resultado da pesquisa com turmas do 8º ano e 9º ano do Ensino Fundamental II culminando na dissertação de mestrado profissional em Ensino de História pela Universidade Federal Fluminense com o título *Muito além de uma placa: toponímia urbana e ensino de história* com a orientação do Prof. Dr. Paulo Knauss.

O estudo dos topônimos, através da toponímia, é uma ferramenta abrangente que possibilita o seu uso em vários conteúdos do currículo do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. A toponímia pode ser utilizada como instrumento pedagógico para debater fatos históricos e a construção de memória, que são perpetuados com nomes e datas comemorativas presentes na maioria dos topônimos das cidades.

O objetivo é oferecer para colegas professores, de história e de outras áreas, sugestões de atividades para uso da toponímia em ambiente escolar em aulas ou em projetos interdisciplinares para ajudar no êxito de suas práticas docentes e pedagógicas.

Boa Leitura.
Fabio André

PROPOSTA DE ATIVIDADES

As sugestões de atividades descritas neste produto têm como ponto inicial a escolha da instituição, seguimento e turmas que serão realizadas. Os debates que perpassam o projeto ficam mais intensos quando são feitos nas turmas mais avançadas da educação Básica. Porém, nas turmas dos anos iniciais a criatividade na produção é interessante e surpreendente. A escolha do seguimento e das turmas para o desenvolvimento do projeto sempre fica a critério do professor, exercendo sua autonomia pedagógica.

Ao desenvolver este trabalho é crucial envolver os alunos como protagonistas nas pesquisas e na produção do conhecimento. Onde os professores envolvidos farão o papel de orientação e mediação do conhecimento. Deve-se levar em consideração que a toponímia é um campo de saber multidisciplinar e é ideal para projetos com professores de outras áreas. Para que isso ocorra de forma plena, é necessário um bom planejamento para a intervenção pedagógica.

Este material foi produzido com o objetivo de ser reelaborado e adaptado aos diversos ambientes e contextos educacionais. A seguir segue uma sugestão de planejamento didático para a implementação de um projeto.

PLANEJAMENTO DIDÁTICO

Tema: Toponímia, Memória e Interdisciplinaridade

Área de conhecimento: História, Arte, Português e Geografia.

Público alvo: Turmas do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Duração: 12 horas/aula

Recursos: Slides, projetor, computador e quadro.

Avaliação: Análise do processo de aprendizagem de acordo com o desenvolvimento do projeto observando a participação e interações dos alunos como protagonistas de pesquisa e interagindo em grupos de forma interdisciplinar.

OBJETIVOS

1. Protagonismo dos alunos na pesquisa para construção no processo de aprendizagem;
2. Os alunos irão extrair conhecimento a partir das experiências e vivências com o meio que habitam e se relacionam;
3. Proporcionar aos alunos a possibilidade de analisar a história dos bairros, das ruas e da cidade em que moram.
4. Gerar um sentimento questionador nos alunos com relação a construção da história e memória, destacando o processo de esquecimento e exclusão de muitos nas homenagens em topônimos.
5. Identificar as motivações políticas que levam a escolha de personalidades para homenagens com a nomeação de topônimos
6. Analisar a relação entre as nomeações oficiais e as populares que se desenvolvem de forma espontânea ao longo do processo demonstrando que estes lugares são verdadeiros espaços de memória coletiva e individual.
7. Ajudar na produção do conhecimento multidisciplinar com apoio de outras matérias e professores.

DESCRÍÇÃO DA PROPOSTA

1º ENCONTRO

No primeiro encontro é essencial que o professor explique a complexidade do projeto e destaque os objetivos e a relevância do debate topográfico na compreensão da memória, representatividades e história local. Neste primeiro momento é essencial a apresentação da toponímia como ferramenta educacional e deixar claro que a proposta é o aluno como agente ativo e participativo do seu processo de aprendizagem e o professor como agente mediador deste processo.

Sugestão de tópicos de abordagem:

1. O que é toponímia?
2. Quais são os campos de saber que abordam a toponímia?
3. Como os topônimos influenciam nossas vidas.
4. Quem são as personalidades homenageadas nos principais topônimos da cidade.
5. Opinião: Incentivar os alunos a emitirem suas opiniões com relação às homenagens em topônimos da cidade.

TAREFA 01

Pedir para o aluno escolher uma rua ou monumento para a pesquisa e tirar uma foto do local para demonstrar para a turma no próximo encontro.

2º ENCONTRO

No segundo momento, com supervisão do professor, os alunos precisam ser incentivados a dar os primeiros passos como pesquisador. Para isso, é importante destacar e debater os principais topônimos da cidade como bairros, monumentos, praias e ruas. Para analisar o nível de conhecimento dos alunos com o tema é indicado elaborar uma pesquisa de opinião com perguntas sobre os topônimos

que eles convivem. Nesta etapa há duas possibilidades para a utilização da pesquisa, a primeira é a forma digital utilizando formulários, como por exemplo o google formulário, a segunda possibilidade é entregar aos alunos um formulário impresso com as perguntas a serem preenchidas.

Sugestão de tópicos de abordagem:

1. Qual é o nome da rua que você mora?
2. Qual o nome do bairro que está localizada sua rua?
3. Você sabe o significado do topônimo de sua rua?
4. Você conhece a biografia da personalidade homenageada em sua rua? (Esta pergunta no caso de nomeações antropotopônimos).
5. Você acha importante conhecer a biografia do homenageado em sua rua?
6. Você acha interessante o estudo da toponímia?

TAREFA 02

Pedir para o aluno preencher um formulário com as informações das perguntas acima. Caso o aluno tenha dificuldades para pesquisar a rua escolhida, incentive-o a encontrar outra rua para a pesquisa.

3º ENCONTRO

Após os dados captados da pesquisa dos alunos é importante demonstrar as diversas motivações para a nomeação de topônimos e de troca de nomes de ruas na cidade ou estado. Usar um exemplo base é importante para ser utilizado como provocação para aguçar a curiosidade dos alunos.

É comum achar em todas as cidades nomes antigos de ruas, praças, bairros e outros logradouros. A seguir, proponho alguns exemplos de troca de topônimos usando como base a cidade do Rio de Janeiro e Niterói.

Sugestão de tópicos de abordagem:

Exemplos de troca de topônimos:

1. **Rua:** Na dissertação que deu origem a este material foi utilizado o caso de troca de nome da atual rua Ator Paulo Gustavo, antiga Coronel Moreira César, localizada no bairro de Icaraí na cidade de Niterói – RJ.
2. **Praças:** Praça da República localizada no Campo de Santana, no centro da cidade do Rio de Janeiro que originariamente se chamava *Praça da Aclamação*, já que foi o local da aclamação popular de D. Pedro I como imperador do Brasil.
3. **Bairro:** Também localizada na cidade do Rio de Janeiro existe um fato curioso de troca do nome de um bairro que ocorreu mais com o uso e percepção popular do que por motivações políticas. A Ilha de Guaratiba, que geograficamente não se encaixa nas características de ilha, era batizada como William de Guaratiba, seu primeiro habitante, mas com o tempo recebeu outro topônimo.
4. **Cidade:** Localizada na baixada fluminense, a cidade de Nova Iguaçu foi oficialmente batizada como Maxambomba, por causa da estação com o mesmo nome que pertencia à Estrada de Ferro D. Pedro II. Somente nas primeiras décadas do século XX, recebeu o nome atual.

TAREFA 03

Pedir para os alunos pesquisarem casos de troca de topônimos na cidade ou buscar nomes antigos de ruas e bairros.

4º ENCONTRO

Neste encontro é importante fazer uma apresentação para as turmas os topônimos que se relacionam com as matérias do currículo. Esta etapa fica mais fácil no Ensino Médio, já que os conteúdos de história já foram abordados no Fundamental II. Já nos anos finais do Ensino Fundamental II é preciso de um esforço maior do professor. Nesta etapa com os alunos protagonistas e pesquisadores deverão fazer conexões com a matéria.

Sugestão de tópicos de abordagem:

1. Apresentar topônimos com nomes de políticos históricos;
2. Apresentar casos de topônimos ligados aos povos originários e ao espaço geográficos;
3. Apresentar casos de topônimos ligados à afrodescendentes e sua cultura.
4. Relacionar topônimos com o currículo em todas as séries.

TAREFA 04

Pedir para os alunos pesquisarem nomes de personalidades na cidade ligadas ao currículo de cada série.

5º ENCONTRO

Neste encontro o professor deve incentivar os alunos a ampliarem seus conhecimentos sobre a cidade. Utilizando o Google Maps incentivar os alunos a localizarem a escola, pontos turísticos da cidade, suas casas e seus bairros. Debater com os alunos nomes de bairros e as motivações para a sua nomeação.

Sugestão de tópicos de abordagem:

1. Nesta etapa é necessário o uso de computador com internet para o uso do mapa virtual (caso não seja possível, utilizar mapas da cidade ou estado);
2. Deixar os alunos localizarem suas casas, ruas e bairros;
3. Localizar monumentos e pontos históricos no mapa.

TAREFA 05

Pedir para os alunos pesquisarem os significados dos nomes das ruas ou bairros que eles moram com levantamento bibliográfico dos homenageados que nomeiam os topônimos.

6º ENCONTRO

Análise conjunta das pesquisas dos alunos com o nome das ruas e biografias. Neste momento os alunos apresentaram suas pesquisas para a turma lendo o nome da rua e mostrando a biografia dos homenageados.

Sugestão de tópicos de abordagem:

1. Importante analisar e apresentar os dados da pesquisa dos alunos;
2. Confeccionar gráficos com os dados levantados pelos alunos;
3. Apresentação de estatísticas dos tipos de topônimos pesquisados;
4. Analisar com os alunos a interpretar os dados dos topônimos dos alunos.
Exemplo: quantos topônimos se encaixam na classificação de *Axiotopônimos* que são relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais, como presidente, professor, doutor entre outros.

TAREFA 06

Pedir aos alunos produzirem um pequeno texto de forma individual com suas opiniões sobre a toponímia explicando como este estudo afeta suas vidas no cotidiano.

7º ENCONTRO

O professor deve analisar os textos produzidos pelos alunos e propor um debate sobre a relevância da toponímia e memória urbana na vida dos alunos.

Sugestão de tópicos de abordagem:

1. Perguntar se os alunos se sentem protagonistas da história;
2. Perguntar se eles se sentem representados pelos topônimos da sua cidade;
3. Perguntar se eles se sentem conectados aos topônimos e se isso reforça ou forma suas identidades como indivíduos e cidadãos.

TAREFA 07

Pedir para os alunos listarem a falta de representatividade nos topônimos urbanos em sua cidade. Por exemplo: quantos topônimos na cidade são ligados à afrodescendentes ou indígenas?

8º ENCONTRO

Neste encontro a proposta é para os alunos de forma criativa escolherem novos nomes para sua rua. Os alunos devem ser estimulados ao protagonismo na construção da história. Algumas provocações e incentivos podem ser feitos como: *se você fosse o prefeito ou vereador da cidade, qual nome de rua você colocaria? Qual personalidade relacionada a cidade você faria esta homenagem? Qual recado você emitiria para as gerações futuras com sua escolha?* Sempre deve ser respeitada a subjetividade dos alunos e suas escolhas, porém há uma necessidade de supervisão do professor para evitar nomes que possam causar desconfortos, como por exemplo pessoas que feriram direitos humanos.

Sugestão de tópicos de abordagem:

1. Explicar que somos capazes de escolher o nome dos lugares onde vivemos.
2. Demonstrar que mesmo sendo uma escolha subjetiva dos alunos é importante sempre pensar no outro, já que, a escolha do nome não significa a posse da rua de fato.

TAREFA 08

Pedir aos alunos a fazerem suas escolhas de novos nomes para os topônimos em suas cidades. Justificando suas escolhas demonstrando argumentos a favor do novo nome escolhido e argumentos contra ao antigo.

9º ENCONTRO

Se essa rua fosse minha: Levar aos alunos a apresentação das suas escolhas de novos topônimos para a cidade. É importante nesta etapa os alunos apresentarem suas motivações e justificativas para as escolhas individuais.

Sugestão de tópicos de abordagem:

1. Incentive cada aluno a explanar seus nomes escolhidos com uma breve justificativa;
2. É importante registrar as justificativas pelas escolhas dos novos topônimos (Sugestão para uso do google formulário)

TAREFA 09

Confecção de placas: pedir para os alunos confeccionarem placas de rua com os novos nomes escolhidos por eles. Explique que os alunos são livres nas produções de placas.

10º ENCONTRO

Encontro de apoio aos alunos na Confecção de placas de rua: interdisciplinar com participação e ajuda da professora de Arte. Deixe de forma livre, mas utilize exemplos para norteá-los na produção.

Exemplo 1: Placa criada no *Canva* constando o nome da rua, CEP, uma imagem e uma breve explicação sobre o topônimo (Alguns alunos podem optar em imprimir e plastificar para a exposição).



Exemplo 2: Placa confeccionada em gráfica indicando o nome da rua, bairro, cidade, estado e CEP.



Exemplo 3: Placa confeccionada em papelão pelo aluno indicando o nome da rua e o CEP.



Sugestão de tópicos de abordagem:

1. Reserve um horário para ajudar os alunos na confecção das placas.
2. Ajude os alunos a produzirem legendas justificando suas escolhas para a exposição.
3. As legendas podem ser produzidas no formato de microtextos, em até 540 caracteres.

TAREFA 10

Pedir para os alunos organizarem os micro textos para as legendas para a exposição, com ajuda do professor de português.

11º ENCONTRO

Culminância do projeto: o professor deve ajudar os alunos na organização e principalmente em uma minuciosa revisão do material coletado pelos alunos e das placas confeccionadas.

Sugestão de tópicos de abordagem:

1. Reserve um horário para ajudar na montagem da exposição.
2. Ajude os alunos na leitura dos microtextos justificando suas escolhas para a exposição.

TAREFA 11

Pedir para os alunos organizarem a exposição. Essencial a participação dos professores envolvidos no projeto com apoio da comunidade escolar.

12º ENCONTRO

A culminância do projeto vai depender da disponibilidade da instituição. O ideal é uma grande exposição de forma pública, atingindo toda a comunidade escolar, das placas e fotos confeccionadas pelos alunos;

Muitas instituições não terão espaços para a exposição ou mesmo dificultaram o processo. Uma outra opção é fazer uma divulgação nas redes sociais da escola ou mesmo criar um veículo de comunicação para este fim.

Sugestão de tópicos de abordagem:

1. Sugiro que o professor peça apoio de outros colegas e envolva a maior quantidade de alunos e professores na culminância do projeto;
2. O ideal é que a exposição e fique aberta à sociedade;
3. Escolha alguns alunos para explicar todo processo da pesquisa.

Competências da BNCC

Competência 1	Competências 4
<p>Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.</p> <p>(BNCC, 2018, P.9)</p>	<p>Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.</p> <p>(BNCC, 2018, P.9)</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As placas de ruas são mensagens permanentes que se comunicam todos os dias com milhares de pessoas perpetuando um topônimo que carrega em si um grande significado. Na maioria das vezes ignoram sua existência e seus significados.

Este produto final tem como objetivo principal motivar o uso da toponímia, como campo de saber para análise de topônimos, na escola, seja no ensino de história ou de forma multidisciplinar. Como questão central, a sequência didática de atividades se propõe a elaboração de um conjunto de atividades de observação e pesquisa dos topônimos nos meios urbanos, usando como objeto as biografias das personalidades e as motivações públicas que impulsionaram as homenagens. Propõe reflexões e interações com diferentes espaços e permite a construção de conhecimentos sobre memória e os usos políticos do passado. O uso da toponímia em sala de aula é uma

ferramenta de extrema importância e com grande potencial de debate que envolve várias áreas de saber possibilitando ao aluno explorar a história e memória do meio em que habita, reforçando ainda mais o pensamento crítico em relação a construção de memórias coletivas de lembrança e esquecimento.

As atividades apresentadas neste produto buscam valorizar a prática pedagógica com destaque para o aluno-pesquisador, favorecendo a aprendizagem dos conteúdos com o protagonismo do aluno.

Dessa forma, levar aos colegas professores uma sugestão para o uso de importante, eficiente e produtiva ferramenta que garante de forma adequada e contínua uma alternativa didática e pedagógica de compreensão do conteúdo e do cotidiano.

CONCLUSÃO

O mestrado profissional em Ensino de História, programa de caráter nacional, tem como objetivo principal o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a prática docente em diversos segmentos da Educação Básica. Outro objetivo do programa é qualificação e aperfeiçoamento de professores que atuam, no setor privado e público, nesse segmento, porém o que mais me surpreendeu, entre outros fatores, foi a relação de aprendizagem entre a educação básica e a universidade.

Em todos os momentos a escola sempre foi tratada como uma grande fonte de produção de conhecimento e não somente o local de reprodução daquilo que é produzido pela academia. Sem dúvidas, a mudança e criação de uma nova visão, valoriza o trabalho docente na educação básica e principalmente abre um espaço de diálogo outrora não existente entre a universidade e a escola, ambos sendo respeitados como campos de saber específicos.

A produção desta pesquisa acadêmica no âmbito escolar só fez sentido com a participação ativa dos alunos, sempre como protagonistas em todo o processo de pesquisa desde a obtenção de dados, até a exposição final.

O intuito do projeto e da pesquisa foi analisar a toponímia como campo de saber que produz conhecimento na análise de topônimos, associado ao ensino de história como uma boa opção de recurso didático. Como recorte, elegi o estudo de caso da troca toponímica do nome de uma importante rua na cidade de Niterói, batizada com o nome do Coronel Moreira César e atualmente nomeada de ator Paulo Gustavo. Personalidades históricas com biografias totalmente distintas batizando a rua e criando um debate com variações de possibilidades de abordagens, como a análise biográfica das personalidades homenageadas, a produção e manutenção de uma memória local, a ocupação espacial nos meios urbanos, a relação sentimental dos indivíduos com o espaço que habitam e se relacionam.

Todas as possibilidades, quando aplicadas de acordo com o conteúdo específico, se tornam excelentes ferramentas pedagógicas para debates no ensino de história ou em projetos multidisciplinares que ampliam ainda mais o campo de aprendizagem com o diálogo e colaboração com outras disciplinas.

Para esta empreitada, foi necessário produzir junto com os alunos e apresentando o estudo de caso, uma intensa pesquisa que durou todo o ano letivo com várias etapas e encontros pedagógicos.

A pesquisa demonstrou que na maioria das vezes os nomes de ruas e as placas, mesmo estando em evidência e fazendo parte do cotidiano de toda a sociedade, são negligenciadas no sentido que a maioria das pessoas não conhecem o sentido e as motivações que impulsionaram a escolha do nome que batiza os espaços urbanos. O estudo da toponímia é acima de tudo uma grande possibilidade de levar os alunos, e também a sociedade, para jogar um novo olhar crítico sobre o meio que habita e entender como isso influencia a nossa formação como pessoas e cidadãos.

Durante a pesquisa dos alunos, com um grande número de levantamento biográfico de homenageados, ficou claro o processo de escolha de topônimos de pessoas que ocuparam cargos políticos, militares e membros da elite. Algo que incomodou os próprios alunos foi a nítida ausência de pessoas que compõem as camadas mais baixas da sociedade. Salvo algumas raridades, hegemonicamente os topônimos pesquisados exaltam uma classe específica da sociedade criando uma memória que tem a intenção de condicionar e influenciar as novas gerações.

Fica evidente, que existe um processo de silenciamento histórico, no âmbito da produção de memória, de pessoas que não se encaixam no padrão de critérios escolhidos no ato de nomeação de topônimos, que na maioria das vezes carregam motivações políticas, étnicas e culturais.

A pesquisa revelou que apesar de encontrar muitos nomes de bairros de origem indígena, não foi encontrado nenhum nome indígena em topônimos urbanos, principalmente nos bairros próximos ao centro da cidade. Isto também ocorre quando se refere a cultura afro que passa pelo mesmo processo de exclusão e silenciamento nas escolhas toponímicas no meio urbano. Ficou evidente também, que existe um interessante processo espontâneo, que considero como uma resistência popular em relação às decisões governamentais, de nomeações de espaços baseado nas experiências de indivíduos ao longo da história local. Estas nomeações populares se tornam oficiais já que acabam marcando o espaço de tal forma que criam uma identidade única que impossibilita o governo de propor novos nomes.

No desenvolvimento da pesquisa os questionamentos dos alunos se avolumaram em relação à cidade de São Gonçalo - RJ, quando os resultados foram apresentados. Perguntas do tipo onde estão as pessoas afrodescendentes nos nomes de rua? Onde estão os indígenas em nome de rua? Onde estão as mulheres

pobres nos nomes de rua? Onde estão representantes das camadas mais baixas da sociedade em nome de rua?

Questionamentos como estes demonstram a potência que a toponímia carrega, como campo de saber que aborda questões diversas na formação de uma identidade regional e como isto influí na vida e no cotidiano de indivíduos. O mesmo movimento que leva a nomeação de topônimos a lembrar e homenagear indivíduos e personalidades de uma determinada classe, também se propõe a criar um processo de esquecimento em uma tentativa de apagamento histórico de outra determinada classe. Debates como esse são facilmente aplicáveis e adaptáveis ao currículo no ensino de história em todos os anos da Educação Básica.

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, puderam ser identificadas algumas possibilidades de melhoria e de continuação a partir de futuras pesquisas. Além de trocas toponímicas, que são comuns em meios urbanos, existem diversas possibilidades de abordagem no estudo de topônimos. As cidades estão em constante expansão e criando novos espaços que já surgem com a necessidade intrínseca de uma nomeação que por sua vez carrega naturalmente uma intencionalidade em sua escolha.

Existiram e existem momentos históricos de grandes alterações de estruturas políticas e sociais em que a própria população, em um sentimento de explosão de memórias, questionam os antigos nomes de logradouros e suas motivações. A mudança política no Brasil de monarquia para república, a Revolução Francesa no século XVIII, o período pós Segunda Guerra Mundial na Europa e no mundo, são exemplos de momentos marcantes de criação de uma nova memória ou identidade. Sempre quando isso ocorre a toponímia surge como um viés ideológico de construção de uma nova identidade, na busca de justificar e referendar o novo regime imposto.

Recentemente no Brasil, Estados Unidos e Europa, ocorreram movimentos políticos e sociais que criticavam não somente os topônimos, mas também a existência de estátuas em homenagem a personalidades históricas que são, atualmente, criticadas por traços em sua biografia. Muitos monumentos históricos foram derrubados e destruídos com grande cobertura da mídia e acendeu um novo debate sobre os logradouros urbanos e suas homenagens. Estes eventos históricos foram historicamente denominados como a iconoclastia contemporânea e assim

como o estudo de nome e placas de rua, demonstram a indissociabilidade dos conceitos de história, de toponímia e de memória.

Os topônimos são abrangentes e se destacam em nome de ruas, monumentos, bairros, praças, praias entre vários outros espaços. Em todas as cidades encontram-se topônimos carregados de significados que podem ser usados como objeto de estudo e debate na sala de aula ajudando os alunos a compreenderem melhor a história de sua localidade, do seu país, mas principalmente a história de sua própria vida.

Mas é mister destacar que a troca de nomes de ruas, a derrubada de monumentos históricos ou de topônimos não apagam a figura histórica que recebeu a homenagem e nem gera um desaparecimento da personalidade. No entanto, o que está em disputa é a intencionalidade no ato de nomear aqueles que escolhem personalidades para ser homenageadas e imortalizadas. A figura histórica jamais vai poder ser apagada, porém seu legado pode ser questionado de forma crítica em sala de aula e no ensino da história.

Observar o engajamento dos alunos na pesquisa e no desenvolvimento do projeto foi extremamente gratificante e sem dúvidas mudou a minha prática docente e a forma com que eu enxergo a educação. Apesar de todo *feedback*, não posso mensurar de forma precisa as transformações geradas nos alunos, mas posso afirmar que o maior impactado foi o professor. Concluo esta dissertação como uma simples pergunta que impulsionou todo projeto de pesquisa: *Qual o nome da sua rua?*

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, K. S.; DICK, M. V. P. A. A interdisciplinaridade no contexto da toponímia: reflexões iniciais de uma proposta aplicada ao ensino. In: ISQUERDO, A. N.; SEABRA, M. C. T. C. de. *Ciências do léxico*. V. VI. Campo Grande: UFMS, 2012.

ANDRADE, K. S. Toponímia e ensino: uma interface interdisciplinar. In. ANDRADE, K. S.; PINHO, M. J.; RAMOS, D. V. *Ensino de língua e literatura: reflexões e perspectivas interdisciplinares*. Goiânia: PUC, 2011.

_____. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na Interdisciplinaridade. *Domínios de linguagem; Revista eletrônica de linguística* -, v. 6, n. 1, p. 205-225, mar./jun 2012.

_____. O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. *Revista de estudos da linguagem*, Belo Horizonte, v.25, n.2, p. 585-607, 2017.

_____. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins*: Atito. Goiânia, Goiás: PUC, 2010.

BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços: chronica historica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio de Rodrigues & C., 1899.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BULHÕES, Girene Chagas. Palavras e imagens para pensar sobre e tentar dizer o indizível, o não dito e o interdito em museus. *Revista eletrônica ventilando Acervos*, Florianópolis, v. especial, n. 1, p. 6-46, maio 2017.

CAMPOS, Maristela Chicharo de. O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói, 1835-1890. 2004.

CASTRO, Maria Laura Viveiro Cavalcante de., FONSECA, Maria Cecília Londres Fonseca. *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: Unesco; Eduarte, 2008.

CARVALHINHOS, P. Topônimo-monumento, herança imaterial em São Paulo (Brasil): Combatendo o apagamento toponímico. [Perspektiven auf die Romania], [S. I.], n. 8, p. 14–30, 2022. DOI: 10.15460/apropos.8.1928. Disponível em: <https://journals.sub.uni-hamburg.de/apropos/article/view/1928>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CARVALHINHOS, P.; LIMA, A. T. Toponímia, teoria e método. Retratos de tradição e inovação. *Linha d'água*, [S. I.], v. 36, n. 1, p. 1-20, 2023. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v36i1p1-20. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/212224>. Acesso em: 05 jan. 2024.

CHAGAS, Mario de Souza; ABREU, Regina. Museu da Maré: memórias e narrativas a favor da dignidade social. *MUSAS – Revista mrasileira de museus e Museologia*,

Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais n. 3, 2007, p. 130-152.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Unesp, 2017.

CUNHA, E. Os sertões [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 516 p. ISBN: 978-85-7982-007-6. Available from SciELO Books .
DE ALMEIDA, Aline Gama; NAJAR, Alberto Lopes. Cidade maravilhosa e cidade partida: notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada. *Rua*, v. 18, n. 1, p. 120-132, 2012.

DE SOUSA, A. M.; DARGEL, A. P. T. P. Caminhos da Toponímia no Brasil e as contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick. *Revista GTLex*, [S. I.], v. 6, n. 1, p. 6–19, 2021. DOI: 10.14393/Lex11-v6n1a2020-1. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/60925>. Acesso em: 19 jan. 2023.

DICK, M. V. P. A. *Toponímia e antropónima no Brasil; Coletânea de estudos*. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1986.

_____. Aspectos de etnolinguística – a toponímia carioca e paulistana – contrastes e confrontos. *Revista USP*, São Paulo, n. 56, p. 180-191, 2002.

_____. Etnia e etnicidade. Um novo modo de nomear. Projeto ATESP/ATB. In: ISQUERDO, A. N.; FINATTO, M. J. B. (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 2010, 177-197.

_____. *A dinâmica dos nomes da cidade de São Paulo: 1554 – 1987*. São Paulo: Annablume, 1997.

_____. Os nomes como marcadores ideológicos. In: *Acta Semiótica et Lingüística - SBPL (Sociedade Brasileira de Professores de Lingüística)*. São Paulo: Plêiade, 1998. v. 7.

_____. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DOS SANTOS, Luiz Eduardo Neves. Toponímia, poder e identidade: uma abordagem acerca dos logradouros centrais em São Luís, Maranhão. *Geo UERJ*, [S. I.], n. 28, p. 171–195, 2016. DOI: 10.12957/geouerj.2016.18873. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/18873>. Acesso em: 4 jan. 2024.

DOSSE, François. Os três mastros entre dois recifes. A história entre a vigilância e a ficção. In: FERREIRA, Marieta F. *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 05–22, 2012. DOI: 10.5965/2175180304012012005. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005>. Acesso em: 29 jun. 2023.

FAGGION, C. M.; MISTURINI, B. Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. *Linha d'água*, [S. I.], v. 27, n. 2, p. 141-157, 2014. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v27i2p141-157. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/83370>. Acesso em: 4 jan. 2024.

FAGGION, C. M.; MISTURINI, B.; VIVIANA DAL PIZZOL, E. Ideologias no ato de nomear: a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. *EntreLetras*, [S. I.], v. 4, n. 2, 2014. Disponível em: <https://sistemas.uff.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/987>. Acesso em: 4 jan. 2024

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: *Seminário Internacional de Políticas Culturais: teorias e práxis*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010.

FONSECA, Maria C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R. e CHAGAS, M. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FONTES, Oleone Coelho. O coronel Moreira César e a Revolução Federalista em Santa Catarina. *Revista Canudos*, v. 2, n. 1, p. 44-55, 1997.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GÓES, Bruno; OTÁVIO, Chico. Travessia: Ponte Rio-Niterói, 40 anos. *O Globo*. Disponível em <https://infograficos.oglobo.globo.com/pais/ponte-rio-niteroi.html> acessado em 05 jan. 2024

GOMES, Beatriz Coelho. *Um fenômeno de mídia: A trajetória do ator Paulo Gustavo a partir da personagem Dona Hermínia*; Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em História Felipe Berocan Veiga, orientador. Niterói: UFF, 2018.

HAESBAERT, Rogerio. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, v. 9, n. 17, p. 19-45, 2007.

_____ 1994. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. *Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia*. Curitiba: AGB, pp. 206-214.

_____ 1997. Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF.

_____ 2001a. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica (Coleção História e Historiografia), 2013.

HELAL FILHO, Willian. "História do Brasil. Moreira César: O coronel sanguinário que dava nome à Rua Ator Paulo Gustavo, em Niterói. O Globo, Rio de Janeiro, 25 de maio de 2021. Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/moreira-cesar-o-coronel-sanguinario-que-dava-nome-rua-ator-paulo-gustavo-em-niteroi.html> acessado em 20/11/2022.

ISQUERDO, A. N. O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sóciohistórico na toponímia sul-mato-grossense. *Prolíngua*, [S. I.], v. 2, n.2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/article/view/13403>. Acesso em: 1 jun. 2023.

JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandas Santiago. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 52, 2015.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado e patrimônio cultural: sobre roubos e furtos de bens culturais na atualidade. In: *Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, p. 304-314, 2008.

KNAUSS, Paulo; AZEVEDO, Francisca TERRITÓRIO DAS AMÉRICAS: OS USOS DO PASSADO E AS RELAÇÕES INTERAMERICANAS NAS RUAS DO RIO DE JANEIRO Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 12, núm. 1, 2008, pp. 183-205

LAGE, Vinicius e BRAGA, Cristiano. A origem geográfica como patrimônio: implicações para políticas públicas e desenvolvimento de negócios. p.94-110. in CUNHA, Manuela Carneiro da. Patrimônio imaterial e biodiversidade. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, número 32 / 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 2001.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

_____. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016.

MARTINS, Simone Teixeira; PEREIRA, Gustavo; FILHO, José Tarcísio Oliveira. "Rir é um ato de resistência": a morte de Paulo Gustavo como discurso político no enfrentamento da pandemia de Covid-19 pelo Jornal Nacional. in Abel Suing, Carolina Falandes e Valquíria Kneipp (Orgs.) Cenas audiovisuais. Ria Editorial. Dez. de 2021.

MATTEO, Giovanna de. Coronel Moreira César: o "cortador de cabeças" da República Velha; Ele esteve presente em diversos momentos marcantes para a história do Brasil, participando ativamente ao lado do exército brasileiro. *Aventuras da história*. Disponível em <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/coronel-moreira-cesar-o-cortador-de-cabecas-da-republica-velha.phtml>. Acesso em 23/12/2022.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araujo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. *Educação e realidade*, v. 36, n. 01, p. 191-211, 2011.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.],* v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 13 jun. 2023.

OLIVEIRA, Lívia de. SENTIDOS DE LUGAR E DE TOPOFILIA. *Geograficidade | v.3, n.2, Inverno 2013.*

PELEGRINI, Sandra. A arte pública e a materialização das memórias históricas na cidade de Maringá. *Revista Esboços, UFSC*, v. 19, p. 217-239, 2008.

PEREIRA, Rafael Carvalho Drumond. A CIDADE DE NITERÓI: POLÍTICA URBANA, VALORIZAÇÃO DO SOLO E HABITAÇÃO. In: Anais do XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Anais...Rio de Janeiro (RJ) UFRJ, 2018. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/xvshcu/82985-A-CIDADE-DE-NITEROI--POLITICA-URBANA-VALORIZACAO-DO-SOLO-E-HABITACAO>. Acesso em: 14/02/2024

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio.: Estudos históricos*, Vol 2, nº 3, 1989, pp. 3-15.

_____. *Memória e identidade social. Estudos Históricos*, n. 10, 1992, pp 200-215.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. [1. ed. 1996], p. 103-130.

PROST, Antoine. Os tempos das História. In: *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.95 -114

RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Editora Argos, 2004.

_____. Objeto gerador: considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. *Revista Historiar*, v. 8, n. 14, p. 70-93, 2016.

SANT'ANNA, Márcia. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina. CHAGAS, Mário (orgs.) *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos* – 2.ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível

em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *OSAL: Observatorio Social de América Latina*. Año 6 no. 16 (jun.2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005- . -- ISSN 1515-3282. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf>

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das C. F. Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da 'problemática dos lugares'. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. I.], v. 52, 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/21370>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SOUSA, A. M. de; GOUVEIA, A. P. T. Toponímia e memória: uma proposta de atividade para as aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio. *Revista A Cor das Letras*. Feira de Santana, v. 18, n. 3, p. 241-253, 2017. Disponível em: Acesso em: 20 abril 2021. DOI <http://periodicos.ufes.br/index.php/acordasletras/article/view/1965/pdf> <https://doi.org/10.13102/cl.v18i3.1965>

SOUZA, L. de M. e. O nome do Brasil. *Revista de História*, [S. I.], n. 145, p. 61-86, 2001. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i145p61-86. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18919>. Acesso em: 5 jan. 2024.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro; FERREIRA, Gilton Luís. O lugar da opinião. A cidade e os espaços de produção social da opinião pública. *Cad. Metrop. São Paulo*, v. 17, n. 33, pp. 225-242, maio de 2015.

TAVARES, M.; VELASCO, D. de O. B. Estudando língua Portuguesa, História e Geografia por meio da topografia: uma proposta. *Arredia*, [S. I.], v. 6, n. 11, p. 16–36, 2017. DOI: 10.30612/arredia.v6i11.6884. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/arredia/article/view/6884>. Acesso em: 4 jan. 2024

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

_____. Topofilia: um estudo da percepção, atitude e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

WEHRS, Carlos. Niterói, Cidade Sorriso:(a história de um lugar). (No Title), 1984.

ZAMARIANO, M. Reflexões sobre a questão do nome próprio na topografia. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 22, n. 45, 30 dez. 2012.